

NILCEIA DE OLIVEIRA

**QUANDO A EMPRESA ASSUME A ESCOLA: um estudo de caso no setor de comércio
varejista de Santa Catarina**

**FLORIANÓPOLIS
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NILCEIA DE OLIVEIRA

**QUANDO A EMPRESA ASSUME A ESCOLA: um estudo de caso no setor de comércio
varejista de Santa Catarina**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Professora Doutora Valeska Nahas Guimarães

**FLORIANÓPOLIS
2006**

O único lugar aonde sucesso vem
antes do trabalho é no dicionário

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que estiveram ao meu lado, contribuindo direta ou indiretamente para a concretização desta pesquisa. O apoio e o incentivo foram importantes para que eu chegasse até aqui. De modo especial agradeço:

- a meu filho Bruno, pela compreensão, colaboração, incentivo e carinho, que foram essenciais durante todo esse tempo;
- à Valeska Nahas Guimarães, pelo modo compreensivo, dedicado e atencioso com que me orientou. Obrigada por acreditar na minha capacidade de realizar esse trabalho;
- à Eneida Oto Shiroma, obrigada por mostrar-me os caminhos a seguir em momentos decisivos. Como co-orientadora só tenho a agradecer pela incondicional atenção e colaboração dedicada na construção da pesquisa;
- à minha mãe, pelo apoio e por acreditar que eu pudesse concluir essa caminhada;
- aos colegas Joelma, Vera, Carlos, Suner, Patrícia, Felipe, Bernardete e Tina, pela compreensão e colaboração durante o processo de construção desta pesquisa;
- à Ilda Helena Cezar e Claudia Piza Vargas, obrigada pela amizade, pelo incentivo e compreensão, que foram fundamentais nessa caminhada;
- aos professores, coordenadores, trabalhadores e dirigentes do SESC, CEJA, SED e empresa, que participaram das entrevistas e contribuíram para essa produção acadêmica;
- ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC e aos professores do curso, pela oportunidade de enriquecer minha experiência acadêmica com suas contribuições;
- a banca examinadora composta pelos professores Lucídio Bianchetti, Olga Durant e Eneida Shiroma, pelas importantes contribuições no exame de qualificação;

RESUMO

Esta dissertação trata das articulações estabelecidas entre a esfera pública e privada, com a finalidade de promover a escolarização básica de trabalhadores na modalidade de educação de jovens e adultos, por convênios e parcerias entre a SED (Secretaria de Estado Educação e Inovação), CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos), SESC (Serviço Social do Comércio) e empresas privadas, especificamente no setor do comércio varejista. Por meio de uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e em abordagem qualitativa, analisou-se o processo de reestruturação do setor de serviços varejista, com enfoque em um dos seus sub-setores, objeto de estudo de caso, que estabeleceu convênio e parceria para promover a escolarização básica de seus trabalhadores. A partir de análise de documentos, das entrevistas e depoimentos, desencadeou-se o estudo acerca dos limites e possibilidades da escolarização oferecida por essa parceria aos trabalhadores e também a análise da participação e avaliação dos professores, alunos/trabalhadores, coordenadores do CEJA e SESC no processo de formação e certificação como uma forma de qualificação dos trabalhadores. Identificamos ainda, as convergências entre o projeto pedagógico do CEJA com os objetivos e metas da empresa.

Palavras-chaves: Educação de jovens e adultos. Educação do trabalhador. Parceria público-privado.

ABSTRACT

This research is about the joints established between the public and private sphere, with the purpose to promote the basic school of workers in the modality of adult young education for accords and partnerships between the SED (State secretary Education and Innovation), CEJA (Center of Adult Young Education of e), SESC (Social Service of the Commerce) and private companies, specifically in the sector of the retailing. By means of a field research, of descriptive character and in a qualitative boarding, the process of reorganization of the retail sector of services was analyzed, with approach in one of its subsectors, object of case study, that established accord and partnership to promote the basic school of its workers. From document analysis, of the interviews and depositions, one also unchained the study concerning the limits and possibilities of the basic school offered for this partnership to the workers and also the analysis of the teachers' interaction and evaluation, as well as for students, workers, CEJA and SESC's coordinators in the formation and certification process as a way of worker's improvement. We still have identified the same ideas between pedagogical project from CEJA and the objectives and goals from the company.

Keys-Word: Young and adult education. Education of the worker. Public-private partnership.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1. Entrevistados.....	15
FIGURA 1. EDI – Intercâmbio Eletrônico de Dados.....	83
FIGURA 2. Modelo de competência.....	87
FIGURA 3. Limites e possibilidades.....	108

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ANPEd	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
ARCAFAR	Associação regional das Casas Familiares Rurais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEC	Comissão Empresarial de Competitividade
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CES	Centro de Estudos Supletivo
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CONSED	Conselho dos Secretários Estaduais de Educação
CRM	Gerenciamento de Relacionamento com o Consumidor
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE/SC	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos de Santa Catarina
EAN Brasil	<i>European Article Number</i>
ECR	Resposta Eficiente ao Consumidor
EDI	Intercâmbio Eletrônico de Dados
EFA Fórum	<i>Education for All</i> - Fórum
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCDL/SC	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos

IHL	Instituto Herbert Levy
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não-Governamental
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Projeto Pedagógico
PROEDUC	Programa de Educação para a Competitividade
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
SED	Secretaria de Estado da Educação e Inovação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SONAE	Sociedade Nacional de Estratificados
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE QUADROS E FIGURAS	vi
ABREVIACÕES E SIGLAS	vii
INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA	11
CAPÍTULO I - AS NOVAS CONFIGURAÇÕES PARA O MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA	
1.1. As mudanças nas relações econômicas: exigências do mercado globalizado.....	18
1.2. As transformações do Estado contemporâneo.....	24
1.3. O novo perfil da força de trabalho.....	30
CAPÍTULO II - A NOVA FACE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	
2.1. Novas exigências educacionais para o trabalhador.....	37
2.2. Políticas Públicas para a educação de Jovens e Adultos: o papel da EJA.....	48
2.3. Entre convênios e parcerias: as relações entre o público e o privado na educação.....	64
CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO DE ATACADO NO VAREJO	
3.1. A reestruturação do varejo e a demanda de novas qualificações.....	76
3.2. A empresa Tripálio: Uma Rede Varejista de Santa Catarina.....	89
3.3. Escola-empresa: as novas relações entre trabalho e educação.....	91
CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	128
Anexo I Roteiro de questões para a entrevista com o coordenador de convênios do CEJA.....	128
Anexo II Roteiro de questões para a entrevista com os docentes.....	129

Anexo III	Roteiro de questões para a entrevista com os alunos/trabalhadores.....	130
Anexo IV -	Roteiro de questões para a entrevista com a coordenadora de convênios do SESC.....	131
Anexo V -	Cópias dos convênios estabelecidos entre a SED (Secretaria de Estado Educação e Inovação) e SESC-DR/SC, SONAE – Distribuidora Brasil S/A, ARCAFAR, SESI-DR/SC e FCDL/SC.....	132

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI as sociedades inseridas no complexo mundo contemporâneo têm vivenciado significativas mudanças nas diferentes categorias das relações humanas, sociais, produtivas, econômicas, educacionais e culturais, estabelecidas historicamente pelos homens em diferentes tempos e espaços. Essas relações passam por profundas transformações, onde os homens e mulheres se vêem diante da necessidade de adaptar-se a um ritmo acelerado da produção da própria existência.

Segundo Frigotto (1996), as mudanças vividas pela sociedade contemporânea são os resultados de uma crise do sistema capitalista que produziu e acumulou durante séculos de história uma infinidade de características específicas e marcantes para esse modo de produção. Podemos incluir, nessas características, a exploração da classe trabalhadora, a desigualdade sócio-econômica, presente principalmente nos países periféricos e também o controle do capital privado, que tem expandido o seu domínio nas últimas décadas. A saída encontrada para continuar se reproduzindo foi a globalização, fundamentada sob a égide do ideário neoliberal.

O processo de globalização tem, principalmente, nas últimas décadas, acirrado a concorrência intercapitalista, motivando mudanças nas relações econômicas dos países em processo de desenvolvimento tardio que precisam ajustar-se aos novos paradigmas da reestruturação produtiva, tendo como receita para esse ajuste a desregulamentação, descentralização e privatização (FRIGOTTO, 1996).

Esses mecanismos, apresentados por Frigotto, para a adaptação das economias mundiais ao novo mundo globalizado se complementam, coexistem de uma forma que garantem a mínima existência possível de leis e de direitos à sociedade civil, levando o Estado a diminuir cada vez mais suas obrigações constitucionais em relação às questões sociais, cooperando para o fortalecimento do mercado capitalista, dissolvendo o conteúdo substantivo da vida política.

No plano econômico a globalização contribui para a concentração de capital, transformando os capitais nacionais em conglomerados transnacionais. Santos (2001) entende que o movimento de concentração de capital alcançou a sua plenitude com a globalização, considerada uma das características mais marcantes do atual contexto. Não obstante a

concentração de capital, a indústria e os serviços também tendem a concentrar-se num número reduzido de grupos ou empresas.

De fato, percebemos que esse processo de concentração de capital aumenta o domínio e o controle de grandes organizações multinacionais, preocupadas em manterem-se seguras diante da instabilidade econômica, utilizam a visão estratégica, a capacidade de inovação e a flexibilidade como elementos-chave à reprodução do capital.

Essa necessidade de inovação das organizações dentro de um mercado segmentado e instável exige uma reestruturação produtiva que promova o desenvolvimento científico e tecnológico. Leite (1994) traz à tona uma discussão acerca da utilização de novas tecnologias que contribuem para as transformações das unidades produtivas que deveriam estar voltadas para facilitar a operacionalização e a participação do trabalhador no processo produtivo, mas, por outro lado, também contribuem para alterar as relações de trabalho, exigindo um trabalhador cada vez mais qualificado e treinado para assumir diversificadas funções dentro da empresa, com um perfil diferenciado do trabalhador fordista.

Todavia, os novos conhecimentos produzidos pelos homens estão associados diretamente ao seu aprimoramento e a sua capacidade de adaptação às novas tecnologias utilizadas no processo organizacional e produtivo.

Para ajudar na compreensão de tantas e variadas mudanças, desenvolve-se desde a década de 1990, um complexo debate acerca das profundas transformações que ocorrem mundialmente, em especial nos países de economias mais avançadas, em função da difusão do novo paradigma técnico-produtivo sob a égide do neoliberalismo, disseminado a partir da globalização das economias que levou ao acirramento da competição intercapitalista e do aparecimento de novas formas de concorrência, como afirma Santos (2001, p. 29):

A própria estrutura dos mercados também foi objecto de grandes alterações. Devido à internacionalização e em parte devido também ao aumento generalizado do poder de compra, o mercado de bens de consumo e de bens intermédios tem-se vindo a intensificar, assumindo um carácter também mais global, no sentido em que apresenta características cada vez mais similares. Contudo, tal não significa a uniformização da procura; antes pelo contrário, os mercados tendem a tornar-se cada vez mais exigente, diferenciados e sofisticados.

O novo paradigma técnico-produtivo, segundo Santos (2001), pressionou muitas organizações no sentido de promoverem mudanças radicais nos sistemas produtivos e nas

formas de organização, caracterizando um processo de reestruturação produtiva, levando às novas formas de gestão e estratégias de sobrevivência no mercado globalizado.

Todas as mudanças necessárias à sobrevivência dos grandes sistemas produtivos levam, de acordo com Machado (1998), a mutações no trabalho. São criados postos de trabalho, com novas características, exigindo do trabalhador a capacidade de adaptação às novas exigências do mercado. Crescem algumas atividades no setor dos serviços que podem ser segundo Almeida (2005), desdobrados, por exemplo, por tipo de organização, distinguindo as empresas industriais das empresas terciárias, que por sua vez, se desdobram em duas outras categorias. A primeira categoria corresponde ao terciário, mais tradicional e pouco qualificado, designado pelo autor de “comércio e serviços” e a outra categoria corresponde a “prestação de serviços”, que se apresenta como muito qualificado (ALMEIDA, 2005).

Em face disso, a educação básica seria a responsável pela formação de trabalhadores com novas habilidades fundamentais ao novo perfil requerido pelo mercado para o desenvolvimento da capacidade produtiva e da competitividade.

As novas exigências por escolaridade e qualificação do trabalhador, apresentam-se cada vez mais fortes no discurso dos empresários (QUARTIERO e BIANCHETTI, 2005), dos governantes e das instituições de ensino. Todos estão unidos para responder aos desafios gerados pelos avanços técnico-científicos que determinam as novas relações sociais, a começar pelo trabalho e a formação de “recursos humanos”, que é fundamental para viabilizar e garantir a produção de acordo com a dinâmica do mercado globalizado e competitivo.

As preocupações com a escolarização e qualificação dos trabalhadores levaram as esferas de poder público e privado a uma relação de cooperação com a intenção de promover as condições necessárias para a formação básica e profissional dos trabalhadores. Essa “intimidade” entre o público e o privado, que não pode ser analisada sem a complementaridade mútua, é uma construção histórica que alcançou, nesse tempo contemporâneo, novas configurações; são espaços que coexistem a partir do “esvaziamento do espaço público” (SENNET, 1998), determinado pela interdependência entre Estado e as relações econômicas praticadas pela sociedade civil, tornando-se mais intensa e mutável no momento contemporâneo, exigindo dessa forma, uma participação mais efetiva do Estado para garantir a sua manutenção.

Não é o Estado que funda a sociedade civil, que absorve em si a sociedade civil, como afirmava Hegel; pelo contrário, é a sociedade civil, entendida

como o conjunto das relações econômicas (essas relações econômicas são justamente a anatomia da sociedade civil), que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis, e assim por diante (GRUPPI, 1980, p. 27)

Hoje, o poder econômico é o determinante máximo de todas as relações da sociedade, e o Estado está a seu serviço, é o “arquiteto” da construção e da manutenção da ordem social vigente, que anseia por desenvolvimento econômico e, conseqüentemente por mão-de-obra qualificada.

Partindo das novas configurações do mundo do trabalho e da educação, impostos pelo ideário neoliberal de reestruturação, de reorganização, de qualidade e competitividade, influenciadas diretamente pelos padrões econômicos contemporâneos, procuramos neste estudo compreender: Como é estabelecida e o que regulamenta o uso do bem público em benefício da acumulação e valorização do capital privado? De que forma se estabelece e se aprova os direitos educacionais de acesso ao capital privado?

Apesar de o setor industrial servir de referência para o desenvolvimento de muitas pesquisas científicas de diversas áreas, em especial na educação, e por encontrar condições apropriadas para discutir as relações entre trabalho e educação, é um setor que concentra um grande número de produções acadêmicas de graduandos e pós-graduandos. Então, destacamos a necessidade de estudos no setor dos serviços.

Desenvolvemos o trabalho de pesquisa e dissertação no setor do comércio varejista, especificamente numa rede varejista do Estado de Santa Catarina que realizou um programa de escolarização para os seus trabalhadores em parceria com a SED (Secretaria Estadual de Educação e Inovação) e o SESC (Serviço Social do Comércio).

Por meio desta pesquisa, objetivamos compreender o processo que determina os limites e possibilidades da escolarização básica de trabalhadores realizada pela parceria público-privado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que necessitam de formação para atender as exigências competitivas do mercado. Procuramos compreender quais os motivos e interesses da empresa em proporcionar a formação básica para os seus trabalhadores.

A preocupação que a sociedade, num âmbito global, tem demonstrado com o futuro da educação, colocando-a no topo das prioridades para todas as nações, especialmente as dos países periféricos, tem provocado mudanças significativas no processo educacional. Sua “missão” é de contribuir para o aperfeiçoamento das pessoas, um aperfeiçoamento imperativo

para o nosso tempo, necessária para inserir-nos no mundo contemporâneo. Ouvimos cotidianamente, principalmente através dos meios de comunicação de massa que atingem milhares de lares de trabalhadores, que a educação seria a saída para resolver os problemas do mundo, principalmente do mundo do trabalho.

Entretanto, questiona-se se os trabalhadores, pessoas interessadas e atingidas de forma direta por essas necessidades educacionais de formação básica e profissional, possuem um conhecimento claro das intenções e necessidades do capital? Ele está integrado nesse processo de ensino aprendizagem para a formação humana e inserção profissional? Ou se preocupa exclusivamente com a certificação?

As propostas e intenções de mudanças na educação, apresentadas principalmente pelos órgãos governamentais, têm contribuído para desenvolver no imaginário dos trabalhadores, a importância indispensável da educação, como o principal meio de conduzi-los à inserção social e ao desenvolvimento humano. O trabalhador é, em certa medida, por meio de ações governamentais, privadas e por instituições educativas, levado a acreditar que a escolarização é garantia de permanência no mundo do trabalho, principalmente a Educação de Jovens e Adultos que promove a formação básica e qualificação para o trabalho.

A escolarização do trabalhador está envolvida num complexo contexto social, econômico, político e cultural, tornando-se muito importante e imperativo que possamos discutir o sentido da educação enquanto uma possibilidade de desenvolver condições para que o homem se construa de forma absoluta e completa, não subsumida ao capital.

JUSTIFICATIVA

Durante minha trajetória como educadora tive oportunidade de trabalhar algum tempo com a EJA¹ (Educação de Jovens e Adultos), na rede pública estadual de Santa Catarina. Foi uma experiência interessante, onde conheci um pouco da realidade desta modalidade de ensino, deparei-me com situações que me levaram a refletir sobre a formação básica do aluno, muito aquém da possibilidade de desafiar o aluno jovem e adulto trabalhador à produção de um conhecimento pleno que contribua para o seu desenvolvimento humano.

¹ A EJA (Educação de Jovens e Adultos), segundo a LDBEN n.9.394/96, é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. O ensino fundamental é oferecido para os jovens e adultos maiores de quinze anos e o ensino médio para os maiores de dezoito anos.

Esse sistema educacional beneficia alunos/trabalhadores inseridos ou não no mercado de trabalho, atendendo com exultação às exigências e necessidades do mercado capitalista, em relação à qualificação da mão-de-obra que ainda é necessária aos meios de produção.

Atualmente, trabalhadores mais qualificados contribuem para a manutenção do capital num mercado de intensa competitividade, o que possibilita a acumulação de riqueza e o controle sobre a força de trabalho.

A escola, em todos os níveis e modalidades de formação (básica e profissional) representa um meio indispensável à competitividade do mercado, à sobrevivência de empresas privadas e do próprio Estado, sem mencionar as condições mínimas para o trabalhador vender a sua força de trabalho em um mercado que apresenta uma diminuição considerável nos postos de trabalho. Isso é fato, ouvimos e presenciamos todos os dias, por meio da mídia, a situação de crise econômica, política e social não só do Brasil, mas de outros países.

A necessidade em manter um certo nível de qualidade, não só de produtos e serviços, mas de mão-de-obra é imprescindível para todas as nações mundiais, o processo de desenvolvimento é global, como enfatiza Jacobi (1996, p. 59):

A globalização deita por terra todos os impedimentos institucionais, morais ou legais a seu pleno desenvolvimento. A lógica prescrita para a produção é o mercado. A sobrevivência não só das empresas, mas também das nações, dependem do lugar que ocupam na estratificação mundial, não basta apenas produzir, é necessário produzir com qualidade, determinado por um padrão aceitável, definido e reconhecido internacionalmente.

Para Bruno (1996), o processo de formação das novas gerações de trabalhadores também está pautado pela dinâmica do desenvolvimento capitalista, mas isso não significa que a classe trabalhadora é um agente completamente passivo, apenas sofrendo as determinações e imposições dessa instância que o dominam, sentindo o peso da exigência educacional como um fator fundamental para o desenvolvimento dos mecanismos econômicos do capitalismo, mas ele, sobretudo, concebe o capital como uma relação que faz parte da dinâmica da sociedade, levando-o a procurar a escolarização.

A educação não é, de forma alguma, o único e nem o fator desencadeador deste desenvolvimento globalizado. O elemento básico nesta questão refere-se às formas de exploração do trabalho que estão na base dos distintos padrões de acumulação de capital.

Esses novos padrões determinados pelo novo paradigma da reestruturação produtiva e da flexibilização (MACHADO, 1992) reduzem os níveis de fragmentação do trabalho como ocorria no modelo taylorista-fordista.

Diversos estudos sobre o processo de modernização tecnológica têm destacado a importância que vêm adquirindo as inovações organizacionais na estratégia de modernização das empresas (KOVÁCS, 2001; SHIROMA, 1997; LEITE, 1994).

Tudo indica que, após a aquisição de novas tecnologias de produção e ou prestação dos serviços, a reorganização se tornava vital à sobrevivência da empresa, uma questão fundamental baseada nos princípios da flexibilidade, qualidade, agilidade e na satisfação do consumidor.

Com a flexibilização funcional, emerge uma nova força de trabalho qualificada de forma mais geral, adequando-se aos novos padrões. Essa lógica leva o trabalhador à procura de especialização, de capacitação e da educação básica para a certificação exigida no mercado de trabalho que utiliza cada vez mais novas tecnologias, demandando por mais educação geral. O que contribui para o desenvolvimento de capacidades abstratas, “multihabilidades, de formação polivalente, de formação seletiva, fragmentária, pragmática e produtivista” (MACHADO, 1992). Tudo isso, para atender os novos ditames do capital que busca um “novo perfil” dos trabalhadores, baseados nas novas demandas de qualificação para o trabalho.

Os debates realizados no GT – Trabalho e Educação da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) sobre a qualificação do trabalhador envolvem dois eixos significativos: a centralidade da educação básica, da qual faz parte a educação dos jovens e adultos, pois está caracterizada como educação básica e a requalificação enquanto formação profissional, oportunizada através de treinamentos e ou capacitação e por cursos técnicos e de aperfeiçoamento.

Machado faz uma distinção entre o saber polivalente e o saber politécnico para não deixar dúvidas em relação à função educacional dessas duas modalidades de ensino.

A construção de um saber polivalente depende da educação básica, mas sem que seja necessário uma grande revolução na escola. O saber politécnico, entretanto pressupõe uma total reestruturação do ensino básico e da formação básica nos cursos que profissionalizam, sem o que se inviabiliza a possibilidade da autonomia necessária à educação continuada e à qualificação (1992, p. 21).

O saber polivalente construído por meio da educação básica apresenta características específicas, tem um caráter mais criativo, desenvolve a capacidade de trabalhar em equipe, além de novas habilidades e de uma comunicação diferenciada. O saber politécnico reúne o conhecimento com a experiência, exige habilidades mais genéricas, domínio de linguagens e procedimentos técnico-científicos na resolução de problemas.

Neste sentido, o documento base PLANFOR estabelece que “a qualificação profissional é complemento indispensável, mas jamais substitutivo da escolaridade básica. É urgente, portanto, um esforço massivo e intensivo de elevação da escolaridade da PEA²” (PLANFOR, 2005, p. 41).

A educação básica é responsável em dar formação para o trabalhador com todos os atributos já anunciados. Assim a Educação de Jovens e Adultos encontra-se em uma situação de subordinação ao capital, principalmente nas cidades de médio e grande porte que concentram pólos industriais e de serviços desenvolvidos, necessitando do aporte educacional oferecido por essa modalidade de ensino.

Para compreender os interesses privados na educação pública de jovens e adultos, em especial, da rede estadual de ensino, desenvolvemos este estudo, visando contribuir com análises e reflexões sobre o tema da escolarização básica e das qualificações demandadas aos trabalhadores pela reestruturação no setor de comércio varejista e pelo provimento desta formação pelo Estado.

Nossa opção de investigação ocorreu em virtude da importância e do crescimento desse setor nas últimas décadas. Segundo Ruberti e Guimarães (2005), o setor dos serviços ocupou em 1990, 51,19% de pessoas e, em 2003, esse percentual elevou-se para 62,04%, demonstrado empiricamente pelo grande número de lojas e produtos que surgem a cada dia e também pela mudança de hábitos do consumidor brasileiro, por exemplo, a preocupação quanto aos produtos mais saudáveis, o aumento de compras de produtos semiprontos, o acesso às novas tecnologias, principalmente a teleinformática e outras que tornam a vida mais prática.

Pesquisas realizadas pelo DIEESE/SC (1999) (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), revelam que a modernização, as novas tecnologias e a informatização nos equipamentos vêm produzindo uma reestruturação no comércio, que não apenas facilita o atendimento do consumidor e reduz custos dos empresários, mas também elimina postos de trabalho. A reestruturação das atividades tem efeito direto sobre a

² PEA – População Economicamente Ativa.

qualificação dos trabalhadores, modificando as relações de trabalho dos comerciários, os hábitos dos consumidores e as relações de consumo.

As mudanças constatadas na organização (vendas, controle de estoque, contabilidade, fornecedor, distribuidor, financeira) e nas relações de trabalho do setor de comércio varejista com a introdução de novas tecnologias de base microeletrônica ameaçam muitas funções que estão deixando de existir, contribuindo para a diminuição dos postos de trabalho e para o aumento da procura por qualificação e escolarização. Em contrapartida outras funções estão sendo criadas, porém não na mesma proporção da diminuição da quantidade dos postos de trabalho.

As novas demandas por qualificação no setor dos serviços colocam a educação básica como essencial à formação da classe trabalhadora desse setor que precisa concluir, no mínimo o ensino médio para a possibilidade de manter-se empregado. Partindo da necessidade de escolarização e qualificação, a empresa selecionada desenvolve uma parceria com o SESC e a SED (Secretaria de Educação e Inovação), a fim de promover a educação básica a seus trabalhadores.

Assim como o SESC, outras instituições (FCDL/SC - Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina) e SONAE (Sociedade Nacional de Estratificados), Distribuição Brasil S/A, fazem convênios com a Secretaria de Educação e Inovação para estabelecer parcerias com setores privados da economia capitalista (comércio, serviços e indústria), articulando-se para garantir a escolaridade de seus trabalhadores³.

Na última década, a EJA tem sido alvo de muitos debates e produções relevantes, devido à importância dessa educação que precisa e merece ser reconhecida como uma modalidade educacional, preocupada com a escolarização dos jovens e adultos que, por diversos motivos, foram impedidos de concluir a sua formação em tempo propício à educação básica.

A EJA carece de um estudo mais aprofundado para desenvolver práticas próprias à educação dos trabalhadores, uma educação que segundo Kuenzer (2002) esteja adequada às circunstâncias reais nas quais vive o trabalhador, de forma que ele as compreenda e que também possa transformá-las.

Durante o tempo que trabalhei com a Educação de Jovens e Adultos, uma das grandes preocupações demonstradas pelo CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos), era

³ Essas informações foram conseguidas junto a SED-SC, que forneceu cópias dos convênios que realizaram no anos de 2003 e 2004. Conforme anexo V.

desenvolver metodologias e práticas pedagógicas que estivessem voltadas à realidade dos alunos/trabalhadores que procuravam e utilizavam essa modalidade de ensino, sempre assessorados diretamente pela Gerência de Educação, responsável pela região e Secretaria de Educação e Inovação, que demonstrava muito interesse e empenho na realização de capacitação docente, na melhoria dos recursos técnicos e administrativos. Em síntese, uma educação de qualidade para formar alunos/trabalhadores preparados, capacitados e certificados para a competitividade.

Para entender as preocupações e o empenho para o sucesso da EJA, é imprescindível conhecer as propostas e regulamentações existentes para a educação de jovens e adultos, e como o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos atuam para subsidiar e promover condições ao desenvolvimento e aplicabilidade da EJA no Brasil.

Torna-se imperativo explicitar a EJA em todas as suas especificidades, principalmente o caminho que tem percorrido na última década em relação às bases que orientam essa educação para entrar em consonância com os princípios da Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos.

O trabalho que desenvolvemos possibilitará uma reflexão sobre a metodologia de ensino da Educação de Jovens e Adultos na rede pública estadual de educação por meio dos CEJAs (Centro de Educação de Jovens e adultos), a aplicabilidade das propostas apresentadas pelos organismos e instituições nacionais na EJA, além de analisar como a educação tem se desenvolvido dentro das empresas a partir dos convênios e parcerias entre a educação pública e o capital como já mencionado e, também, a possibilidade de cooperarmos com sugestões e recomendações que contribuam para o diagnóstico, a avaliação e elaboração de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos.

Diante do processo de implementação e gestão da educação do trabalhador, desenvolvido por empresas privadas de diferentes setores da economia, especialmente pelo setor dos serviços, o qual utiliza-se da educação pública de jovens e adultos como um meio adequado de certificá-los de acordo com as exigências do mercado, procuramos desenvolver uma pesquisa para dar condições de compreender que articulações se estabelecem entre o público e o privado que possibilita uma empresa privada de promover a escolarização básica de seus trabalhadores utilizando um serviço público que contribui para capacitação dos alunos/trabalhadores?

OBJETIVOS

Geral

Pesquisar os limites e possibilidades da escolarização básica de trabalhadores, realizadas pela parceria público-privado, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos que necessitam de formação para atender as exigências competitivas do mercado.

Específicos

1. Fazer uma revisão bibliográfica sobre reestruturação no setor varejista;
2. Analisar nos documentos nacionais e estaduais da EJA, os objetivos, finalidades, público alvo, metas, prioridades anunciadas assim como as metodologias e formas de articulação entre público-privado recomendadas;
3. Investigar o processo educacional de trabalhadores numa empresa do setor de comércio varejista em Santa Catarina;
4. Identificar as convergências e contradições entre princípios, diretrizes, Projeto Pedagógico do CEJA e objetivos, metas da empresa e condições oferecidas por ela à formação de seus funcionários;
5. Analisar como os professores, os alunos/trabalhadores, o CEJA, o SESC e a empresa avaliam essa escolarização básica e a certificação como uma forma de qualificação.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido de acordo com uma abordagem qualitativa, por meio do procedimento metodológico denominado de “estudo de caso” (TRIVIÑOS, 1987; LÜDKE E ANDRÉ, 1986).

Considerando os aspectos metodológicos, desenvolvemos a revisão bibliográfica das várias pesquisas e abordagens sobre a educação do trabalhador e suas transformações, as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, as novas exigências produtivas determinadas pela globalização que levam à reestruturação produtiva e a reestruturação no setor dos serviços, que passa por profundas transformações na organização e na estruturação interna desse setor, principalmente o setor varejista, além da estreita relação entre o espaço público e o privado a partir da reforma do Estado contemporâneo.

Muitas informações e documentos foram conseguidos na fase exploratória que, de acordo com Lüdke e André (1986), podem ser frutos de observações e depoimentos feitos por pessoas ligadas ao fenômeno estudado e de especulações baseadas na experiência pessoal do pesquisador

Partindo dessa idéia, utilizamos como instrumento um questionário de sondagem para levantamento de dados junto à Secretaria de Educação e Inovação, direcionada à gerência de Educação de Jovens e Adultos. As informações e os documentos obtidos foram importantes para a realização da pesquisa, iniciada com a análise dos seguintes documentos:

1. Lei nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDBEN sobre as deliberações para a EJA.
2. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, parecer n. 11/2000.
3. Escola de Fábricas, um projeto recente (2005) do Ministério da Educação – MEC para proporcionar as empresas privadas financiamento para a educação de trabalhadores através das unidades formadoras.
4. O Projeto Político do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos de Florianópolis, um documento que permite analisar o currículo, e as prática pedagógicas da EJA, as diversas metodologias de ensino desenvolvidas e aquelas mais utilizadas pelas empresas conveniadas.
5. Os convênios estabelecidos entre a Secretária Estadual de Educação e Inovação com o SESI, SESC, SONAE E ARCAFAR.

De acordo com Triviños (1987), o sucesso da pesquisa de campo depende dos fundamentos teóricos do pesquisador e da capacidade de movimentar-se com segurança na

pesquisa de campo, garantindo a clareza e a simplicidade na elaboração das questões de entrevistas que facilitam a compreensão sem maiores explicações.

Como a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, utilizamos essa técnica com os diferentes sujeitos envolvidos no processo de formação escolar do trabalhador. Na empresa pesquisada aplicamos as entrevistas com: os docentes, os alunos trabalhadores, a coordenadora dos convênios do SESC, a Secretaria de Educação e Inovação – Gerência de Educação de Jovens e Adultos, os coordenadores de convênios e projetos do CEJA e a direção do CEJA.

A análise qualitativa dos dados foi desenvolvida de acordo com as categorias dos entrevistados e pelo entrecruzamento das informações obtidas nas entrevistas com as análises dos documentos e a base teórica contribuíram para responder a problemática central e as questões de pesquisa que nortearam a investigação.

Primeiros contatos

Os primeiros contatos efetuados para a realização da pesquisa aconteceram no último trimestre de 2004, com a Secretaria de Educação e Inovação do Estado de Santa Catarina, principalmente com a Gerência de Educação de Jovens e Adultos. Os profissionais desta gerência demonstraram simpatia e colaboração com a pesquisa, não medindo esforços para colocar-nos a par de como se efetuava a relação de parceria entre a Secretaria de Educação e as empresas privadas que mantêm convênios com a mesma. Os dados preliminares sobre os convênios foram obtidos com uma funcionária da Secretaria que nos entregou cópias dos convênios já devidamente publicados no Diário oficial.

A SED (Secretaria de Educação e Inovação) nos colocou em contato com a Direção do CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos), instituição responsável na rede pública estadual de ensino pela promoção, acompanhamento e coordenação pedagógica da Educação de Jovens e Adultos no Estado de Santa Catarina. A direção do CEJA de Florianópolis contribuiu de forma positiva para a pesquisa, fornecendo material para análise da estrutura organizacional, didática e pedagógica dessa instituição e da modalidade de educação de jovens e adultos, além de nos colocar em contato com a coordenadora de convênio do SESC (Serviço Social do Comércio).

Durante a pesquisa, foram feitos muitos contatos com o SESC e CEJA para se efetivar uma aproximação com a empresa, que pertence a uma rede de unidade varejista de Santa Catarina. O primeiro contato com a empresa foi através do SESC, durante as aulas que, por sua vez, eram ministradas pelos professores ligados diretamente ao SESC. Nesta visita, conversei com uma funcionária dos recursos humanos, a responsável pela educação dos trabalhadores da empresa na parceria com o SESC. Com sua colaboração obtive muitas informações relevantes, além de solicitar uma entrevista com o gerente dos recursos humanos. Foi nesta visita que fiz os primeiros contatos com os alunos/trabalhadores que se mostraram desconfortáveis com a minha presença, não foi fácil persuadi-los a e conceder-me a entrevista.

A funcionária da empresa (recursos humanos) solicitou o encaminhamento antecipado ao gerente dos recursos humanos, de um relato, apresentando as questões da possível entrevista. A solicitação foi atendida e encaminhei um roteiro síntese da intenção de entrevista. Durante mais de dois meses, estive em contato constante com a empresa em busca de uma resposta positiva para a entrevista com o gerente dos recursos humanos, que acabou não acontecendo. Entretanto, durante esse tempo, consegui fazer as entrevistas com os alunos/trabalhadores, os professores, a coordenadora do SESC e com os coordenadores de projetos e convênios do CEJA.

A pesquisa de campo na empresa ficou restrita à observação feita durante a visita, quando assisti às aulas e nas observações que fiz no local de trabalho dos alunos/trabalhadores, um espaço permitido a um cliente em potencial. As entrevistas com os professores aconteceram através da coordenação de convênio do SESC que acompanhou a empresa em todo o processo de desenvolvimento de escolarização de seus funcionários.

As entrevistas

As entrevistas foram feitas com várias categorias envolvidas no processo de formação básica dos alunos/trabalhadores. O quadro 1 mostra quem foram os entrevistados e a função que desempenham na SED (Secretaria de Educação e Inovação), no SESC (Serviço Social do Comércio), no CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) e na empresa.

QUADRO 1. Entrevistados

SED	SESC	CEJA	EMPRESA
1 funcionária da gerência de educação de jovens e adultos	1 coordenadora de convênios	1 diretor adjunto	1 funcionário de recursos humanos
	1 professora graduada	2 coordenadores de projetos e convênios	5 alunos trabalhadores
	3 professores estagiários		

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa, (2005).

O processo de entrevistas teve início com os primeiros contatos com a SED e com o CEJA, através dos quais recolhemos o máximo de informações sobre o convênio estabelecido entre a SED/SESC e a empresa, além de informações sobre a empresa.

Com as categorias profissionais, ligadas diretamente à escolarização dos alunos/trabalhadores, ou seja, a direção, os professores e coordenadores do SESC e do CEJA, as entrevistas aconteceram de forma tranqüila. Todos colaboraram e prestaram informações relevantes.

O contato com os alunos/trabalhadores aconteceu durante as aulas que observei, onde conversei com toda a turma. Não foi nada fácil conseguir as entrevistas individuais com os alunos e alunas/trabalhadores, pois demonstraram um certo receio em se disponibilizar para a entrevista, até mesmo fazer comentários no grande grupo. Para dar continuidade, as entrevistas foram realizadas fora da empresa.

Durante as visitas realizadas à empresa, foi possível entrevistar informalmente um dos funcionários, responsável pelos recursos humanos, mas essa entrevista não foi gravada. A grande dificuldade, no desenvolvimento do trabalho de campo, foi a resistência do Gerente dos Recursos Humanos que não concedeu a entrevista, alegando que a política da empresa não permitia fornecer as informações para trabalhos acadêmicos. Apesar desse impedimento, conseguimos as informações necessárias à realização do trabalho.

Estrutura dos capítulos

O presente trabalho está estruturado em três capítulos que demonstram o caminho percorrido.

No primeiro Capítulo, “As novas configurações para o mercado de trabalho em tempos de reestruturação econômica”, procuramos demonstrar, com uma revisão bibliográfica, o processo de globalização pautado no ideário neoliberal, que está se tornando mais acelerado, impondo a sociedade contemporânea mudanças significativas, ligadas, principalmente, aos interesses privados de desenvolvimento da economia mundial.

As exigências do mercado competitivo global impõem novas formas de relação entre os homens e determinam novos espaços de atuação do Estado que passa a ser um órgão garantidor dos interesses privados capitalistas que mantêm sob o seu controle as relações econômicas e o próprio desenvolvimento da sociedade.

Neste contexto de desenvolvimento, transformação e inovações tecnológicas, o setor dos serviços vem apresentado um crescimento intenso e, uma grande diversidade em suas atividades, ocupando um lugar expressivo na economia mundial, necessitando desenvolver as condições para competir e sobreviver no mercado.

Para isso, deve dispor de trabalhadores que acompanhem e adaptem-se as mudanças que ocorrem de uma forma muito rápida, principalmente nas relações de trabalho. Novas qualificações e competências vão necessitar de um novo perfil de trabalhador que possa contribuir para melhorar a qualidade, e a competitividade do capital privado.

Com o segundo capítulo, “A nova face da educação pública” procuramos evidenciar como as transformações do capitalismo, nas últimas décadas, influenciaram diretamente nos sistemas educacionais, principalmente nos países periféricos, que precisam adequar-se às novas exigências, sendo a educação uma das formas encontradas para colocar esses países num processo de desenvolvimento econômico e competitividade mundial.

Para adequar a educação às novas exigências mercadológicas, é fundamental a participação do Estado e outras instituições criadas para garantir a elaboração, financiamento e promoção de reformas educacionais. Neste contexto, a educação básica passou a ser muito valorizada como um meio essencial de formação do trabalhador. Assim, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser a educação mais apropriada para escolarizar e garantir a

formação do trabalhador que precisa desenvolver os atributos essenciais às exigências do mercado.

Apesar do lugar de destaque ocupado pela EJA, esta não estaria apta para atender às exigências educacionais do capital privado num curto espaço de tempo, o que desperta o interesse empresarial no processo educacional, ocasionando as relações mais íntimas entre o espaço público e privado, materializados pelos convênios e parcerias entre a educação pública e a empresa privada.

Destacamos o interesse do setor dos serviços na procura por escolarização e formação básica de seus trabalhadores e apresentamos, no terceiro capítulo, informações sobre a reestruturação do setor varejista e como a tecnologia de última geração disponível no Brasil está transformando as relações de trabalho e a educação do trabalhador desse setor. Discutimos também se a educação está sendo condicionada a promover a escolarização e certificação dos trabalhadores como uma das exigências para a sua “empregabilidade”.

Neste capítulo, apresentamos as relações articuladas entre a empresa privada e o ensino público, a escola/empresa como uma realidade que já faz parte dos investimentos de empresas privadas nacionais que pretendem competir no mercado.

CAPÍTULO I

AS NOVAS CONFIGURAÇÕES PARA O MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA

1.1. As mudanças nas relações econômicas: exigências do mercado globalizado

A crise de acumulação do capital tem acelerado, significativamente, o movimento de concentração da riqueza em todo o mundo. Os grandes grupos financeiros preservam os seus interesses econômicos em detrimento da grande maioria da população, que é desafiada a sobreviver e qualificar-se para encontrar espaço no mercado de trabalho que a cada dia se torna mais competitivo. Essa metamorfose global faz parte do processo de globalização.

A globalização mundial está inserida dentro de um processo de ampliação do liberalismo econômico idealizado por Adam Smith (1723-1790) dentro de uma filosofia iluminista do século XVIII que, hoje, na sociedade contemporânea, vai além das intenções do desenvolvimento do capital e do acúmulo de riquezas para a esfera privada.

O neoliberalismo contemporâneo tem levado a mundialização⁴ de todas as sociedades, em todas as suas categorias de relações (sociais, políticas, produtivas e culturais). De acordo com Silva (1995), estamos atrelados a um mundo sem fronteiras e o que estamos presenciando é um processo de ampla redefinição global das relações humanas, constantemente desafiadas à adaptação à política liberal.

Mas, foi a partir da segunda metade dos anos de 1980, que esse processo se acentuou, com a intensificação dos negócios internacionais, com o aumento dos investimentos estrangeiros em países em processo de desenvolvimento e também pela fusão de muitas empresas privadas e pelo fortalecimento dos grandes blocos econômicos mundiais que promoveram a internacionalização da economia e conseqüentemente de outros setores da sociedade, acirrando-se a interdependência das economias através das relações mercantis que,

⁴ Mundialização é uma categoria utilizada por Chesnais (1996). Ele faz uma distinção em relação à categoria “globalização”. Argumenta que o capital, na verdade, não está se globalizando, distribuindo os investimentos externos diretos de forma equivalente ou proporcional ao redor do planeta, mas está aumentando sua capacidade de concentração nos países que compõem o que ele chama de Tríade (Estados Unidos e Canadá, países membros do Mercado Comum Europeu e Japão). Os países emergentes, como Brasil, continuam na periferia desse movimento e muitos outros que nem sequer são considerados.

segundo Santos (2001), contribuiu para acelerar o processo de globalização na década de 1990, onde as empresas, mais que o mercado, se tornaram os vetores fundamentais da globalização.

Muitos são os fatores que favorecem a globalização e que exercem uma influência significativa nos processos de mundialização, como os meios de comunicação, transportes e, principalmente, a difusão das inovações tecnológicas que levam a concorrência, exigindo do capital privado e também do público, a adequação a esse novo mercado mundializado (CHESNAIS, 1996).

O capitalismo sempre encontra uma forma de reproduzir-se e, a mais sutil delas, foi o processo de privatização vivido por muitos países após a década de 1990, resultando em fusões e o controle do capital por um menor número de instituições que controlam uma percentagem cada vez maior do mercado. *“O realinhamento de estratégias faz-se por via de uma crescente concentração”* (SANTOS, 2001, p. 22).

A privatização levou muitos grupos e instituições privadas a ganharem poder e influência que ultrapassam o domínio e o controle exercido pelo Estado-Nação visto que, o mesmo, também será envolvido no processo de reestruturação e transformações, apresentado de forma mais aprofundada no texto sobre as transformações do Estado contemporâneo.

As mudanças na economia de mercado assinaladas a partir das privatizações levam as empresas a intensificarem a produção e o aumento da competitividade entre as economias mundiais, internacionais, nacionais, regionais e por que não locais. Dando início na década de 1990 a um processo de reestruturação produtiva e organizacional das empresas que buscaram sobreviver ao mercado globalizado.

Muitos foram e continuam sendo os desafios vividos pela sociedade. Os empresários, os industriais, o capital privado de modo geral, os governantes, as organizações públicas e, principalmente a classe trabalhadora, procura encontrar soluções que possam garantir a sua sobrevivência nas novas relações de trabalho (IANNI, 1994).

Face aos problemas vividos pela economia mundial e as inúmeras dificuldades em manter-se na competitividade e concorrência, as empresas têm reagido de diferentes formas, de acordo com os setores da economia, indústria, comércio ou serviços, mostrando-se dispostas às inovações.

As empresas de capital privado têm assumido, de forma consistente a necessidade de redefinir e reorganizar o conjunto de suas estratégias administrativas no que se refere à integração com seus fornecedores-produtores, à produtividade interna, a comercialização ou a

qualidade e principalmente com a potencialidade da classe trabalhadora. Isso tudo para fazer frente às mudanças no cenário nacional e internacional (IANNI, 1994).

As mudanças nas estratégias redefinem, também, as relações de poder que se aplicam a todas as formas de dominação em uma sociedade e em quaisquer circunstâncias. Podem mudar, inclusive, os padrões culturais, aqueles mais tradicionais, como valores e comportamento humano, onde as idéias passam por transformações para atender às necessidades, principalmente, do mercado, do capital e as de sobrevivência do próprio homem, que é forçado a adequar-se as exigências impostas pela globalização,

o capital e a tecnologia, a força de trabalho e a divisão do trabalho também tecem o novo mapa do mundo. Mesclam-se raças, culturas e civilizações, nos movimentos migratórios que atravessam fronteiras geográficas e políticas, articulando nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos (IANNI, 1994, p. 06).

Para tanto, as empresas tornam-se mais exigentes, em especial, às especificações de qualidade em seus produtos ou serviços. A inserção e o ajuste das empresas ao processo de globalização e reestruturação produtiva, sob uma nova base científica e tecnológica, constituem um recurso indispensável e essencial para mudar as formas organizacionais, estratégias de produção, integração de técnica com recursos humanos e a flexibilidade nos processos produtivos. *“A empresa flexível é aquela que consegue responder a uma procura incerta e variada, mudar rapidamente, se for o caso, produto, processos e mercados, utilizando tecnologia, estruturas, trabalho e pessoas flexíveis”* (KÓVACS, 2001, p. 47).

A internacionalização da economia vem transformando a sociedade, forçando a reunião de mundos culturalmente diferentes e contribuindo para o aniquilamento de pequenos capitais que se vêem obrigados a se unirem em mega empresas ou a venderem o que restou para não chegarem à falência.

O processo de globalização tende a concentrar as indústrias, o comércio e até mesmo os serviços nas mãos de pequenos grupos financeiros que irão controlar os caminhos, o futuro do trabalho, principalmente, o assalariado, que tem passado por processos de perda incalculáveis e irrecuperáveis, já a classe trabalhadora tem sentido isso a cada dia que passa, se vendo obrigada a sujeitar-se e adaptar-se às novas relações de trabalho para conseguir vender a sua força de trabalho, como meio de garantir a sobrevivência.

A globalização trouxe, segundo Ianni (1994), conseqüências arrasadoras para a questão social, que tem convivido com problemas graves, a começar com o aumento considerável do desemprego, o subemprego, a super exploração da força de trabalho, que sofre uma desvalorização assustadora e tantos outros problemas decorrentes da situação de miséria, de abandono em que vive uma grande maioria da população, principalmente, dos países periféricos, como: a violência, a falta de assistência médica, de saúde, de moradia, de saneamento básico, a discriminação de todas as formas são problemas que afetam todas as dimensões da condição humana.

A sociedade contemporânea está se tornando a cada dia mais individualiza, as pessoas procuram manter ou conseguir seu espaço, convivem com a possibilidade e a oportunidade de melhores condições de trabalho e de vida. Os desígnios do capitalismo sempre exerceram grande influência sobre as pessoas, que acabam assimilando um padrão de comportamento, condicionando os indivíduos a uma vida efêmera, cheia de encantamentos, os quais não permitem a análise da concreta realidade de controle do capital sobre a vida humana. É assim que a sociedade capitalista continua se reproduzindo, segundo Marcuse (1982, p. 63 e 64).

Se os indivíduos estão satisfeitos a ponto de se sentirem felizes com as mercadorias e os serviços que lhes são entregues pela administração, por que deveriam eles insistir em instituições diferentes para a produção diferente de mercadorias e de serviços diferentes? E se os indivíduos estão condicionados de modo que as mercadorias que os satisfazem incluem também pensamentos, sentimentos, aspirações, por que deveriam desejar pensar e imaginar por si mesmos.

A ciência e a técnica estão a serviço do capital para garantir a completa satisfação das necessidades das pessoas com mercadorias de qualidade que encantam os olhos e o prazer do consumo.

De acordo com Kovács (2001), as tecnologias são adaptadas às necessidades dos utilizadores e de um tipo de organização descentralizado que tem como objetivo o aumento da produtividade com soluções técnicas, sobretudo as de *software*, concebidos para servirem de apoio às decisões no nível dos postos de trabalho, favorecem o trabalho em equipe, facilitam o diálogo e a interação entre as unidades da empresa a desenvolverem um sistema de informação que apóia a estrutura organizacional descentralizada.

Diante de todo aparato do desenvolvimento tecnológico, as empresas, como coloca Santos (2001), são condicionadas a implementarem profundas reestruturações internas e de alterarem também as estratégias de produção e controle, a fim de manter-se na concorrência mercadológica.

O modelo de sociedade globalizada, que passou a figurar após a década de 1980, provocou um esgotamento do padrão de acumulação vigente, baseado na organização e operacionalização taylorista e fordista que já não atendia mais as necessidades do capital, levando a sua superação com a implantação de novas tendências organizacionais da produção e do trabalho para atender às exigências de produtividade, com um padrão cada vez mais elevado de qualidade dos produtos e serviços.

Se nos anos 80 era importante inovar tecnologicamente, nos anos 90 considerou-se que era crucial mudar organizacionalmente. As empresas têm vindo a introduzir profundas mudanças organizacionais, abandonam as estruturas organizativas burocráticas e utilizam cada vez estruturas em rede, com elevado grau de integração e flexibilidade (SANTOS, 2001, p. 37).

Apesar da possibilidade de superação do modelo taylorista/fordista ser gradativo fica evidente a modernização pelas quais as empresas têm passado, quando são incorporados novos conceitos técnicos e operacionais que se combinam com integração e flexibilidade influenciando nas relações de trabalho. *“Afasta-se dos princípios tradicionais não precisando controlar recursos vastos, disciplinar exércitos de trabalhadores ou impor rotinas previsíveis”* (REICH, 1993; apud SANTOS, 2001, p. 37). Novas habilidades e competências passaram a ser exigidas da força de trabalho, como: capacidade de intervir, agir e decidir situações imprevistas ou imprevisíveis (BRUNO, DOWBOR, 1996; MACHADO, 1998).

As novas formas de organização empresarial passam a valorizar atributos, antes dispensáveis ao trabalhador, como iniciativa para apresentar soluções dos problemas operacionais e capacidade de pensar como se fosse o responsável pelo desempenho da empresa. Essas novas atribuições, reconfiguram a importância da escolarização e o controle de qualidade que tende a se elevar cada vez mais (DOWBOR, 1996).

O interesse demonstrado pelo capital nas últimas décadas, em relação ao trabalho e a educação, fazem-se nos limites do desenvolvimento da tecnologia, da expansão do capital, da necessidade de competitividade, competência e qualificação que induz o trabalhador à necessidade de estudar, de especializar-se para garantir o emprego.

É preciso analisar essa atuação do capital que, vem buscando ajustar a educação e a formação profissional à reestruturação produtiva, concebida como consequência de uma nova base técnica e dos processos de globalização, que envolve o trabalhador, para que o mesmo sinta-se no compromisso de qualificar-se, para enfrentar os desafios no mundo do trabalho, sem a devida preocupação com as condições de trabalho e a qualidade de vida (LEITE, 1996).

Como enfatiza Gounet (1999), quanto mais o capitalismo avança, mais os empresários e seus aliados introduzem métodos sofisticados para, ao mesmo tempo, aumentar a contribuição de cada trabalhador para a criação de riqueza, no sentido geral, e reduzir a capacidade de resistência coletiva dos operários.

A cultura da competição desmedida, de superação de limites cada vez mais difíceis, está nos roubando bons momentos de nossas vidas e isso não é saudável. E, além de tudo, é o que nos trouxe até aqui, a essa sociedade de pessoas ansiosas, insatisfeitas e, não raro, frustradas e infelizes, por não terem condições de uma vida melhor, de garantia de empregos bons e salários que lhes garantam uma certa dignidade. Por isso, os homens e mulheres, tornam-se sujeitados a essa dominação, não por vontade, mas por necessidade.

Torna-se importante que uma pequena parcela da sociedade possa se preocupar e trazer para dentro dos espaços de construção do conhecimento e de formação educacional uma discussão acerca das relações de trabalho e educação. É fundamental que profissionais, ligados principalmente, à educação de jovens e adultos, percebam que produzir um sujeito competitivo para o trabalho já não é o suficiente. (SAVIANI, 1994; KUENZER, 1992).

Assim, vale ressaltar, os estudos do GT Trabalho e Educação da ANPEd, com produções relevantes acerca da relação íntima que existe entre educação e trabalho, contribuindo com sugestões e recomendações para a elaboração de políticas públicas para a educação básica, profissional e acadêmica dentro das novas exigências do mercado, dais quais não podemos fugir, nem ignorar, mas encontrar formas de mantê-la dentro de padrões que contribuam para a construção de homens e mulheres completos e não somente bons trabalhadores (KUENZER, 2002; SAVIANI, PAIVA, 1993; WARDE, 1993).

Se os sistemas educacionais preocuparem-se em formar apenas trabalhadores e bons competidores, estarão contribuindo para perpetuar a realidade de deformação social com a qual convivemos. Entretanto, os sistemas educacionais, estão interligados aos organismos públicos constituídos e mantidos pelo Estado, que coordenam todo o processo de educação Brasil.

1.2. As transformações do Estado contemporâneo

O que caracteriza o desenvolvimento histórico do capitalismo é, fundamentalmente, o seu processo excludente, determinante e contraditório, assinalado e percebido em todas as sociedades, um capitalismo que se apresenta e se articula de diferentes formas, complexas e heterogêneas. *“Um processo amplo de redefinição global das esferas social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável á visão social e política liberal”* (SILVA, 1995, p. 13).

Sua materialização dentro de uma dimensão global é percebida pelas diversas formas com que as sociedades se organizam e se preparam para acompanhar as transformações ocorridas e impostas pela forma social do capital que, além das inovações, mantêm um certo conservadorismo quanto à reprodução das relações sociais. Percebemos a complexidade em atingir e compreender o alcance deste processo, ao mesmo tempo conservador e transformador.

O capitalismo, historicamente produzido, pode ser mais bem compreendido a partir das contribuições da análise do marxismo, um dos elementos mais significativos para a concepção deste modo de produção. O processo de acumulação e de auto-expansão do capital, hoje mais percebido do que nunca, constitui a tendência dominante e inerente à sua forma de se concretizar historicamente. É no interior deste movimento de acumulação e de auto-expansão que se produz o avanço crescente do processo de globalização, convertendo todas as esferas e relações sociais em mercadoria (MARX & ENGELS, 1974).

No tocante ao processo de globalização da economia, um dos impactos mais marcantes refere-se à redefinição do papel do Estado que, historicamente vem passando por um conjunto de transformações, principalmente e sobremaneira nas políticas públicas sociais, especialmente no final do século XX e início do século XXI.

Entretanto, para facilitar a compreensão destas transformações que afetam todas as relações sociais, é importante recuperar a função do Estado e suas configurações a partir da hegemonia capitalista do século XIX.

Marx, em sua obra “A Ideologia Alemã”, descreve a correlação que existe entre o desenvolvimento das relações econômicas, o Estado e as ideologias. O conjunto dessas relações constitui a sociedade, isto é, a base real sobre a qual se forma uma superestrutura

jurídica e política, que correspondem a formas determinadas da consciência social. Portanto, não é o Estado que determina a estrutura econômica, mas ao contrário. Na verdade a sociedade civil e as relações econômicas vivem em um Estado determinado, pois são garantidas as condições de reprodução dessas relações pelo próprio Estado. Podemos dizer então, que:

Estado é parte essencial da estrutura econômica, é um elemento essencial da estrutura econômica, justamente porque a garante (. . .) O Estado capitalista garante o predomínio das relações de produção capitalistas, protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta (ou renda parasitária), garante a reprodução e ampliação do capital, a acumulação capitalista. Portanto, é um elemento que faz parte integrante das próprias relações de produção capitalistas, mas é determinado por estas (GRUPPI, 1980, p. 27 e 28).

Então, o Estado é o resultado de um processo pelo qual a classe economicamente dominante, determina o seu poder sobre a sociedade inteira, isto é, o Estado é a expressão dessa dominação, mas também tem o Estado a função de mediador entre as classes (dominante e dominado) é um organismo que procura manter o equilíbrio da sociedade por meio de ações de ordem jurídica e política.

De acordo com as teorias de Marx, o Estado é a expressão da dominação da classe economicamente dominante na sociedade contemporânea e tem, cumprido de forma magnífica, o papel de garantir os interesses econômicos e a riqueza mundial de uma minoria, acumulada em séculos de exploração da classe trabalhadora.

Depois de meados do século XX, ficou mais evidente a acumulação do capital, que determinou e continua determinando mudanças drásticas em todas as formas de relação na sociedade, principalmente, nas relações de trabalho, que é uma categoria essencial à vida humana.

O agente principal das mudanças na sociedade é o Estado que procura desenvolver reformas para garantir a reprodução e a acumulação da riqueza.

Nesta perspectiva, podemos dizer que a partir da década de 1970, os países, tanto desenvolvidos quanto aqueles em desenvolvimento, dentre eles os países da América Latina, vivenciaram uma profunda crise associada à crise do *Welfare State* que deu início a um processo de muitas reformas de inspiração neoliberal, afirmando o Estado como ineficiente,

vítima dos interesses privados e que seu protecionismo desencoraja o trabalho e também tende a favorecer excessivamente os grupos de pressão.

Os neoliberais também dizem que eficiência é sinônimo de mercado, os defeitos do Estado são piores que os do mercado, ou seja, é melhor conviver com as falhas do mercado que tentar concertá-las utilizando o Estado (PEREIRA, 1996).

O Estado, no sentido estrito que estamos utilizando, é um tipo especial de organização burocrática, composta, de um lado, por um governo, uma burocracia pública e uma força armada e, de outro lado, por um complexo sistema legal ou constitucional que aponta para novas formas de resolução da crise do capitalismo, visando redefinir os espaços entre as esferas pública e privada, via redução da intervenção do Estado (PEREIRA, 1996).

O que pretendemos não é trazer para discussão o papel do Estado na economia, mas especialmente o seu papel na educação. Todavia, é a partir das mudanças de seu papel na economia, que se configuram mudança de ordem social e política.

A obra de Pereira (1996), “Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina, não faz nenhuma discussão pertinente sobre o papel do estado na educação que pudesse contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, mas discute com muita propriedade as transformações do Estado em relação ao seu papel econômico, o que, acaba interferindo diretamente nas suas funções com à sociedade, a qual passa por mudanças, influenciadas pelas condições econômicas em constante transformação.

As mudanças efetivadas, com a reforma do Estado contemporâneo, assumem uma forma que é denominada de o Estado coordenador (PEREIRA, 1996), onde o Estado passa a ser o promotor do bem estar social, o regulador microeconômico das empresas e do meio ambiente, o provedor de estímulos fiscais para o desenvolvimento tecnológico de modo a garantir a competitividade externa.

Em nome da garantia de competitividade do mercado, o Estado estendeu as mudanças para o sistema educacional. Reconhecendo a complexidade e as dificuldades de promover mudanças significativas que atendessem as exigências mercantis de forma acelerada, articulou meios e facilidades para dar início às relações entre o público e o privado na elaboração de políticas educacionais que transformaram e criaram novas modalidades de ensino (BRITO, 1999).

Neste contexto, o Estado brasileiro exerceu um papel central na implementação de políticas que convergiram para viabilizar o desenvolvimento econômico dos capitais privados, formulando políticas públicas para integrar as classes sociais e inseri-las num contexto que

asseguram as bases de sustentação que garantam a continuidade da realização do capital (BRITO, 1999).

Após a década de 1990 presenciamos fatos que se tornaram históricos na política brasileira, a descentralização que o Estado Nacional fez, principalmente no sistema educacional, delegando autonomia para os Estados e municípios, sem citar aqui outras formas utilizadas de transferir responsabilidades históricas do Estado Nacional para setores que não possuem nenhum vínculo com órgãos governamentais, mas localizadas na esfera do “Terceiro Setor”.

As organizações não-governamentais ou ações comunitárias, apresentam-se como uma alternativa de gerar e fornecer bens e serviços públicos ligados ao campo das políticas sociais, serviços que o Estado não mais garante, o “terceiro setor” pode ainda contribuir evitando as privatizações, além de cooperar com a descentralização dos serviços públicos essenciais à sociedade civil.

Descentralização dos serviços sociais do Estado, de um lado para os estados e municípios, de outro para o setor público não-estatal, essa reforma dá-se pela concessão de autonomia financeira e administrativa às entidades de serviços do Estado, particularmente de serviço social, Universidades, escolas técnicas, hospitais, centro de pesquisas, museus, e o própria sistema previdenciário, para isso a idéia é criar a possibilidade de transformar essas entidades em organizações sociais. Organizações públicas não estatais (PEREIRA, 1996, p. 292).

O público não-estatal e o privado

No capitalismo contemporâneo as formas de propriedade não são somente as duas conhecidas, a pública e a privada, ou seja, a propriedade privada e a propriedade pública, mas serão três as formas: a propriedade privada, voltada para a geração de lucros; a propriedade pública estatal; e a propriedade pública não estatal (PEREIRA, 1996).

Neste caso, o público não se confunde com o estatal. O espaço público é mais amplo que o estatal que segundo Pereira (1996), será a forma predominante de propriedade.

O reconhecimento de um espaço público não-estatal tornou-se importante no momento, em que o Estado, aprofundou a autonomia privada, levando muitos a imaginar que a única alternativa à propriedade estatal é a privada.

A privatização, sob a ótica “econômica”, visando “competitividade” é uma alternativa adequada quando as instituições podem gerar todas as suas receitas da venda de seus produtos e serviços, e o mercado tem condições de assumir a coordenação de suas atividades. Por outro lado, no momento em que a crise do Estado exige o reexame das relações Estado e sociedade, o espaço público não estatal pode ter um papel de intermediação, ou pode facilitar o aparecimento de formas de controle social direto e de parceria que abrem novas perspectivas que contribuem para a regulação social.

A propriedade pública não-estatal não deve ser privada porque pressupõe a transferência de financiamentos do Estado. Não deve ser pública para justificar os subsídios recebidos do Estado. O fato de ser pública não-estatal implica a necessidade de ser controlada de forma mista, pelo mercado e pelo Estado (PEREIRA, 1996).

Para distinguir as escolas estatais das escolas privadas de objetivo declaradamente empresarial, tendo como finalidade o lucro, uma *“Comissão de Estudos Constitucionais, elaborou uma proposta que dissolvia a diferença entre o estatal e o privado através da aceitação de uma terceira via, que, denominada comunitária, poderia receber recursos públicos”* (DAVIES, 2000, p. 95).

Segundo Davies (2000), muitos são os autores que criticam as escolas estatais pública que negam o caráter público do Estado e questionam o verdadeiro sentido do que é atribuído ao público, além da quantidade e a qualidade do ensino. A função social da escola tem se metamorfoseado em um espaço de construção de conhecimento, de contradições, de um campo de disputa, mas também, contribuído claramente para legitimar a ordem social vigente, atendendo às necessidades gerais da reprodução do capital.

Além de demonstrar um crescimento significativo, são bem sucedidas e conquistaram o reconhecimento junto à sociedade e ao Estado. É considerada pela sociedade, essencialmente pelas classes mais humildes e populares uma saída para a ineficiência do Estado. Diante desse cenário de lavar as mãos assim como Pilatos, historicamente teria feito, para não assumir a culpa de provocar uma revolta popular e religiosa, o Estado não estaria lavando as mãos e contribuindo para tornar a sociedade cada vez mais submissa à lógica do capital? Segundo Machado (1989, p. 257) *“o Estado estaria vivendo uma certa ambivalência de definições que oscilam entre o laissez-faire e a centralização estatal. Mas de forma geral o Estado é aceito como árbitro, capaz de realizar a unificação administrativa, promover a articulação pedagógica e regular a política para os docentes no sistema educacional”*.

Muitos docentes, despreparados e sem formação específica na área da educação em que atuam, não percebem o quanto a lógica do capital conduz a sociedade à sua própria destruição, iniciada com a produção de uma sociedade do trabalho individualizada, de um trabalhador formado para o mercado, com características unidimensionais, não mais preocupados com o desenvolvimento geral do homem dentro uma perspectiva da omnilateralidade.

As reformas promovidas pelo Estado, acerca do futuro da educação, preocupam os docentes envolvidos e conscientes das condições e possibilidades da educação no Brasil. Caminhamos para um destino incerto e instável, a todo o momento uma nova reforma nos coloca em xeque, em busca de saídas para conduzir a educação de forma a satisfazer as necessidades da classe trabalhadora, mas não defender a iniciativa privada que assume aos poucos o controle da administração da educação pública.

A inserção e o ajuste dos países periféricos ao processo de globalização e na reestruturação produtiva, sob uma nova base científica e tecnológica, dependem da educação básica, de formação profissional, qualificação e requalificação. Ao mesmo tempo em que estamos diante de uma nova dinâmica do processo produtivo e organizacional, com impactos no aumento da produção e da produtividade, nos defrontamos com um dos mais sérios problemas do mundo contemporâneo que é a ampliação acelerada do desemprego em níveis mundiais. É parte desse cenário produtivo a necessidade de uma força de trabalho mais qualificada e apta a "aprender a aprender" as novas qualificações que vão sendo instituídas (BRUNO, 1996).

Ao mesmo tempo, novas competências são exigidas para a vida em sociedade. Demanda-se uma força de trabalho com características diversas daquelas exigidas pelos modelos produtivos de base taylorista/fordista, pois o momento atual requer um trabalhador que vá além da simples execução de tarefas⁵. De um lado, solicita-se o cumprimento de funções mais cerebrais – raciocínio lógico, resolução de questões e problemas que surgem no cotidiano do trabalho, disposição de estar sempre aprendendo - e, de outro, cobra-se um novo padrão atitudinal – uma força de trabalho cooperativa, que tenha autonomia, seja comunicativa e, sobretudo, se identifique com a empresa “vista a camisa”.

⁵ LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**. O Neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: ed. Planta, 2004.

É nesse contexto globalizado que o tema educação e trabalho se insere e está presente no discurso de diferentes segmentos da sociedade, que colocam a educação básica num papel de desenvolver as novas capacidades exigidas do trabalhador.

1.4. O novo perfil da força de trabalho

O desenvolvimento econômico globalizado leva a sociedade a profundas mudanças que determinam novas relações humanas em diversas categorias e, essencialmente, nas relações de trabalho que estão constantemente sendo aprimorada por uma grande parcela da população desse início de milênio.

O capitalismo, para manter sua sobrevivência, nutre-se, fundamentalmente, das relações de trabalho e da exploração dos trabalhadores, da mais-valia que ele produz pelo prolongamento da expropriação do saber do trabalhador, além daquilo que é necessário para que o trabalhador produza a sua vida e ou também de sua família. Como afirma Gounet (1999, p. 09) *“quanto mais o capitalismo avança, mais os empresários e seus servidores introduzem métodos sofisticados para, ao mesmo tempo, aumentar a contribuição de cada trabalhador para a criação de riqueza, no sentido geral, e reduzir a capacidade de resistência coletiva dos operários”*.

As novas relações de trabalho na sociedade contemporânea e a valorização do trabalhador estão em conexão direta com a sua capacidade de desenvolver atividades que são apreciadas pelas novas exigências no mundo do trabalho, ligadas diretamente com os processos de reestruturação produtiva, de flexibilização do trabalho e do trabalhador, de aumento de produtividade e reorganização funcional, mudanças essenciais à “nova ordem” mundial (LEITE, 1994).

Assim sendo, aquele trabalhador capacitado dentro de uma concepção fordista não mais atende a essas exigências do mercado de trabalho. *“O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da ”cultura fordista”, fortemente especializado que, são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional”* (ANTUNES & ALVES, 2004, p. 339) .

Todas as formas de exigências cobradas do trabalhador têm dificultado as suas condições de vida e de trabalho que vêm se degradando muito nos últimos anos, não se trata, é claro, de um processo unilinear e que atinja a todos por igual, mas uma grande parcela da

classe trabalhadora produtiva. Demonstrado empiricamente por situações que vivemos e presenciemos, onde muitos trabalhadores não encontram meios de atender essas exigências e vivem em péssimas condições socioeconômicas, impossibilitando que voltem a freqüentar a escola ou cursos que possam capacitá-los para o mercado de trabalho.

Para compreender a nova forma de ser do trabalhador hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho, não fragmentada nas diferentes categorias (abstrato, concreto, intelectual), mas que compreende a totalidade dos trabalhadores, homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em diferentes setores da economia, seja de produtos ou serviços. O mundo do trabalho atualmente não se restringe ao trabalho manual da indústria, que caracterizava a classe do proletário de um passado não muito distante que teve seu início no capitalismo industrial, principalmente do século XVIII, mas a todas as dimensões do trabalho que é valorizada pela sociedade do capital e são essenciais a sua produção e reprodução (ANTUNES, 2002).

A grande mudança no trabalho é marcada pelas novas exigências tecnológicas da sociedade contemporânea que, são crescentes e constantes, estando relacionadas a diferentes dimensões da vida das pessoas, ao trabalho, à participação social e política, à vida familiar e comunitária, às oportunidades de lazer e desenvolvimento cultural que fazem parte do desenvolvimento humano como um todo. Entretanto a dura realidade é que

nascemos e morremos racional e produtivamente. Sabemos que a destruição é o preço do progresso, como a morte é o preço da vida, que a renúncia e a labuta são os requisitos para a satisfação e o prazer, que os negócios devem prosseguir e que as alternativas são utópicas. Essa ideologia pertence ao aparato social estabelecido; é um requisito para o seu funcionamento contínuo e parte de sua racionalidade (MARCUSE, 1982, p.143).

No entanto, o aparato social vigente é a lógica de um mercado capitalista e globalizado que precisa manter trabalhadores com um certo nível de qualificação e capacitação as quais garantam a produção de mercadorias com qualidade que atendam as exigências do consumidor. Além disso, é possível desenvolver no trabalhador a empregabilidade, ou seja, para o empregador ele deverá estar pronto para a troca de trabalho, assumir novas funções, resolver situações quando for necessário.

Segundo Bruno (1996), para o trabalhador que não possui os atributos necessários, fica a certeza de que se tornou descartável e sem garantia de encontrar outro emprego. A função

do trabalhador de hoje é estar sempre preparado para exercer e praticar qualquer função ou tarefa desenvolvendo a sua multifuncionalidade, um trabalhador com mais facilidade de adaptação a diferentes áreas da produção, dentro de uma empresa, um trabalhador com habilidades e competências múltiplas, além de aceitar as condições de trabalho e conseqüentemente de salário, um trabalhador que pode tornar-se competitivo.

A lógica do capital conduz a sociedade, como um todo e, preferencialmente, a classe trabalhadora, a agir de acordo com os seus valores, fazendo-os acreditar que esta é a forma de viver e que sair deste contexto é promover a sua própria exclusão, é impedir o seu desenvolvimento e a possibilidade de tornar-se um indivíduo respeitado e valorizado dentro dos padrões pré-estabelecidos historicamente, aceito como verdade por toda a sociedade.

Atualmente as transformações dos padrões de produção e de organização, o novo modelo de empresa flexível (KOVÁCS, 2001), exige indivíduos cada vez mais

escolarizados, com competências cognitivas mais elevadas e tem novos valores e aspirações dificilmente compatíveis com o modelo taylorista, tais como autonomia, responsabilidade, desenvolvimento pessoal e profissional e participação. Sendo o ideal a autonomia individual (realização pessoal, respeito pela singularidade subjectiva), tornam-se necessárias estruturas organizacionais adequadas a esse ideal. Rejeitam-se cada vez mais as estruturas uniformes e relações autoritárias a favor de formas organizacionais mais flexíveis e “participativas” que [estimulam a criatividade e a iniciativa dos indivíduos] (KOVÁCS, 2001, p.46).

Para alcançar as possibilidades de aceitação social, de melhores oportunidades no mundo no trabalho, com reconhecimento e sucesso profissional, o jovem e o adulto que formam a classe trabalhadora, têm necessidade de se qualificar em cursos e, necessariamente com a formação educacional básica, ampliam-se às condições de aprendizado, possibilitando a sua permanência no mercado de trabalho e conseqüentemente sua inserção na sociedade capitalista.

Todavia, a certificação da formação escolar básica de ensino fundamental ou médio, a qualificação e outros atributos não significam garantia de permanência no emprego nem tão pouco a garantia de uma colocação no mercado de trabalho, muitos são os problemas e fatores estruturais e conjunturais (políticos e econômicos) que as sociedades, de forma global tem enfrentado e o desemprego, é um dos problemas, cuja tendência, é aumentar.

De acordo com Bianchetti (2001), as transformações ocorridas na sociedade atual, tanto de base física ou organizacional, se dão de forma tão rápida que aquilo que conseguimos construir, em relação ao aprimoramento de nosso conhecimento, nossas experiências e vivências, aquelas que nos orgulhamos de mostrar em nosso currículo, páginas e páginas que relatam quem nós somos e a capacidade que temos de desempenhar aquilo que sabemos fazer como ninguém, não tem mais o significado esperado quando precisamos mostrar o quanto estamos preparados para desempenhar determinada função.

A sensação que temos é que vivemos num período de transição, pois mal conseguimos assimilar determinados conceitos, eles já se tornaram obsoletos, a efemeridade das mudanças nos induz a incorporar situações novas num espaço de tempo muito curto, colocando-nos em constante e permanente atualização.

A classe que mais tem sentido essas necessidades são os trabalhadores, aqueles que precisam vender a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência e a da família. Utilizando as colocações de Bianchetti, são os *“estudantes-trabalhadores ou os trabalhadores-estudantes, como uma só categoria vinculada a espaços/tempo de estudo/trabalho não mais distintos”* (2005, p. 149).

Atualmente uma das condições indispensáveis ao “candidato-trabalhador” (BIANCHETTI, 2005), um pré-requisito, é a sua disposição a continuar estudando, atualizando-se permanentemente, para estar qualificado as exigências do mercado. Certificados e diplomas já não garantem o emprego, a educação deve ser desenvolvida dentro de uma concepção de formação continuada ou da aprendizagem permanente, tendo em vista que as empresas não fazem questão de que os candidatos apresentem currículos extensos, preferindo os mais enxutos, apresentados de forma clara e objetiva. Não é mais, o currículo, a demonstração do nosso preparo para o trabalho. A facilidade de comunicação oral é um grande atributo do trabalhador.

Além das crises econômicas e conjunturais, as novas tecnologias e as novas técnicas organizacionais e formas de gestão estão provocando desemprego, alterando os conteúdos do trabalho em diversos postos dentro da empresa, reduzindo o pessoal de alto a baixo na escala hierárquica, enfim, mudando as formas de trabalho. (DIEESE/SC, 1999).

Será que as condições quanto à qualificação e escolarização exigidas pelo mercado atual são suficientes para a realização, mesmo que parcial do indivíduo que não pode sentir-se livre das amarras do capital? Esse indivíduo reconhece a importância da sua autoconstrução enquanto ser social? Ele reconhece que integra um modo contraditório de relações sociais? O

controle que o capital exerce sobre a sociedade pode ser sintetizado por Tonet (2003, p.43) *“Como o capital é o sujeito fundamental da atual forma de sociabilidade – nesta sociedade quem é livre é o capital e não os homens – a plena liberdade humana só pode florescer para além do capital”*.

O processo de desenvolvimento econômico mundial, independentemente de aspectos diferenciados e percebidos nas diversas sociedades contemporâneas, não é uma novidade atual, é um processo que vem acontecendo há séculos, mas que tem alcançado um pleno desenvolvimento mundial com uma velocidade espetacular, exigindo do capital privado e público condições excepcionais para adaptarem-se as novas exigências desses novos paradigmas mundiais, quanto à economia e também à educação e às transformações culturais que, nos obrigam em alguma medida acompanhar (BRESCIANI, 1997).

Dentro desta perspectiva de desenvolvimento globalizado, se encontra uma categoria essencial e determinante nas relações econômicas e sociais, uma categoria produzida historicamente e presente em todas as formas de relações conhecidas pelo homem, o trabalho que não poderá, jamais, deixar de existir, é uma atividade humana essencial a sua sociabilidade. *“O trabalho, como criador de valor de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, qualquer que seja a forma de sociedade material entre o homem e a natureza e, portanto de manter a vida humana”* (MARX, 1974, p. 50).

O trabalho, depois de garantir a sobrevivência, é um dos pontos de partida para a inserção do homem na sociedade, uma sociedade que caminhe em busca da omlateralidade humana. Entretanto, os avanços tecnológicos, como a automação e a robótica têm contribuído para transformar essa categoria. Toda a evolução desenvolvida pelo homem desencadearam um processo de transformação nas sociedades, que necessitam encontrar condições de adaptação às inúmeras crises que temos vivido e causado a destruição do próprio homem.

A causa não está na consciência, mas no ser. Não no pensamento, mas na vida; a causa está na evolução e na conduta empírica do indivíduo que, por sua vez, dependem das condições universais. Se as circunstancias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propício ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado (MARX & ENGELS, 1992, p. 28).

Presenciamos, nas últimas décadas, o aumento assustador do número de desempregados e, conseqüentemente, o crescimento dos excluídos, trabalhadores que sequer alcançaram um desenvolvimento unilateral, ou uma efetiva emancipação humana que, segundo Antunes (2004), pode encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões as quais se originam centralmente no mundo do trabalho. A união entre todas as categorias de trabalhadores que, estão ou não, atuando enquanto força de trabalho é precondição para um enfrentamento anticapitalista, favorecendo, deste modo, à “classe-que-vive-do-trabalho”⁶. Essa é uma luta central para a transformação da lógica do capital. Todavia, deve ser uma luta de classe, um processo lento e coletivo com um objetivo comum: transformar o trabalho em sinônimo de liberdade.

A possibilidade da emancipação do e pelo trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da omnilateralidade humana, é uma discussão pertinente para a atual situação social contemporânea de fragmentação da “classe-que-vive-do-trabalho”. De um lado, encontramos setores e classe que se beneficia do avanço tecnológico, vivenciam uma maior intelectualização do seu trabalho, são pessoas que tiveram possibilidades mais concretas de trabalhos e também acesso ao campo do conhecimento e do saber para usufruir um trabalho ligado à tecnologia que, hoje, ocupa um lugar privilegiado no mundo do trabalho.

Há também aqueles que fazem parte do trabalho mais precarizado, parcial, terceirizado, informal, criando sub classe dos trabalhadores, é o trabalho constituindo-se em uma classe heterogênea, individualizada, o que acaba dificultando, muitas vezes, a unidade da classe trabalhadora, enfraquecendo-a, impossibilitando a visualização de uma ação anticapitalista no segmento da “classe-que-vive-do trabalho”.

A tendência do trabalho contemporâneo nas últimas décadas tem causado a expansão dos assalariados médios e o setor dos serviços que se encontra em desenvolvimento e tem ocupado uma fatia considerável dentro dos setores da economia nacional e mundial. O setor dos serviços, de forma geral, oferecia mais oportunidades de emprego e renda, mas vem perdendo esta característica em função da introdução massiva de inovações organizacionais e tecnológicas (DIEESE/SC, 1999).

São visíveis também a intensificação do trabalho terceirizado e outras formas de trabalhos que estão surgindo em detrimento do trabalhador assalariado, vinculado a um

⁶ Essa expressão é utilizada para conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da validade analítica da noção de classe, nossa designação pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser. Consultar Antunes (1995).

sistema de emprego formal. É a redução do proletariado estável e ampliação dos postos de trabalho temporários, sub-contratados, e informais.

As mudanças constatadas nas relações de trabalho atualmente são preocupantes e nos colocam dúvidas a respeito do futuro do trabalho assalariado com direitos reconhecidos constitucionalmente. O grau de exigências do mercado à classe trabalhadora em relação à escolarização, capacitação e qualificação, impõe a classe trabalhadora uma preocupação pertinente quanto ao futuro do postos de trabalho e suas garantias, principalmente de efetivação.

São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, mas os homens reais, atuantes, e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar.

Considerando as mudanças citadas nas relações de trabalho, têm a classe trabalhadora o compromisso de encontrar meios, condições e possibilidade que possam garantir, mesmo que de forma precária, um espaço e um lugar para vender a sua força de trabalho e, a educação é considerada um desses meios.

CAPÍTULO II

A NOVA FACE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

2.1. Novas exigências educacionais para o trabalhador

Os espaços escolares, destinados à produção do conhecimento, valorização da comunicação e da criatividade, voltados para trabalhar valores, desenvolver a capacidade de análise crítica e a autonomia, espaços em que as interações humanas podem coexistir sem estarem alienadas a interesses e a fins pré-determinados, estão passando por mudanças significativas que determinam novos caminhos para a educação, caminhos que estão alterando lentamente as formas mais tradicionais de ensinar, onde o professor utilizava apenas a lousa, o giz e o seu conhecimento.

De fato, parece ser esta a configuração atual da educação, que vive um período de transição, procurando estabelecer as novas diretrizes para acompanhar as grandes mudanças e as exigências da sociedade contemporânea. Todavia, a educação antes de ser uma necessidade deveria ser um bem em si mesma, uma oportunidade de transformar a vida dos indivíduos e suas relações (políticas, culturais, econômicas, sociais) com o mundo dos homens, estando a escola, no conjunto de forças que elegem o ser humano como sujeito social no desenvolvimento omnilateral e suas possibilidades históricas (FRIGOTTO, 1995).

Os limites da educação para a construção da democracia, ou de modo geral, para uma sociedade mais humanizada, livre e com consciência social e de classe, estão na dimensão ideológica de promover e reproduzir continuamente os valores dominantes, construídos historicamente. Atualmente a educação tem lugar privilegiado na estratégia neoliberal com vistas a servir aos propósitos empresariais. Mas, segundo Gurgel (2003), é possível articular a prática pedagógica com os interesses dominantes. A escola pode ser um local democrático para desenvolver uma consciência crítica, e consistente acerca do domínio exercido pelo capitalismo. Baseando-se em Paulo Freire, Saviani, (1988) afirma que o dominado somente se libertará, quando vier a dominar, ocupar o lugar do dominante, sendo essa a condição de libertação.

O pensamento de Saviani alimenta esperanças em relação ao futuro da educação, contribui para que os profissionais da educação e os estudiosos que dedicam seu tempo de

estudo pensando a educação, elaborando formas de superar as teorias de impotência da educação como algo que deve ser aceito, “*teorias da morte do sujeito, do fim da história, da diminuição do poder da razão*” (TONET, 2003, p. 38), mas principalmente em encontrar saídas para superar a crise da educação, acirrada pelas mudanças na economia capitalista.

Não só a educação, mas todas as outras dimensões da sociedade estão em crise, uma crise que vem sacudindo o mundo, uma crise que tem a economia como pivô central, mas que afeta diretamente e igualmente o mundo do trabalho e da educação, pois o trabalho, segundo Marx (1975) é o fundamento ontológico do ser social. “*A matriz do mundo, que é o trabalho, está em crise, e a educação não poderia deixar de participar dessa mesma crise*” (TONET, 2003, p. 39), produzida pelo capital, que domina a sociedade.

O homem, sujeito de sua própria história, trabalhador, com capacidade de produção de sua existência é também indispensável para o crescimento da economia. Não é somente uma força de trabalho a ser explorada, mas um ser social, que merece e que almeja uma qualidade de vida, com sonhos e objetivos a conquistar, e a educação pode ser considerada um dos meios que o homem/trabalhador encontra para chegar a sua plenitude.

Estar preparado para o trabalho faz parte dessa condição humana, escolarizar-se e capacitar-se pode garantir ao trabalhador uma remuneração condizente com as suas necessidades, anseios, aspirações, valorização pessoal, familiar e profissional. A escolarização diminui as chances de um trabalhador ser excluído do mercado de trabalho, além de, num âmbito geral, diminuir os índices de baixa escolaridade e de analfabetismo, contribuindo para elevar o nível de desenvolvimento de uma nação e diminuir as desigualdades sociais e culturais de um povo.

A elevação do nível de desenvolvimento de uma nação passou a ser uma preocupação no Brasil a partir das décadas de 60 e 70 do século XX (SOUZA, 2005). Nesta época, acreditava-se que a educação deveria estar vinculada à economia e a Teoria do Capital Humano⁷ respondia a essas aspirações, passando a constituir-se no referencial capaz de transformar-se no determinante do desenvolvimento econômico da nação e num fator promotor da distribuição de renda.

⁷Na formulação da TCH, Theodore Schultz (1902-1998), seu principal sistematizador, considerou que o valor econômico da educação dependia significativamente da procura e da oferta de instrução, vista como o maior investimento no capital humano, constituindo-se, igualmente, em importante fonte de crescimento das nações (SOUZA, 2005, p. 221)

Segundo Souza (2005), isso significa a qualificação da mão-de-obra para as demanda do mercado de trabalho, e a escola seria uma grande rede de preparação de “recursos humanos” para as empresas, uma fábrica de “soldadinhos de chumbo”. O trabalhador estaria pronto para assumir as funções que lhes fossem determinadas.

Partindo da influência exercida por essa teoria, a sociedade foi de certa maneira, persuadida a voltar à escola, principalmente a classe trabalhadora que necessitava qualificar-se para o trabalho e os espaços de oferta por escolarização foram considerados insuficientes para atender as demandas, necessitando da intervenção empresarial no vínculo entre a educação, trabalho e sociedade.

Como forma de garantir a educação e o acesso à escola, desenvolveram-se ao longo de décadas, condições para escolarizar o trabalhador, mediante, é claro, o empresariamento da educação. Entretanto, caberia ao Estado, oferecer e garantir o direito à educação, ao conhecimento, ao pleno desenvolvimento dos educandos, direitos que se materializam na dinâmica social, direitos de cidadãos, de classe, e de gênero, que estão passando ao controle privado do capital, que rapidamente tem ocupado um espaço significativo nos sistemas educativos.

A exigência de escolarização e qualificação essenciais para a sobrevivência do capital e da classe trabalhadora, desenvolve no indivíduo a necessidade de Segundo Dowbor (1996) recuperar o “tempo perdido” e promover a escolarização e a qualificação passou a ser uma meta das empresas que incentivam os trabalhadores a estudar para a competitividade.

As novas relações que se estabelecem entre educação e trabalho são determinadas pela redefinição dos interesses do mercado, desenvolvendo e desempenhando ações que atendam às exigências econômicas do capital, e a educação está diretamente ligada a esses interesses, contribuindo para estabelecer novas relações entre o público e o privado, cristalizando uma nova estrutura de relações sociais, ficando visível à vulnerabilidade do Estado no cumprimento de funções.

Ao mesmo tempo em que o debate sobre a presença estatal na economia e nas políticas sociais ganha corpo, assiste-se a um intenso crescimento das ações sociais, propostas no âmbito da iniciativa privada, tais como as prescritas pelo IHL (Instituto Herbert Levy) e a CEC (Comissão Empresarial de Competitividade)⁸, e sobre o novo caráter e perfil das

⁸ São instituições criadas por decreto presidencial, constituídas de empresários de diversos estados brasileiros. Demonstam interesse e preocupação com a educação brasileira. Sobre isso consultar (SILVA FILHO, 1999).

políticas sociais que vêm ocupando um espaço nunca antes visto entre diferentes segmentos da sociedade civil.

Muitos autores (SILVA FILHO, 1999; LIMA FILHO, 2002; OLIVEIRA, 1999; MACHADO, 1998) apresentam em suas produções as ações de várias organizações públicas, privadas, não governamentais, acadêmicas e representantes de vários segmentos da sociedade, com propostas de solucionar ou amenizar problemas vividos pela sociedade acerca da necessidade de formação e qualificação, especialmente dos trabalhadores. Além da análise de documentos do governo, ligados ao Ministério da Educação e do Trabalho e também as propostas de mudança para a educação a partir dos interesses de instituições e organismos nacionais e internacionais criados para agilizar as mudanças na educação, elaborando propostas, sugestões e acordos entre o governo e o capital privado.

A participação da iniciativa privada, no campo das políticas sociais, sobretudo aquelas ligadas à educação e muitas vezes relacionadas à idéia de responsabilidade social, cria no imaginário dos empresários a idéia de que eles se tornaram os mantenedores do sistema educacional, cabendo a eles interferir em todo o processo. “O nosso *plano é que os empresários estejam a serviço da educação, pressionando, participando, tentando buscar o engajamento da sociedade com o todo*” (SILVA FILHO, 1999, p. 92).

Nos últimos anos a idéia de responsabilidade social vem se materializando através de iniciativas privadas no campo da educação básica, percebida através das parcerias e convênios efetivados entre a SED (Secretaria de Educação e Inovação), instituições como SESC (Serviço Social do Comércio) e empresas privadas⁹. As propostas de união entre as empresas e as escolas, já contam com muitos adeptos e confirmam o ideário neoliberal de que o Estado já não é mais eficiente para gestar todo o processo escolar e sim garantir ao capital privado esse espaço de dominação. Segundo Pereira (1996), o seu novo papel é o de facilitar para que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva, a regulação e a intervenção continuam necessárias na educação, na saúde, na cultura e no desenvolvimento tecnológico, uma intervenção que procure compensar os desequilíbrios causados por um mercado globalizado.

É nesse contexto que se observa o crescente aumento do número de empresas que assumem para si a tarefa de promover a escolarização de seus trabalhadores, levando a escola para dentro da empresa.

⁹ Analisando os documentos dos convênios estabelecidos entre a SED e SESC, SESI, SONAE, FCDL/SC e o grande número de empresas privadas associadas a essas instituições, que se beneficiam dessa parceria, fica evidente o aumento de ações educativas entre escola e empresa. Conforme anexo V.

Esse interesse demonstra que a educação realizada no espaço do trabalho, não é apenas uma ação passageira das empresas, mas, sobretudo, uma parte integrante para a elaboração de um planejamento estratégico que garante a empresa permanência e competitividade no mercado.

Podemos afirmar, que é um contexto marcado por novas relações entre o público e o privado. Entretanto, a educação precisa conservar o seu caráter pedagógico de levar o indivíduo ao conhecimento mais elaborado cientificamente e a aplicação do conhecimento empírico produzido nas suas relações sociais, a fim de contribuir para o seu crescimento pessoal e para a satisfação individual. A educação desempenha um papel fundamental e importante na construção das sociedades, esta comprometida com o desenvolvimento humano em sua plenitude (pessoal, cultural, social e intelectual), é impossível ignorar a sua função social.

A educação básica engloba a educação de jovens e adultos, considerada importante para amenizar o problema brasileiro da baixa escolarização e do analfabetismo, além de possibilitar a qualificação dos trabalhadores. Utilizar a educação de jovens e adultos foi a solução encontrada para transferir a educação de trabalhadores para o âmbito da sociedade civil e da iniciativa privada, que desempenha a tarefa de propor e implementar programas especiais (escola-empresa) para a demanda educacional, confirmada pelas parcerias e convênios já mencionados.

Essa modalidade educativa de EJA foi concebida como política compensatória, assistencial e de caráter provisório, exclusivamente para a escolarização básica e formação para o trabalho de jovens e adultos que não tiveram o acesso à educação na idade apropriada, conforme art. 37 da LDBEN, lei n 9.394/96.

Apesar das exigências por escolarização alcançar todas as modalidades de ensino é na educação de jovens e adultos que ela se torna mais efetiva, talvez por seu caráter compensatório e também por atender a demanda de trabalhadores que necessitam buscar a certificação de conclusão da educação básica. Assim, foi a partir das últimas décadas que a educação passou a ocupar um lugar de destaque nos debates promovidos pela iniciativa privada que redescobriram a centralidade da educação para o desenvolvimento e para o progresso e a ela é conferido um lugar privilegiado nos processos de reestruturação produtiva, no desenvolvimento econômico e para inserção de grande parte da força de trabalho que complementa o processo de revalorização do capital. A intenção de muitas empresas privadas

é educar os trabalhadores para a competitividade, para as exigências do mercado e para incorporar o Brasil no contexto da globalização.

Quartiero e Bianchetti (2005) na obra “Educação Corporativa, mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações”, apresentam as discussões acerca das novas políticas organizacionais do poder público, do empresariado e da escola, principalmente sobre a educação de jovens e adultos, mostrando que os empresários estão cada vez mais presente, realizando experiências com o aprendizado a distância e parcerias, além de criar ambientes e espaço para a educação do trabalhador dentro da própria empresa. “*É uma pretensão, uma invasão, mas para os empresários é uma aspiração justa, uma exigência do momento histórico*” (QUARTIERO e CERNY, 2005, p. 23).

De acordo com Quartiero e Cerny (2005), o sistema educativo contemporâneo, apresenta uma estrutura considerada inadequada para enfrentar as novas solicitações e demandas de qualificação que o mundo do trabalho está exigindo. Como resposta os centros de treinamento de “recursos humanos” são transformados em universidades corporativas definidas como um espaço educacional dentro da empresa e por ela gerenciado, que visa institucionalizar uma cultura de aprendizagem contínua, proporcionando a aquisição de novas competências vinculadas às estratégias empresariais com o propósito de assegurar vantagens competitivas permanentes.

As grandes empresas e corporações estão cada vez mais investindo no setor da educação, realizando experiências com o aprendizado presencial e a distância, formando parcerias e desencadeando estratégias de colaboração com as universidades e outras instituições de educação básica, como os CEJAs (Centro de Educação de Jovens e Adultos).

Outro texto que apresenta uma discussão sobre as políticas públicas para o empresariamento da educação profissional no Brasil foi produzido por Lima Filho (2002). O autor apresenta o discurso homogeneizador e o pretense caráter de modernização da educação profissional como elemento central para a formação, capacitação, qualificação e requalificação dos trabalhadores, as políticas de reforma educativas e as novas categorias conceituais que as orientam e são determinadas por organismos internacionais que influenciam a implantação e institucionalização de novas propostas para a educação, que atendam as exigências do padrão de acumulação do capital.

O padrão ideal de qualificação para o mercado coloca a escola, os empresários e o trabalhador em interconexão a fim de atender os critérios de capacitação e as novas habilidades e competências desenvolvidas para que a mão-de-obra desempenhe o seu papel de

contribuir com a qualidade e a competitividade do mercado. O papel do letramento, ideal para o trabalhador ser considerado suficientemente qualificado pelos empresários, é o assunto do texto de Bueno e Pelandré (2005).

Não há como negar que estamos frente a um cenário marcado por inúmeras e novas exigências no que se refere à qualificação da força de trabalho. De acordo com Machado (1998) as transformações no mundo do trabalho e a flexibilidade como categoria central faz emergir um novo perfil de trabalhador apresentando requisitos diferenciados de qualificação.

Diante da crescente incorporação de inovações tecnológicas, da demanda por novas qualificações e/ou competências, e em face das conseqüências de uma economia que vem se globalizando, o sistema educacional brasileiro não está respondendo às necessidades do novo perfil de qualificação da força de trabalho, abrindo esse espaço para a intervenção e controle do capital privado.

Podemos então dizer que o governo, após a década de 90 do século XX, tem desenvolvido propostas para a implantação de um modelo de reforma do sistema de ensino nacional, articulado ao modelo de reforma do Estado brasileiro, com o objetivo de atender às necessidades do capital, facilitando a escolarização e qualificação da força de trabalho exigida pelo processo de globalização.

A reforma do Estado que se tornou um tema central nos anos 90 em todo o mundo, é uma resposta ao processo de globalização em curso, que reduziu a autonomia dos Estados em formular e implementar políticas. A crise do Estado impôs a necessidade de reconstruí-lo; a globalização tornou imperativo redefinir suas funções, com a globalização as possibilidades do Estado de continuar a exercer o papel de protetor das economias e da competição internacional diminuíram muito. Seu novo papel é o de facilitar para que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva (PEREIRA, 1996, p. 269).

Neste sentido, o Estado procura adequar o sistema educativo às orientações e necessidades prioritárias da economia. Na modalidade de educação de jovens e adultos a responsabilidade vem sendo atribuída à iniciativa privada, mas é preciso ter claro que a educação deve ser vista como integrante de um conjunto de políticas públicas e sociais.

As mudanças implantadas na educação pública, a fim de colocá-la em consonância com as necessidades do capital e com as necessidades dos trabalhadores que precisam dela, está longe de ser a ideal. As inovações tecnológicas na educação formal acontecem num

processo muito lento, diminuindo as possibilidades da educação adequar-se as novas exigências impostas pelo mercado ao trabalhador. Neste sentido, a iniciativa privada passa a ocupar o lugar da escola e assumir a formação de seus trabalhadores, dentro de condições que para eles são as mais adequadas, um exemplo, são as empresas privadas que utilizam o telecurso 2000¹⁰, para a escolarização dos trabalhadores.

As inovações tecnológicas acontecem num processo muito acelerado, mudam as relações de produção e prestação de serviços que alteram as relações de trabalho, que por sua vez, exigem mais educação e a educação não consegue acompanhar as exigências do mercado em relação à qualificação do trabalhador, demonstrando a sua fragilidade no atendimento educacional. Isto leva o capital privado a assumir esse papel, muitas vezes introduzindo, mediante as parcerias formas informatizadas de qualificar os trabalhadores (ensino a distância, teleconferências). A informatização da educação é muito utilizada pelas universidades corporativas (QUARTIERO e BIANCHETTI, 2005).

Quando a iniciativa privada assume a responsabilidade na educação do trabalhador, dificulta o sistema de ensino público de possibilitar uma educação menos mercadológica e mais integradora, preocupada com a formação completa do homem.

Segundo Frigotto (1995), a relação entre o público e o privado na educação vem se desenhando desde meados dos anos de 1970, influenciados pela situação sócio-política e econômica que implicaram na definição das políticas sociais e nos debates sobre a redefinição do papel do Estado.

Entretanto, essa relação, tem de forma ampla, encontrado espaço para discussão após a década de 1990, destacando-se nos debates de diferentes setores e segmentos da sociedade que se interagem na definição de políticas educacionais.

As trajetórias de constituição do público e do privado na história foram marcadas por diferenças significativas e também por grandes mudanças que transformaram o espaço de atuação e controle de ambas esferas. Todavia a esfera pública representada na sua maior instância pelo Estado tem, nas últimas décadas, principalmente após os anos de 1980, reduzido o seu espaço de atuação e redefinido as suas funções de instrumentalizador das relações econômicas e sociais, especialmente em espaços de controle, de reprodução e de consolidação de um modelo de relação capitalista, esse mesmo espaço precisa ser moldado de

¹⁰ Uma modalidade da educação básica muito utilizada para a formação de jovens e adultos nos CEJAs (Centro de Educação de Jovens e Adultos) de todo o Brasil. O material didático utilizado nesta modalidade, são as aulas prontas nas fitas de vídeo.

acordo com os interesses econômicos determinados pela competitividade mercantil e definido após as privatizações.

Trata-se de novas solicitações feitas à educação e à escola, à comunidade e aos trabalhadores, tendo o Estado como possibilitador de gerir as relações econômicas de interesses privados, o que segundo Pereira (1996) são as bases de sustentação para o desenvolvimento econômico contemporâneo.

Em decorrência desse cenário em constante mudança, a educação procura encontrar meios e possibilidades de oferecer condições de escolarização, entendendo à relação que se desenha entre trabalho e educação, procurando atender as necessidades de educação do trabalhador, mas mantendo a clareza dos reais interesses econômicos do mercado. Melhorar, ou elevar o nível de formação do trabalhador não garante a sua permanência e ou inserção no mercado de trabalho.

Segundo Saviani (1994), no seu texto sobre o trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias, existem formas de entender as relações contemporâneas entre trabalho e educação, que se apresenta mediante o atraso em que se encontra o nosso modelo de educação e a urgência em realizar metas para transformar o modelo clássico de escola, construindo um sistema educacional unificado que corresponda às exigências da era em estamos inseridos.

Por meio do impulso permanente de ressignificação e de consolidação do poder, as forças dominantes do capitalismo converteram o princípio educativo, que tem como fundamento o conhecimento, usado para promover e garantir a possibilidade de libertar as camadas pobres da ignorância e do desconhecimento da real mentalidade capitalista de produção de uma população de excluídos de direitos essenciais ao ser humano, em um princípio de busca constante de exploração e de manutenção das classes subalternas na condição de força de trabalho, essencial à produção mercantil e, pela sobrevivência no mercado de trabalho, a partir da certificação, da qualificação e da competência.

Assim, a educação, passa a exibir uma estreita relação com o trabalho, uma educação que é desenvolvida e praticada no ambiente escolar e em outros espaços alternativos, uma educação que passa a ser vista como forma de produzir uma força de trabalho mais qualificada, com formação profissional, uma realidade das escolas politécnicas que preparam e formam profissionais especializados para os postos de trabalho (LIMA FILHO, 2002).

A educação escolar tende a acompanhar este processo expressando o movimento conflitivo e contraditório das classes sociais na busca e na oferta da educação escolarizada, bem como as respostas institucionais que se materializam historicamente no público e no

privado como faces de um mesmo fenômeno. O monopólio do conhecimento constitui deste modo o fundamento que tem orientado as iniciativas educacionais, as reformas e até mesmo as teorias pedagógicas que caracterizam a história da educação brasileira.

Os projetos educacionais se concretizam em diferentes espaços e por empresas de diferentes ramos industriais e comerciais, além do crescente aumento dos números de empresas que parecem estar correndo contra o tempo, procurando preparar os seus trabalhadores, investindo em qualificação e requalificação, para com certeza não perder os seus espaços no mercado.

A ordem do momento é ser competitivo e competente. O trabalhador também passa a preocupar-se com a sua qualificação para manter ou mesmo melhorar as suas condições de trabalho e a educação passou a funcionar e a ser vista como um investimento privado do indivíduo.

Pessoas diplomadas estão mais protegidas contra o desemprego e tendem a alcançar rendimentos mais altos. É isso que leva muitas pessoas voltarem a frequentar uma escola, concluir a escolarização básica ou média, é uma condição essencial para continuar empregado ou manter o emprego e, conseqüentemente ter um possível aumento de salário. Poderiam assim, melhorar a sua vida e de sua família. Todavia, isso não significa garantia de emprego nem de renda.

A educação desejada pelos empresários e trabalhadores deve desenvolver habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para a gestão da qualidade, o que segundo Ferreti (1994), parece inquestionável no mercado globalizado. Atualmente o avanço da automação programável transforma o trabalho de produtivo em monitorado, exigindo do trabalhador uma capacidade muito maior de abstração, de decisão, de comunicação e responsabilidade.

A educação tem um lugar privilegiado na estratégia neoliberal com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais com duas dimensões principais. De um lado, na reestruturação buscada pelos ideólogos neoliberais em atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos da preparação para o local do trabalho, fazendo com que as escolas preparem os seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional e também utilizar a educação como veículo de transmissão das idéias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa.

O pensamento neoliberal, no campo educacional, tende a transformar questões políticas, econômicas, sociais e éticas, configurando as necessidades humanas, de valor e

respeito em uma luta muitas vezes inconsciente pelas necessidades materiais, levando ao aumento das desigualdades econômicas e sociais.

Assim, o ensino se torna ineficiente para produzir uma consciência de classe e um conhecimento inovador. Sendo necessário um trabalhador qualificado competitivo, “adestrado”¹¹ para o trabalho, sempre foi e será uma das tarefas da administração industrial, comercial e também da prestação de serviços que vem ocupando um lugar de destaque na economia mundial, sempre tendo por trás a educação. “*A partir de 1990 a questão educacional passou a fazer parte permanente do Conselho de Relações de Trabalho e Desenvolvimento Social*” (GENTILI, 1998, p. 39).

O fato de a educação, principalmente a escolar, servir a fins ideológicos não é nenhuma surpresa, ela é uma construção histórica que reproduz o modelo de sociedade capitalista. O que tem surpreendido alguns profissionais da educação, que estão preocupados com os seu rumo e o futuro da sociedade, é a força com que esta lógica de mercantilização se apossa do processo educativo, incluindo a consciência de administradores e educadores, os quais estão tão envolvidos pelo discurso da qualidade que já conseguem ver a escola como uma empresa onde o aluno é o principal cliente, que deve sair satisfeito com a mercadoria “educação” (PP. CEJA, FLORIANÓPOLIS, 2005). Dentro desta lógica, formamos trabalhadores que são avaliados pela sua capacidade de desempenho, contribuindo para o aumento da produtividade e da qualidade dos serviços.

As discussões existentes por muitos autores sob o tema da educação e as políticas públicas contemporâneas no Brasil nos conduzem a perceber que as questões de definição, manutenção e redirecionamento das políticas públicas educacionais em curso estão, mesmo que parcialmente, ligadas a um contexto sócio-produtivo e político brasileiro, dentro de concepções neoliberais gestadas num âmbito global (FRIGOTTO, 1996; FERRETI, 1994).

São questões estreitamente vinculadas às políticas educacionais para os jovens e adultos trabalhadores que vêm sendo implantadas no país dentro da perspectiva de uma formação básica, que permitam formar os indivíduos para que eles se adequem as novas exigências do mercado. A preocupação é notória, mas fica uma sensação que pode ser bem definida nas palavras de Hobsbawm

¹¹ Adestrado: treinado, ensinado, com habilidades desenvolvidas (*Larousse Cultural, Dicionário da Língua Portuguesa*, 1992).

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e – se os leitores partilham da tese deste livro – por quê. Contudo essa coisa é clara. Se a humanidade quer um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão (HOBSBAWM, 1995, p. 52).

Os profissionais da educação, preocupam-se com as práticas pedagógicas, que vêm sendo desenvolvidas e percebidas a partir dos vínculos entre trabalho/educação e os processos de formação do trabalhador, reconhecidos como sujeito político e cultural.

Percebemos, então, que a função social da escola que deveria ter como objetivo uma educação integradora, transformadora e libertadora do homem tornar-se um sonho difícil de se realizar. Afinal, a tarefa de contribuir para preparar jovens e adultos, para o mundo do trabalho não parece ser algo desejável e bom.

A escola fornece as bases necessárias para desenvolver e renovar as competências, deixando de ser uma transmissão do conhecimento para se tornar um processo de aprender. É através da escola que o trabalhador consegue a tão sonhada certificação, condições para a inclusão social por meio do trabalho, um passo importante e decisivo para a conquista de um espaço na sociedade.

2.2. Políticas Públicas para a educação de jovens e adultos: o papel da EJA

O interesse pela Educação de Jovens e Adultos no Brasil, inicia-se entre as décadas de 1940 e 1950, com as primeiras intenções do Estado em oferecer os benefícios da escolarização à população excluída da escola. Segundo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), foram criados programas governamentais com a intenção de elevar os níveis educacionais da população brasileira. “*Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958*” (DI PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2001).

Apesar das ações e dos programas do governo, o problema da educação de adultos, não gerou reflexões pedagógicas suficientes para produzirem um programa pedagógico próprio para essa educação. Foi somente na década de 1960, com o trabalho de Paulo Freire, que as experiências com a Educação de Jovens e Adultos tomou direções diversas, o que

contribuiu para a criação de novos programas desenvolvidos pelo governo, como por exemplo o MEB (Movimento de Educação de Base), além de outras iniciativas regionais e locais, ligadas às classes mais populares (idem).

No final da década de 1960, o governo federal organizou um programa nacional para oferecer a escolarização e combater o analfabetismo em várias regiões do Brasil, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), foi instalado em todo país, “*contribuindo para legitimar a nova ordem política implantada em 1964*” (idem, p.61).

Ao longo dos anos de 1970, esse programa diversificou sua atuação para sobreviver durante o regime militar brasileiro. Entretanto, os resultados obtidos na escolarização dos jovens e adultos, não passavam de rudimentares domínios da escrita. Com o processo de abertura política após 1985, o MOBREAL foi extinto, pois não correspondia às necessidades e as exigências de formação educacional.

Na década de 1990, as mudanças na educação, propostas e criadas por ações e programas governamentais nacionais, sugeridas, incentivadas e financiadas por organismos internacionais (BID, UNESCO, CEPAL), preocupados com a educação básica, principalmente a educação do trabalhador, despertou o interesse de vários segmentos privados e públicos da sociedade, preocupados em encontrar soluções para resolver o problema da educação brasileira. As propostas de mudanças, para aumentar a escolaridade dos trabalhadores está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Segundo os organismos, principalmente os internacionais, é necessário, aumentar os níveis de escolarização para aproximar-se das economias e das sociedades mundiais desenvolvidas e, caberia à educação, a responsabilidade de mudar a nossa condição de país periférico.

As novas exigências e necessidades do mercado capitalista contribuíram para mudar as relações econômicas, profissionais e educacionais, essencialmente as relações entre trabalho e educação e de forma mais genérica a educação do trabalhador, sobre a qual incidem várias pesquisas e abordagens.

Uma abordagem interessante é apresentada por Kuenzer (1992) sobre a educação profissional que segundo a autora, desenvolve como conteúdo os conhecimentos científicos e tecnológicos os quais estão ligados à raiz da sociedade contemporânea de modo a resgatar a relação entre ciência e cultura por meio da tecnologia, trabalhando conteúdos que caracterizam a modernidade no seu processo e metamorfose.

A educação profissional estrutura-se a partir dos processos de trabalho que desempenham funções relevantes na constituição da sociedade em crescente cientificação, que

exige um trabalhador cada vez mais adaptado às novas tecnologias. Essa educação se configura distintamente da educação básica.

Lima Filho (2002) faz uma análise da legislação que regulamenta a educação profissional¹² no Brasil. De acordo com os documentos, a reforma constitui-se na utilização de recursos públicos que levam ao empresariamento das instituições públicas e à promoção do mercado privado de educação profissional, pois segundo os organismos internacionais é evidente a necessidade de articulação entre essa política educacional e a reforma do Estado, o que contribui com a inserção do Brasil no processo de globalização, de reestruturação produtiva, que promove uma reforma educacional baseada na diversificação e flexibilização da educação profissional, criando modalidades substitutas ou alternativas à educação básica, reduzindo a oferta de educação pública.

As reformas na educação profissional, iniciadas na década de 1990, “*em 1997, após a aprovação da Lei n. 9.394/96, o Decreto n. 2.208/97 impôs um conjunto de reformas à educação profissional no país*” (RAMOS, 2002) pelo Ministério da Educação que desenvolveu programas específicos para melhorar a qualidade da educação profissional como o PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional) criado em 1997, uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Essa parceria visa desenvolver ações integradas de educação e trabalho, de ciência e de tecnologia, em articulação com a sociedade e com o objetivo de ampliar o número de vagas no ensino profissional; diversificar a oferta no ensino profissional; definir cursos para atender às demandas da sociedade e às exigências da moderna tecnologia.

Seus recursos são originários de dotações orçamentárias do Governo Federal, sendo 25% do Ministério da Educação, 25% de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e 50% de empréstimos da União com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), assinado em 27 de novembro de 1997, com vigência até 2006.

Até 2002, o BID aplicou 49% dos recursos e o Brasil, 51%. Da contrapartida nacional, 68% da verba investida era do MEC e 32% do FAT. Foram assinados 251 convênios, sendo 87 na região Sudeste, 48 no Sul, 52 no Nordeste e 32 nas regiões Centro-Oeste e Norte, cada um. Foram inauguradas 106 escolas: 48 comunitárias, 32 federais e 26 estaduais. O PROEP financia ações à elaboração de planos estaduais para a Reforma e Expansão do Ensino Médio (PEM) e Expansão da Educação Profissional (PEP), bem como de projetos escolares, com o

¹² Refere-se às propostas feitas em 1995 pelo Ministério da Educação (MEC), com a intenção de realizar uma reforma na educação profissional. No *Planejamento Político Estratégico 1995-1998*, o MEC apresenta as perspectivas de redirecionamento do foco de atuação dessas instituições de ensino.

objetivo de ampliação de vagas e diversificação do ensino profissional e de cursos para atender a demanda da sociedade e as exigências por modernas tecnologias.

Outro programa governamental o PROEDUC (Programa de Educação para a Competitividade) criado em 1995, de estímulo educativo e cultural, demonstrou preocupação com a qualificação e a “empregabilidade” da classe trabalhadora, também contribuiu para a promoção da educação básica e profissional (<http://www.proeduc.gov.br>, consulta, dez/2005)

A formulação do PROEDUC, foi precedida por articulação no âmbito governamental, com representantes dos Ministérios do Trabalho e da Educação, discussões com representantes do setor empresarial, dos trabalhadores e com especialistas da área.

A partir dessas articulações surgiram os pressupostos para a formulação e implantação do PROEDUC. A diversificação dos espaços educacionais tornou-se uma tendência e uma necessidade no contexto de mudanças sociais, de novas tecnologias do conhecimento e dos desafios institucionais.

O Ministério do trabalho, da educação e outras entidades criadas a partir da preocupação do empresariado com a educação, desempenham um papel na elaboração de propostas para a educação, como o IHL (Instituto Herbert Levy) que visa apoiar e gerenciar projetos, basicamente nas áreas de meio ambiente e educação (SILVA FILHO, 1999).

O instituto IHL, segundo Silva Filho (1999) procurou agir na elaboração de propostas e ações para a educação do trabalhador junto ao CEC¹³ (Comitê de Educação da Comissão Empresarial de Competitividade). As propostas do IHL fundamentam-se nas mudanças globais da economia, nas inovações tecnológicas que transformam o mundo do trabalho e da produção, dentro de uma perspectiva de reestruturação e flexibilidade, passando a exigir um trabalhador que possa integrar-se no contexto atual e exercer eficazmente um papel na atividade econômica, ou seja, um trabalhador com condições indispensáveis para acompanhar as mudanças e avanços técnicos científicos que caracterizam a sociedade contemporânea.

O autor apresenta três razões para a participação dos empresários nas questões da educação; primeira: familiarizar os empresários com as políticas educacionais; segunda: complementar as ações do governo; terceira: a empresa ganha mais quando a comunidade onde está inserida melhora o nível educacional.

A emergência de um novo perfil de trabalhador escolarizado e competente tem provocado um aumento considerável de empresas privada, interessadas em promover e dar

¹³ O CEC foi criado por decreto presidencial. É constituído por cerca de 210 empresários representando todos os segmentos do setor produtivo e todos os estados do Brasil.

condições para a escolarização de seus trabalhadores, depositando na educação o desafio da formação exigida pelo novo padrão da reestruturação produtiva e da flexibilização da produção e do trabalhador. Segundo Machado (1992) é uma das características do novo perfil de qualificação da força de trabalho que emerge aglutinada a outras exigências como a certificação da escolarização básica, a capacidade de adaptação, a capacidade de aprender a aprender, entre outras.

Os projetos de educação para os trabalhadores, criados pelo governo federal cooperam para a interdependência nas relações entre as esferas pública e privada da sociedade contemporânea, proporcionando e atendendo às necessidades e os interesses de um mercado globalizado que, segundo Pereira (1996), pressupõe que as empresas serão mais eficientes se controladas pelo mercado e administradas pelas instituições privadas.

Como regulador da sociedade, o Estado, representante do poder e mantenedor do equilíbrio entre as classes dominante e dominada, sempre desempenhou o seu papel de organismo garantidor da paz social, tem de forma mais acentuada, a partir do século XX, sofrido um enfraquecimento como poder público, isso devido à hegemonia do poder econômico e das relações de mercado, mas nem por isso deixa de regular e manter a ordem social.

Após a década de 1980, o espaço privado passou por um processo de reabilitação, assumindo muitas funções que historicamente eram desenvolvidas, organizadas e prestadas pelo Estado, que segundo Gruppi (1980, p. 32), *“é uma máquina enorme, com suas leis internas, com sua lógica interna, que não é idêntica a lógica da sociedade e que aparece incompreensível a esta, mas que corresponde a um determinado tipo de poder e serve indiretamente a essa sociedade”*.

Assim, como o Estado, o sistema educacional brasileiro está sendo alvo de intensas mudanças. Dentro deste contexto de inovações, a educação de jovens e adultos é uma das modalidades da educação brasileira, foco central de inúmeros seminários, debates, congressos, pesquisas acadêmicas e experiências pedagógicas, as fronteiras de uma educação tradicional, determinada pela Lei 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Art.38¹⁴ está sendo alargada para dar espaço a novas formas de educar, de capacitar e qualificar.

¹⁴ Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Consultar LDB, Seção V da Educação de Jovens e Adultos. Editora do Brasil S/A. Cortesia, p. 20 e 21. 1996.

Na rede pública estadual de Santa Catarina, a educação de jovens e adultos é de responsabilidade do CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) que atua na educação básica do ensino fundamental e médio, com diversas metodologias que atendem a demanda da classe trabalhadora por escolarização.

A preocupação com o analfabetismo e a baixa escolarização dos jovens e adultos Brasil, começou na década de 1970 do século XX, quando o MEC (Ministério da Educação) criou o “ensino supletivo modularizado”¹⁵, regulamentado oficialmente pela Lei nº 5.692/71, organizado e regulamento pelo parecer 699/72 do Conselho Federal de Educação de autoria do Professor Valnir Chagas (PP. CEJA, Florianópolis, 2000)

Para oferecer esse ensino modularizado de forma diferenciada da educação regular, criou-se os CES (Centro de Estudos Supletivos) implantados em vários estados brasileiros. Em Santa Catarina o ensino supletivo inicia a sua implantação em 1976 sob a organização e orientação da Secretaria de Estado da Educação, do MEC/DISU, capacitando professores e recursos técnicos para atender a demanda. O parecer nº 131/77 autoriza o funcionamento do CES em Florianópolis, a “escola do futuro” iniciava as suas atividades com o ensino fundamental, somente em 1986, começa a funcionar o ensino médio.

De acordo com o histórico da implantação do CES, contido no PP do CEJA de Florianópolis (2000), o novo modelo de “escola do futuro” com uma metodologia auto-instrucional, com flexibilidade de horário de estudo, seria a facilitadora da aprendizagem, adequada ao adulto que não concluiu a escola básica em idade apropriada. Além de proporcionar a escolarização de qualidade ao jovem e ou adulto em pouco tempo.

A história da EJA no Brasil tem uma longa caminhada na construção histórica da educação básica nacional, mas foi a partir da década de 1990, que se intensificaram as preocupações, as mudanças e as reformas inovadoras para o ensino de modo geral.

As mudanças propostas para a EJA baseiam-se especialmente nas abordagens difundidas por organismos internacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que promoveu na década de 1990 a Conferência Mundial “Educação para todos”, contando com o apoio do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNDU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o

¹⁵ Nessa modalidade de ensino, o aluno, de posse de um módulo com os conteúdos básicos para o ensino fundamental ou médio, estudava individualmente para fazer uma prova, em regime de exame nacional, que lhe conferia a aprovação ou não nas disciplinas e a certificação quando da conclusão de todas as etapas. Consultar PP- Projeto Pedagógico do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos de Florianópolis.

BID (Banco Mundial). Essa conferência tinha por objetivo, definir as políticas mundiais para assegurar a educação básica para crianças, jovens e adultos (QUARTIERO e CERNY, 2005).

O primeiro resultado dessa conferência foi a criação do EFA Fórum, um fórum consultivo internacional para a educação para todos, deste fórum saiu a primeira carta de intenções de mudanças nas políticas de educação a “Declaração de Jomtien” definindo como ponto chave a “Educação para Todos” , ou seja, a educação básica deveria satisfazer a necessidade educacional, garantir a aprendizagem dos conhecimentos teóricos e práticos e desenvolver os atributos indispensáveis para a produção da vida das pessoas.

Outro documento que influencia muito na elaboração das mudanças na EJA foi o Relatório Delors, mais um dos resultados das conferências promovidas pela UNESCO. O conteúdo deste documento propõe quatro pilares como eixos norteadores da educação para o século XXI, “aprender a conhecer”, “aprender a ser”, “aprender a fazer” e aprender a conviver”. Segundo o documento, a “educação continuada” ou “educação ao longo da vida” seria indispensável ao sucesso do indivíduo nesse mundo competitivo, determinado pela economia mundial (QUARTIERO e CERNY, 2005).

A proposta apresentada em 1990 pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), no documento “Transformação produtiva com equidade” tem como prioridade a educação e o conhecimento, essa é a idéia central em torno da qual se articulam todas as outras propostas, como: a incorporação e a difusão do progresso técnico e científico, fatores fundamentais para que a região desenvolva uma competitividade autêntica que lhe permita inserir-se com êxito na economia mundial.

A competitividade se apóia no desenvolvimento tanto da produção como da aprendizagem e difusão do conhecimento e qualidade de “recursos humanos” (CEPAL, 1990). Constatamos que este documento apresenta propostas para transformar a educação em um meio para o desenvolvimento econômico, alcançado pela qualidade dos “recursos humanos”, assim, podemos afirmar que a escolarização é colocada como condição essencial ao desenvolvimento do mercado, e o trabalhador necessita de formação escolar para contribuir de forma intensa na reprodução do capital privado, cabendo ao trabalhador a responsabilidade de qualificar-se para a competitividade do mercado.

A CEPAL sugere propostas estratégicas de criar condições educacionais de capacitação e de incorporação ao progresso científico e tecnológico, possibilitando a transformação das estruturas de produção e de educação. É necessária uma transformação

profunda das orientações, uma nova abordagem que conjugue crescimento com produtividade e mudança institucional, que

deve se inspirar em critérios de equidade e desempenho e visar reformas institucionais que propiciem, ao mesmo tempo, a integração nacional e a descentralização. Trata-se portanto de uma equação que vincula conceitos e objetivos políticos diretamente a finalidades econômicas (PAIVA e WARDE, 1993, p. 23).

Para colocar em prática as propostas sugere-se um conjunto de políticas que deverão necessariamente responder a especificidades, relacionando “*os sistemas educacionais, de capacitação e de pesquisa científica e tecnológica entre si, assim como as relações destes com o sistema de produção*” (OTTONE, 1994, p. 48).

A educação encontra-se numa situação delicada. A sua função social primordial de contribuir para a formação integral dos homens, numa perspectiva crítica de compreensão de suas relações sociais, é constantemente ameaçada pelas propostas de educar numa perspectiva mercadológica.

Um documento dedicado especificamente à Educação de Jovens e Adultos foi a Declaração de Hamburgo (1997) onde construíram um conceito amplo de EJA, centrado no ser humano e na existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos e a efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida, requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro, é a chave para o século XXI (Disponível em <http://www.unesco.org.br>. Acesso em nov/2005).

A “educação ao longo da vida” implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas. Engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade.

A perspectiva de aprendizagem, durante toda a vida, exige, por sua vez, complementaridade e continuidade. É de fundamental importância a contribuição da educação de adultos e da educação continuada para a criação de uma sociedade tolerante e instruída, para o desenvolvimento socioeconômico, para a erradicação do analfabetismo, para a diminuição da pobreza e para a preservação do meio ambiente.

No centro dessa transformação, está o novo papel do Estado e a necessidade de se expandirem às parcerias com a sociedade civil visando à educação de adultos.

No contexto das novas parcerias entre o público, o privado e a comunidade, o papel do Estado está em transformação. Ele não é apenas o provedor de educação para adultos, mas também um consultor, um agente financiador, que monitora e avalia ao mesmo tempo.

A Educação de Jovens e Adultos têm apresentado novos desafios às práticas existentes, devido à exigência de um maior relacionamento entre os sistemas formais e os não-formais e de inovação, além de criatividade e flexibilidade. Tais desafios devem ser encarados mediante novos enfoques, dentro do contexto da educação continuada durante a vida. Promover a educação de adultos, usar a mídia e a publicidade local e oferecer orientação imparcial é responsabilidade de governos e de toda a sociedade civil. O objetivo principal dever ser a criação de uma sociedade instruída e comprometida com a justiça social e o bem-estar geral.

O reconhecimento do "Direito à Educação" e do "Direito a Aprender por Toda a Vida" é, mais do que nunca, uma necessidade: é o direito de ler e de escrever; de questionar e de analisar; de ter acesso a recursos e de desenvolver e praticar habilidades e competências individuais e coletivas.

As propostas da Declaração de Hamburgo (1997) parecem ideológicas para a realidade que se configura nos países de desenvolvimento tardio e com um sistema educacional frágil, por ser um espaço de muitas disputas políticas e de interesses econômicos, no caso o Brasil. Construir propostas que se efetivem, que sejam regulamentadas dentro deste modelo de educação ao longo da vida, com especificidades próprias a educação de jovens e adultos é uma tarefa que requer empenho para o reconhecimento da EJA e a definição de políticas que possa integrar essa modalidade de ensino.

Entretanto, a Lei nº 9.394/96, da LDBEN, está inadequada em relação a Educação de Jovens e Adultos, pois apresenta um retrocesso, particularmente no Artigo 38, quando se refere a EJA fundamentalmente como “cursos e exames supletivos”, retomando assim, a ênfase na perspectiva compensatória.

A LDBEN, segundo Frigotto (1998b), é um conjunto de leis minimalista que não foi construído e aprovada dentro de um ideário democrático, correlaciona-se com a ideologia da desregulamentação, flexibilização e privatização. Ela “*não dá as diretrizes e bases, mas apenas justifica e facilita um **ex ante** – o projeto elaborado em ”parceria” entre técnicos do Banco Mundial e outros organismos internacionais e o MEC*” (idem, p. 225).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, sob o parecer CEB nº 11/2000, em 10.05.2000 criada pelo MEC e Conselho Nacional de Educação, tem a finalidade de propor mudanças na educação da EJA, integrando-a em um processo político pedagógico diferenciado e adequado à realidade dessa educação, propondo um modelo pedagógico próprio, a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos.

Segundo o documento, a função reparadora da EJA possibilitará o prosseguimento dos estudos e a igualdade de oportunidades, chamada de função ‘equalizadora’ que dará cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais que não tiveram a possibilidade de estudar.

Entretanto, *“o termo equidade refere-se à disposição de reconhecer o direito de cada um, mesmo que isto signifique não obedecer exatamente o direito do objetivo, pautando-se sempre pela busca de justiça e moderação”* (OLIVEIRA, 1999, p.74). Porém, *“não parece ser essa a conotação atribuída á equidade social no atual momento”* (idem p.74).

A equidade, termo que aparece no documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000) é empregada de forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir mais igualdade, de acordo com os interesses econômicos de beneficiar uma parcela da sociedade que interessa ao mercado. Assim, a educação com equidade, significa oferecer o mínimo de instrução para que o indivíduo tenha a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Isso não significa que todos os trabalhadores terão as mesmas as possibilidades.

Outra função da EJA, apresentada no documento, é a tarefa de propiciar a atualização de conhecimentos, chamada de função permanente ou ‘qualificadora’, tendo como base o caráter incompleto (em constante transformação) do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e adequação pode ser atualizado nos processos escolares. Assim como a equidade, a função qualificadora da EJA, nos termos e significados empregados pelas Diretrizes, não garantem ao ser humano o desenvolvimento, nem mesmo a atualização permanente de conhecimentos, visto que a prática pedagógica e metodológica da Educação de Jovens e Adultos da rede pública estadual, de acordo com as informações levantadas nesse estudo e pelo conhecimento e experiência que tenho do material e dos métodos de ensino, não corresponde às propostas e aos documentos existentes.

O material apostilado não é atrativo aos alunos, pois geralmente, são reproduzidos pelos CEJAs em preto e branco, perdendo parte de sua qualidade, seus conteúdos não são atualizados constantemente, dificultando o acesso a informações recentes e o conhecimento

necessário ao desenvolvimento humano. A ineficiência do material, aliado ao método de ensino modularizado, no qual, o aluno estuda sozinho, tira as dúvidas com o professor para fazer as provas não são suficiente e nem adequadas para a formação do aluno/trabalhador.

Em relação às diretrizes para a educação de jovens e adultos, existe um estudo feito pelo Conselho Nacional da Educação para alterar a Resolução nº 1, de 2000. O conselho já aprovou a indicação nº 1, contendo as linhas gerais a serem analisadas pelos conselheiros nesse durante o ano de 2005. O governo afirma ter interesse na melhoria do desempenho do setor que não tem conseguido bons resultados especialmente nos programas de alfabetização de adultos.

Ao que parece, as mudanças propostas para a EJA, nas últimas décadas, pretende terminar ou amenizar o estigma de ser uma modalidade de ensino, que representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, oferecidos principalmente na escola, mas também fora dela. A EJA não precisa representar a saída para escolarizar a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação do capital. Entretanto, ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Preocupados com a qualificação do trabalhador muito outros projetos foram desenvolvidos pelo governo federal com a pretensão de contribuir e garantir ao trabalhador e ao capital privado, as condições necessárias para o aprimoramento requisitado pela competitividade mundial.

Um dos mais recentes programas elaborado pelo governo federal por meio do MEC (Ministério da Educação) é a “Escola de Fábrica, uma sala de aula em cada empresa para formar jovens profissionais” (MEC, 2005, p. 01). O programa foi criado para possibilitar ao jovem trabalhador de baixa renda a escolarização exigida para o mercado de trabalho. É a transferência de uma responsabilidade pública estatal para as empresas particulares privadas, alegando estarem contribuindo e até mesmo “forçando” o cumprimento da lei de responsabilidade social.

Uma das metas pretendidas é a escolarização de 10.000 jovens por ano. O impacto causado por essa escolarização, ansiada pelo governo federal e cumprido pela iniciativa privada, fará com que aumente a oferta de mão-de-obra escolarizada (idem, p. 03).

Essa escolarização, não é sinônimo de inclusão social, serão mais trabalhadores disputando vagas para serem explorados, será a formação de um exército de trabalhadores

mais qualificados e com mais dificuldade de manter e encontrar emprego no disputado mundo do trabalho.

Sem falar da transferência da responsabilidade do Estado que está sendo substituída pelas empresas e outras instituições privadas em nome da responsabilidade social (RUMMERT, 2005). É um projeto, segundo o governo, para além das obrigações e ações governamentais com a educação regular.

O MEC disponibilizará R\$ 25 milhões, oriundos do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional) para investir na educação do trabalhador. O valor financiado pelo MEC a instituição gestora será de R\$ 30 mil por curso (ibidem, 2005b, p. 04).

A procura por inscrições para participar desse projeto foi tanta que superou as expectativas do governo federal, é uma maneira de garantir a escolarização e a qualificação de trabalhadores sem precisar fazer nenhum investimento e sendo incentivado pelo próprio governo. O primeiro convênio da “Escola de Fábrica” foi assinado em julho de 2005 em Porto Alegre – RS, em parceria com a Fundação Pescar e a empresa Memphis S/A Industrial (disponível em <http://www.mec.gov.br/setec>. Notícia divulgada em 24/07/2005. Acesso em 5/08/2005).

Muitas são os projetos sociais que procuram desenvolver uma Educação de Jovens e Adultos com características específicas a essa modalidade, construída a partir da valorização do ser humano completo, integral e integrante dessa sociedade, possibilitando a ele a consciência de si mesmo e do mundo em que ele vive. Como exemplo, podemos citar o trabalho desenvolvido pela organização não governamental Ação Educativa.

Com sede em São Paulo, coordenada por Sergio Haddad, Vera Masagão Ribeiro e Regina Costa, fundada em 1994, atua no sentido de propor, monitorar e reivindicar políticas públicas que concretizem o direito à educação para todas as pessoas, de todas as idades, etnias, sexo ou condição sócio-econômica. Além de trabalhar com a formação de educadores, com pesquisa e informação.

Com o apoio e parceria de inúmeros organismos nacionais e internacionais, instituições nacionais, empresas privadas e organizações não governamentais, a Ação Educativa assume o desafio de intensificar a partir de 2005 a sua luta pelo direito à educação incorporando, entre as suas estratégias, muito projetos que envolvem comunidades, entidades, instituições de ensino, ONGs, empresas privadas e o governo.

A Educação de Jovens e Adultos está entre as principais ações desenvolvidas por essa instituição, por meio de seminários, fóruns e outros encontros relevantes, são discutidos

propostas e projetos que possam assessorar as instituições na formação de educadores, na aplicação de novas metodologias e na prática pedagógica, através de projetos experenciados pela Ação Educativa e na publicação de material didático específico para a EJA.

As principais estratégias do programa são as seguintes:

- Garantir a efetivação do direito humano à educação;
- Produzir conhecimentos;
- Disseminar propostas educacionais que respondam às necessidades de pessoas jovens e adultas;
- Formar educadores, equipes técnicas e gestores da educação para que busquem ações conjuntas.

Todas as ações são pautadas pelo mais simples fundamento da educação: atuar para que as pessoas possam aprender sempre, durante toda a vida. Duas conseqüências dessa visão são o fato de que as pessoas estão permanentemente se educando e que a educação não se restringe àquela que ocorre dentro da escola. A intenção é desenvolver projetos que se estendam para várias regiões do Brasil, para acompanhar as ações dos governos estaduais e municipais¹⁶ (Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br>. Acesso em 02/dez/2005).

Como contribuição para a EJA na última década, vale ressaltar e destacar o Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos -1993 V CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), realizada no Brasil em 1996, com uma série de encontros municipais, estaduais e regionais e finalmente nacional. Com a participação de vários segmentos da sociedade (ONGs, universidades e sociedade civil) para contribuir com a construção de uma política nacional para EJA.

Os inúmeros encontros internacionais e nacionais realizados para discutir e apontar propostas para a Educação de Jovens e Adultos, básica e ou profissional, apresentam um emaranhado complexo de posicionamentos com a finalidade de contribuir para encontrar formas de desenvolver para a EJA, uma política educacional reconhecida que possa, de acordo com o documento elaborado pelo Eneja (Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos), realizado no Rio de Janeiro em 1999, garantir :

¹⁶ Um projeto de pesquisa e avaliação, “Juventude, escolarização e poder local”, criado e acompanhado pela Ação Educativa, contando com o envolvimento de vários profissionais da educação, está sendo desenvolvido em nove regiões metropolitanas do país. O projeto propõe um levantamento das ações dos governos locais nas áreas da educação de jovens e adultos e da juventude (http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/pf/rel_sc/pdf, p.14).

No plano das políticas públicas:

- formulação de uma política multissetorial para a EJA, destacando o papel do MEC como indutor de políticas educacionais, adotando como metodologia as discussões em âmbito estadual, regional e nacional, realizadas em fóruns representativos dos educadores e de entidades envolvidas com a área.

Quanto a recursos:

- definição clara de fontes de financiamento pelo governo federal e demais fontes governamentais, em seus orçamentos ampliando a perspectiva existente no FUNDEF, FNDE e FAT;
- mobilização da sociedade civil para a manutenção e ampliação dos recursos vinculados à educação de jovens e adultos, liderada pelo CONSED e UNDIME;
- manifestação junto às comissões de Educação e Cultura da Câmara e do Senado, a todos os parlamentares federais e aos organismos internacionais, com vistas à ampliação dos recursos vinculados à educação.

No plano legal:

- apoiar e prestar assessoria aos trabalhos da comissão instituída pelo CNE para o estabelecimento das diretrizes para EJA;
- trabalhar mediante uma mobilização nacional, para a derrubada dos vetos apostos à lei 9.424/96¹⁷.

Quanto à formação do educador:

- assunção pelas universidades, em articulação com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Trabalho, movimentos sociais, ONGs e outros formadores, do compromisso com a formação inicial de educadores para a EJA em nível superior, como preceitua a LDB, produzindo metodologias e modalidades de atendimento capazes de responder às demandas nacionais;
- garantia de formação e de capacitação, dentro de sua carga horária, aos professores de EJA.

¹⁷ Lei 9.424/96, que institucionalizou o FUNDEF (que não disponibiliza recursos para a EJA).

No plano Conceitual:

- Trabalhar para a ampliação do conceito de EJA, o qual propõe na perspectiva da “educação continuada” e do direito, que tem toda pessoa, de “aprender ao longo da vida”¹⁸

Como mencionado acima, e reiterado no VI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Eneja, realizado em setembro de 2004, a EJA não tem claramente definido os seus financiadores, pois o FUNDEF excluiu, pelo veto presidencial, a educação de jovens e adultos – EJA, como modalidade que é do ensino fundamental, do cômputo de matrículas e do repasse de verbas, fazendo-a viver, desde 1996, de iniciativas tímidas que não atendem ao preceito da Constituição Federal de “*direito* de todos à educação, independente da idade, inclusive aos que não a tiveram na idade própria”, com gravíssimos prejuízos para mais de 100 milhões de brasileiros, dos quais 16 milhões de analfabetos, 33 milhões analfabetos funcionais, 62 milhões sem conclusão do ensino fundamental, pondo em risco a prioridade do governo de soberania da nação.

Os participantes do encontro fizeram uma moção de apoio ao FUNDEB (Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), em substituição ao FUNDEF que não disponibiliza recursos financeiros à Educação de Jovens e Adultos.

O FUNDEB foi uma debatido pela e com a sociedade (Estados, Municípios, entidades de classe, pesquisadores, instituições de ensino) que criaram uma Proposta de Emenda Constitucional - PEC, elaborada a partir dos debates promovidos pelo MEC e encaminhada à casa civil da presidência da República foi votado entre 16 de janeiro e 14 de fevereiro de 2006. Essa proposta prevê um único financiamento para a educação básica (educação infantil, fundamental, médio e outras modalidades, nesta última incluem-se a educação de jovens e adultos).

Nesta atual configuração da educação de jovens e adultos, respaldadas por inúmeras propostas e documentos, elaboradas por diversas instâncias, públicas, privadas, nacionais e internacionais, o que de fato podemos concluir é que houve muitos avanços em diversas áreas dentro da EJA, como por exemplo, os dados apresentados pelo Eneja em 1999:

¹⁸ Os conceitos de “educação continuada” e “aprender ao longo da vida”, foram apresentados pelo Relatório Delors em 1996, como uma das chaves de acesso ao século XXI. Esses conceitos seriam os condicionantes para o sucesso do indivíduo na nova ordem econômica mundial. Uma justificativa utilizada pelas estratégias empresariais para difusão da necessidade de escolarização dos trabalhadores (QUARTIERO e CERNY, 2005).

- Alfabetização: as pesquisas realizadas demonstram que são necessários mais que cinco anos de escolaridade para considerar que a pessoa está alfabetizada, o que ainda não ocorre na maioria das experiências desenvolvidas no Brasil;
- Educação e trabalho: o tema das relações entre educação e trabalho aponta para a necessidade de uma educação que alargue, ao mesmo tempo, a competência individual e a coletiva, envolvendo o ser humano em todas as suas dimensões;
- Educação, cidadania e direitos humanos: a educação de jovens e adultos enfatiza os direitos indivisíveis e essenciais à vida e que possibilitem a defesa dos valores éticos essenciais à pessoa humana;
- Educação do campo e educação indígena: envolve a produção de um diálogo com enfoque intercultural, fortalecendo os movimentos culturais e ações voltadas às populações indígenas e do campo;

Um avanço na modalidade de EJA, desenvolvida pelo CEJA de Florianópolis, é a educação básica para alunos jovens e adultos portadores de necessidades especiais, os quais têm um atendimento diferenciado, possibilitando a sua inserção e integração junto a comunidade e a sociedade. Outros projetos inovadores são desenvolvidos pelo CEJAs em todo o Estado de Santa Catarina, são experiências que contribuem para melhorar as condições de aplicabilidade prática da EJA, e da qualidade da educação, não somente para o modelo de competência exigido pela economia capitalista.

Ainda há muito que fazer para colaborar com a possibilidade de construção de uma proposta pedagógica e metodológica específica para a Educação de Jovens e Adultos, a qual venha a contribuir para a formação de homens e mulheres mais conscientes de sua classe e de sua participação na sociedade. O capital privado está interferindo na EJA, tornando-a um instrumento de formação de trabalhadores qualificados para atender apenas às exigências especialmente do mercado e das empresas privadas.

2.3. Entre convênios e parcerias: as relações entre o público e o privado na educação

Buscar na história o conceito de público e privado é fundamental para compreensão da relação que existe entre essas duas esferas de poder. Segundo Arendt (1997), na antiguidade clássica ocidental, a civilização grega e romana caracterizava a relação de produção pelo trabalho escravo. Existia uma distinção e um distanciamento entre o trabalho e a política. O que chamavam de público era usufruído na esfera social, as apresentações artísticas, culturais e a política, somente para a classe dominante. A esfera privada limitava-se ao espaço do lar, vida familiar e produtiva, cada família buscava as formas e condições de garantir a sua sobrevivência, isto é, o trabalho era uma categoria ligada a vida privada, como meio de subsistência.

Essa noção de público e privado vai perdurar durante quase toda a Idade medieval. As mudanças nas relações sociais começam a ocorrer intensamente a partir do século XIV, com o renascimento urbano, mediante o êxodo camponês, determinado pelas novas relações econômicas iniciadas a partir do renascimento comercial. A intensificação das atividades manufatureiras e a concentração do capital, leva a sociedade, no século XVIII, ao aprimoramento técnico e ao desenvolvimento da produção industrial que foi decisiva para a centralidade do capital como modo de produção e relação social. As mudanças na realidade da sociedade determinam novos conceitos para o público e o privado, em substituição aos existentes até então.

Durante o século XVII e XVIII, muito teóricos pensaram e definiram novas formulações para público e privado e sociedade civil e Estado. O conceito moderno de público e privado foi elaborado por John Locke (1632-1704) a partir da teoria moderna do Estado liberal, centrada no direito à propriedade e à individualidade, onde o Estado é organismo que protege esses direitos.

A moderna distinção entre público e privado, materializados em espaços e funções diferentes para cada qual operacionalizar suas tarefas, os quais mantêm a sociedade em funcionamento, são determinada pela diferença entre um corpo político e outro civil. Assim extraímos a origem da diferença entre sociedade civil e Estado, onde cada um tem uma norma própria e uma regulação recíproca (GRUPPI, 1980).

Segundo Sennet (1998), no século XVII e XVIII, público significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto privado significava uma região protegida da vida,

definida pela família e pelos amigos, semelhante ao que é definido hoje. No espaço público, grupos sociais diferentes entravam em contato através da vida urbana. O homem se fazia como cidadão na vida pública e realizava a sua natureza no domínio privado da vida familiar.

Continuando no curso histórico acerca das definições e conceitos de público e privado, chegamos à teoria do Estado de Hegel. Ele reconhece a distinção entre sociedade civil e Estado, segundo as teorias dos pensadores do século XVIII. Entretanto, em seu pensamento, o Estado é o fundamento da sociedade civil e da família. Não há sociedade civil se não existir um Estado. O Estado funda o povo e a soberania é do Estado. O Estado triunfa sobre a sociedade civil e a absorve. Esse pensamento é uma crítica à concepção de Estado Liberal e ao pensamento de Rousseau, onde o Estado dissolve-se na sociedade e a sociedade civil triunfa sobre a sociedade estatal. (GRUPPI, 1980).

Podemos concluir com essas idéias de Hegel que o poder público (Estado) era soberano e determinante na sociedade e que o privado (sociedade civil) estaria submetido à organicidade do público. Assim, a divisão entre o público e o privado é subsumida pelo Estado.

Para Marx a teoria dos pensadores do século XVIII sobre a divisão que existia entre sociedade civil e Estado ou público e privado, não passava de uma distinção ideológica, para mascarar uma realidade desigual e exploradora, imposta pela classe economicamente dominante. Marx critica o Estado liberal burguês e a concepção hegeliana de Estado. Em sua obra “Contribuição para a crítica da Economia Política” ele afirma:

Minha pesquisa chegou à conclusão que as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser compreendidas por si só, nem pela assim chamada evolução geral do espírito humano, mas têm suas raízes nas relações materiais da existência - cujo conjunto Hegel incluiu no termo de sociedade civil, seguindo o exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII – e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na Economia política (MARX apud GRUPPI, 1980 p. 27).

De fato, é possível entender que é a economia o fator determinante das relações jurídicas e políticas da sociedade e que existe uma relação de interdependência entre o Estado, as relações econômicas e a sociedade civil. Então é impossível entender a relação entre o público e o privado se não for pela complementaridade de um no outro.

Um conceito de público e privado mais moderno, fundamentado na teoria marxista é desenvolvido por Habermas. Para ele a esfera pública passa a ter uma função central na sociedade como princípio organizatório, isto é, nessa esfera o Estado passa a organizar e definir os limites de atuação e relação para a sociedade. “*A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de auto mediação da sociedade burguesa com poder que corresponde às suas necessidades*” (HABERMAS, 1984, p. 93).

Então, o que percebemos hoje nas relações articuladas entre as esferas do público e privado, é um público que se torna a cada dia menos determinante na sociedade, cedendo o espaço a muitas instituições que não pensam política nem juridicamente, mas economicamente. É através do interesse e do controle privado que a sociedade contemporânea está assentando as suas bases para o futuro, um futuro que provavelmente perderá a característica completa da coletividade, o que realmente importará decisivamente é o que sente e quer o homem individualmente.

O conceito de privado é um tanto mais complexo. Define-se como um setor regulamentado nas atividades de mercado. É um processo de privatização que determina nessa esfera o direito que o homem conquista de negociar privativamente uma mercadoria, ou seja, os donos das mercadorias ganham a autonomia privada, “*O sentido positivo de privado constitui-se, sobretudo à base da concepção de dispor livremente da propriedade que funcione capitalistamente*”. (HABERMAS, 1984, p. 94).

As relações das pessoas umas com as outras deixa de ser parâmetro que dê sentido à existência e o que passa a prevalecer é a lógica do individualismo. Esse é o resultado que tem produzido o nosso mundo atual, onde a sociedade se preocupa em atender as normas e os padrões, em relação aos quais o indivíduo, isoladamente, têm que criar mecanismos de adaptação na perspectiva de proteger-se da ameaça de tornar-se inútil.

Neste sentido, a contribuição de Sennett (1998) pode ser vista como a tentativa de fomentar a discussão sobre os fatores históricos que têm contribuído para o que ele chama de declínio do espaço público e a conseqüente obsessão com a individualidade, formulada enquanto expressão psicológica de uma intimidade que se esgota no âmbito da vida privada, característica marcante de nosso tempo. Para isso, ele vai vasculhar o cotidiano da história humana, em espaços e tempos determinados, na busca de possíveis indicações que possam ajudar no desvendamento de como a relação entre o público e o privado vem condicionando a produção de sentido para esse próprio cotidiano.

Articulado ao esvaziamento do espaço público, há uma valorização crescente do indivíduo como expressão psicológica de sua própria intimidade, vivida no âmbito do espaço privado. O que passa a ser importante na vida humana é o indivíduo, que lida com seus próprios sentimentos, ele com ele mesmo.

Para analisar o declínio do espaço público na atualidade, afirma que é possível se fazer um paralelo de como se processou a relação da vida pública e a vida privada na sociedade romana e nos dias de hoje. Na sociedade romana, na medida em que a vida pública refluí, buscou-se na vida privada a referência para formular compromissos e crenças, vinculados a várias seitas do Oriente Próximo, prevalecendo o Cristianismo, o qual transformou-se em um princípio de ordem pública.

Hoje, a vida pública também se tornou questão de obrigação formal. Como na época romana, a participação na *res pública* é, atualmente para a maioria das pessoas, uma questão de estar de acordo com o que está instituído socialmente ou, simplesmente, cumprir com as exigências formais da vida social, sem dedicar a isso maiores questionamentos. A diferença entre uma época e outra está no significado da privacidade. O romano, depois da instituição do Cristianismo como religião obrigatória, buscava o princípio de transcendência por meio da religião e a experiência pública estava ligada à formação da ordem social. Hoje, buscamos a realização na sua magnitude no que é fidedigno em nossos sentimentos, os quais são influenciados pelas relações que estabelecemos, principalmente capitalistas e a psique apresenta-se como tendo uma vida própria e, por isso, a experiência pública acabou se ligando à formação da personalidade dos indivíduos.

A partir desse paralelo feito por Sennett (1998), a vida humana privada, é vista, sentida e analisada como pública. Não se faz distinção entre esses espaços. O que tem sentido é o que o homem faz privatamente, como vive, se tem família, se é honrado, se é honesto, se é bom pai e esposo, não suas idéias para a vida pública. Não o que ele pode fazer pela sociedade publicamente. Não existe como diferenciar o homem público do privado. O seu desejo mais íntimo encontra espaço de realização na vida pública. O homem público passa a ser de forma gradual, privadamente individualista, e essa

força perigosa, misteriosa, que era o eu, passou a definir as relações sociais. Tornou-se um princípio social (...) Em suma, a crença nas relações humanas diretas em escala intimista nos seduz e nos desvia da conversão de nossa compreensão das realidades do poder. O resultado disso é que as forças da dominação ou a iniquidade permanecem inatacadas (SENNETT, 1998, p. 413 e 414).

Se o sentido é a construção da democracia, então, a sociedade intimista impede essa construção, uma vez que reduz o indivíduo à sua solidão e o social à rotina da execução mecânica das normas formais da vida em sociedade. Mais grave ainda: a sociedade intimista torna desnecessária a própria produção no sentido, uma vez que a vida de cada indivíduo isolado se resume ao que ele sente aqui e agora, e o outro, tido como estranho, não lhe diz respeito.

Ao analisar a sociedade intimista contemporânea. Sennett pergunta: “*Será humano formar eus brands para um mundo áspero?*” Ele próprio faz o diagnóstico. “*Como resultado do imenso temor diante da vida pública, que atacou o século passado, resulta hoje, um senso enfraquecido de vontade humana*” (SENNETT, 1998, p. 319).

Por isso nos últimos parágrafos do livro ele propõe o seu sonho.

A cidade deveria ser o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas. Não creio que seja este um sonho inútil: a cidade serviu como foco para a vida social ativa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência das possibilidades humanas, durante a maior parte da história do homem civilizado. Mas hoje em dia essa possibilidade civilizada está adormecida (idem, p. 414).

Atualmente, o homem público é avaliado socialmente, publicamente por suas características privadas. O que tem o homem, em suas qualidades privadas que podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade que vive subordinada às exigências capitalistas?

São as exigências ao homem privado, que definem a sua participação pública na sociedade e essas exigências determinam todas as relações que se estabelecem entre esses dois espaços (trabalho, educação, cultura, lazer). Assim, é partindo deste imbróglio que os interesses econômicos privados, determinam como deve se desenvolver a sociedade para que, seus objetivos de crescimento econômico sejam alcançados.

Desta forma, os interesses privados assumem um papel determinante e decisivo na sociedade. As empresas privadas passam a atuar em espaços que historicamente eram exclusivos do domínio público, utilizam desses espaços, em benefício próprios como um dos meios de garantir a satisfação de suas necessidades.

Um dos espaços públicos que mais interessa ao domínio privado atualmente é a educação, um dos meios que o capital encontrou para tornar-se competitivo e promotor do desenvolvimento econômico e social, necessário à competitividade mundial.

As relações de interdependência entre essas esferas de poder têm cooperado intensamente para modificar a função da educação, que é utilizada pela empresa privada para promover a escolarização, a qualificação e o desenvolvimento das habilidades e competências essenciais ao trabalhador. Ter essas qualidades para contribuir com o crescimento econômico da empresa, é estar sintonizado com a constante evolução tecnológica e científica, que impõe um ritmo de mudanças muito acelerado nas empresas que necessitam de trabalhadores aptos e capacitados a desempenhar muitas funções. Um trabalhador que seja polivalente.

A velocidade em que se processam as inovações tecnológicas e científicas, impõe também para a educação algumas mudanças essenciais, segundo Dowbor (1996), *“não podemos mais trabalhar com um universo simplificado de educação formal, complementado por uma área de educação adultos para recuperar “atrasos”* (idem, p. 29)

Na realidade, já existem diversas formas de organização e transmissão do conhecimento que estão sendo criadas, não somente para a educação de jovens e adultos, oferecidas pelas escolas públicas, mas também pelas empresas privadas que vêm demonstrando uma preocupação com a educação e a qualificação de seus funcionários.

Entretanto a educação promovida pela empresa privada tem se efetivado graças à educação pública que fornece, através do Estado e de financiamentos, as condições necessárias para essa política educacional desenvolvida pela empresa.

Partindo do interesse e das propostas elaboradas pelo IHL (Instituto Herbert Levy), o MEC (Ministério da Educação) promoveu em 1992, um seminário onde foi discutido o interesse e a preocupação da classe empresarial em relação à educação. Foi uma das primeiras ações que contou com a participação de vários segmentos da sociedade: acadêmicos, CUT (Central Única dos Trabalhadores), SENAI (Serviço de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), CONSED (Conselho dos Secretários Estaduais de Educação), UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). O resultado foi a formulação de um documento encaminhado à Secretaria da Educação Básica com algumas recomendações.

A proposta era complementar as iniciativas desenvolvidas nas diversas esferas que tratam da questão educacional nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, quanto nas esferas de responsabilidades das empresas. Dirigido a um público alvo de

empresas, cooperativas, sindicatos e outras associações de classe, envolvendo escolas e instituições educacionais. “*O nosso plano é que os empresários estejam a serviço da educação, pressionando, participando, tentando buscar o engajamento da sociedade como um todo*” (SILVA FILHO, 1999, p. 92).

As propostas mais relevantes para esse trabalho versam sobre “*a participação dos pequenos médios e grandes empresários, entendida como manifestação de preocupações capazes de contribuir decisivamente para a organização das demandas por uma escola pública de qualidade*” (idem p. 91); “*a imperativa necessidade de realizar estudos adicionais que analisem mais especificamente a relação entre educação e competitividade empresarial*” (ibidem p. 92).

O interesse dos empresários na educação, em especial a educação básica que pode contribuir para construir nos alunos/trabalhadores os atributos necessários às novas exigências de qualificação, incentiva o desenvolvimento de muitas pesquisas, como a apresentada por Bueno e Pelandré (2005), sobre as concepções de letramento e as influências das inovações tecnológicas sobre a leitura e escrita dos trabalhadores na visão dos empresários.

Para os trabalhadores, a busca incessante do padrão ideal de qualificação, principalmente a certificação de conclusão de educação básica, fundamental e/ou médio é um dos principais meios para permanecer, inserir-se ou retornar ao mercado de trabalho. Entretanto, para muitas empresas não passa de um “*documento comprobatório dos conhecimentos, habilidades e competências do seu portador*” (BUENO e PELANDRÉ, 2005, p. 143). O certificado é um subterfúgio, um “faz de conta”, uma ilusão, representando uma condição a mais para que o trabalhador possa permanecer ou inserir-se no mercado de trabalho.

Outra constatação importante da pesquisa diz respeito às funções que não exigem um conhecimento técnico científico mais elaborado como os serviços gerais. O necessário é o “*domínio básico de conhecimento e habilidades de leitura e escrita, apenas o suficiente para ler e entender as instruções e participar dos treinamentos*” (idem, p. 144), ou basta apenas, que saibam ler e escrever.

No estudo feito pelas autoras, é possível perceber também que empresas exigem um conjunto de habilidades e competências dos seus trabalhadores para que estejam enquadrados dentro de um mesmo patamar de qualificação, ou seja, um “nivelamento”. A política de muitas empresas não aceita mais trabalhadores com graus de formação mínima de ensino médio. “*Saber ler, escrever e ter o nível de escolaridade sugerido é imprescindível para a*

sobrevivência da/na empresa e, em outros, afirmam que esses fatores representam mais de uma forma de controle da demanda de candidatos a emprego por ocasião dos processos seletivos”(ibidem, p. 146)

Fica evidente que a empresa contrata o trabalhador que apresenta um nível mais elevado de escolaridade, o qual pode facilitar os treinamentos que desenvolverão no trabalhador as competências e habilidades desejadas pela empresa e exigidas para torná-la competitiva no mercado. A educação está mais do que nunca, ocupando um espaço importante no

imaginário dos empresários e dos trabalhadores, reforçado pela escola, pela imprensa e pela sociedade em geral, os graus de escolaridade comprovados pela certificação, nesse conjunto de critérios, aparecem com um peso maior do que realmente possuem (ibidem, p. 145).

É importante ressaltar também que o nível de qualificação em excesso para determinadas funções pode capacitar o trabalhador a transformar-se em liderança de grupos, que irão criticar e questionar procedimentos de dirigentes da empresa.

Outra instituição que não mede esforços para aprofundar a parceria com entidades representativas dos trabalhadores com representações empresariais é a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

Com o sentimento de urgência e a visão de futuro, a FINEP, a partir da década de 1990, buscou colocar a educação dentro da perspectiva econômica e da recuperação das oportunidades de trabalho e de inserção capitalista.

Frente as mudanças econômicas globais, que alteram as relações de produção e de trabalho, aumentam as preocupações com a “qualificação”¹⁹ do trabalhador e os governos dos chamados países periféricos, principalmente os em desenvolvimento, instituem metodologias adequadas ao mundo globalizado, criando programas de educação que atendam as exigências do mercado e da empresa.

Com tudo isso, percebe-se que a esfera privada tem assumido um papel que historicamente deveria ser de organização e responsabilidade da esfera pública que, tem

¹⁹ O conceito de qualificação é parte de um processo de qualificação humana muito amplo, determinado historicamente pela natureza das relações sociais, que constituem a base do desenvolvimento das capacidades humanas, entendidas como qualificações. Na sociedade capitalista a noção de qualificação diz respeito essencialmente a formação social do valor de uso e do valor de troca da força de trabalho e está apoiada na relação entre saber, especialidade, responsabilidade, carreira e salário (Machado, 1998).

segundo as premissas neoliberais, se mostrado ineficiente na prestação dos seus serviços (saúde, educação, lazer, moradia, saneamento básico, transporte), transferindo para a sociedade civil, especialmente para a esfera privada, muitas responsabilidades desses serviços, por meio de projetos inovadores com interesses comuns, ligados à política, à economia e à sociedade.

A educação do trabalhador dentro de um nível mínimo de escolarização básica qualifica-o e capacita-o para as necessidades exigidas pelas empresas privadas e também proporciona ao trabalhador as condições mínimas para que ele possa concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, principalmente no setor dos serviços, que tem apresentado um grande crescimento e uma importância significativa para a economia globalizada.

O espaço privado vem alcançando uma amplitude nas relações sociais, econômicas, educacionais, culturais e até políticas, interferindo diretamente na formação desta sociedade contemporânea, sem falar na redefinição do papel do mercado e também na legitimação dos valores individuais e das ideologias neoliberais que contribuíram, a partir do aumento da influência e da dominação do espaço privado, para diminuir os direitos trabalhistas, promover o distanciamento entre os valores individuais e coletivos. O que contribui para tornar o Estado desacreditado, devido a sua ineficiência, ou pelo menos uma ineficiência que acreditamos que exista e que é, em grande parte obra, da produção capitalista.

O interesse privado na educação está se fortalecendo desde a década de 1990, com as transformações nas funções do Estado contemporâneo que incluem a passagem e a responsabilidade pela educação formal da esfera pública para a privada. Essa “transferência” ocorre por meio das parcerias público-privado.

Quando a esfera privada assume indiretamente a responsabilidade pela escolarização dos seus trabalhadores, é possível configurar-se uma nova visão para a educação de jovens e adultos que passou a ser concebida, principalmente, como a formação para o trabalho, essencial à sobrevivência do trabalhador no mercado de trabalho, perdendo um pouco da sua característica de desenvolver condições para que o aluno trabalhador perceba-se como parte desse processo e adquira uma consciência de si mesmo, que desenvolva a capacidade de valorizar-se como ser humano individual, privado, com sonhos e ambições que vão além da necessidade de vender a sua força de trabalho.

Partindo da gestão privada da educação de jovens e adultos, a formação escolar torna-se essencial, um instrumento chave para a sobrevivência do trabalhador e do capital privado na era da obrigação da empregabilidade.

Esse termo passa a ser muito utilizado após a década de 90, quando se acelerou o processo de globalização da economia, a reestruturação produtiva e as mudanças nas relações e processos de trabalho. É recorrentemente invocado para responsabilizar o trabalhador por manter-se empregado ou ter condições de ser empregável, ou seja, compete ao trabalhador conservar-se atualizado e preparado para as exigências do capital. Sobre esse termo consultar (GENTILI, 2001; KUENZER, 2002).

A empregabilidade é um dos atributos exigidos para o novo perfil da força de trabalho que procura superar o seu próprio desempenho, tendo isso como uma meta que deve ser transposta a cada dia, como se o fato de correr o risco de estar ou ficar desempregado seria a culpa única e exclusiva de sua “incompetência”.

Esse é um dos motivos que induz o trabalhador a buscar a escolarização como uma forma de garantir a “empregabilidade”, colaborando involuntariamente com a transformação da educação em mercadoria, com múltiplas utilidades funcionais para a empresa (polivalência e multifuncionalidade), qualidades que os trabalhadores desenvolvem para assumir diversas e variadas funções dentro da empresa.

Esse discurso foi construído sobre as bases do paradigma da flexibilidade e o modelo das competências. Difunde-se como tradutor hegemônico para a definição de atributos de inserção ocupacional. Pode ainda ser considerada como uma forma específica de encaixe social e inserção profissional dentro da perspectiva interativa, ou seja, um profissional com capacidade de ação e resolução de problemas em diferentes situações.

O poder de permeabilidade e difusão da nova ideologia do trabalho explica a relevância que o discurso da empregabilidade conquistou diante das transformações e novos desafios do mundo do trabalho, entre eles o aumento da precarização e instabilidade dos vínculos de trabalho, o aumento do desemprego, a possibilidade de discriminação no recrutamento por não apresentar os atributos valorizados pelo mercado de trabalho. Tudo isto faz com que “*ingressar, manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho, ser empreendedor ou ter empregabilidade hoje, apresenta-se como um desafio ou, melhor, como uma missão de titãs*” (BIANCHETTI, 2001, p. 146).

Quando o capital privado leva a escola para dentro da empresa, é possível que a formação do trabalhador seja conduzida preponderantemente para torná-lo empreendedor e que desenvolva os atributos necessários à competitividade mercantil.

Analisando os convênios estabelecidos entre o Estado e a empresa privada, percebemos a cooperação entre os envolvidos. O convênio feito pela SED tem as mesmas

especificações para todas as empresas, independentemente do setor produtivo. Existem cláusulas específicas que devem ser cumpridas, cláusulas com as obrigações correspondentes e para cada uma das partes envolvidas.

Para a SED as obrigações correspondem ao fornecimento de material didático, ou seja, uma coleção de CDs referente aos conteúdos das disciplinas do ensino fundamental e médio, a promoção da capacitação pedagógica do grupo docente, a supervisão e assessoramento técnico pedagógico feito pelo CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) e a expedição dos certificados através do CEJA.

Para a instituição parceira da empresa, no caso em estudo o SESC, as obrigações versam sobre: A cedência de professores instrutores, a garantia de remuneração aos docentes, o entrosamento entre as diversas áreas e avaliação do desempenho dos alunos em cada disciplina.

A empresa se obriga a: ceder o espaço físico adequado, previamente aprovado pela SED, a reprodução do material didático, a cedência do mobiliário, estimular os funcionários a concluir a formação básica, acompanhar o desempenho dos seus funcionários junto ao CEJA.

Qualquer uma das partes pode rescindir o convênio, se as cláusulas não estiveram sendo cumpridas.

Essas parcerias atendem às necessidades da empresa em certificar os seus trabalhadores. A empresa assume a despesa por esse ensino, inclusive pagando a contribuição espontânea dos alunos junto ao CEJA. *“Facilita a escolarização quando todos dividem os custos do processo educacional”* (Coordenador do CEJA).

O convênio ainda se estende a todas as filiais que as empresas desejarem, desde que exista a possibilidade do acompanhamento pelo CEJA, para se cumprir as cláusulas estabelecidas.

O número de empresas que procuram fazer convênios com a SED tem aumentado significativamente, pois os investimentos são poucos, perto dos benefícios que a certificação de conclusão de ensino fundamental ou médio oferece para a empresa. O processo de escolarização é interpretado como um elemento fundamental na formação do trabalhador e também um incremento progressivo e muito lento da riqueza social e da renda individual.

A empresa que serviu como uma das fontes de pesquisa é uma das grandes redes de capital privado de Santa Catarina a utilizar-se dos serviços públicos, a compartilhar os espaços privado/público. Demonstrando que o interesse capitalista de uma sociedade determina o estado do público, em muitos aspectos se esvazia de pessoas com interesses pré –

determinados, em outros aspectos querem ser expressivas nele, sem máscaras, sem adornos, onde os valores e sentimentos de seres humanos tomam um espaço importante dentro das relações que na maioria das vezes são estabelecidas a partir de necessidades capitalistas e materiais, que acabam determinando os sentimentos, movidos pela necessidade, assim: “*o capitalismo é a alienação, divisão, separação, isolamento, que são as imagens dominantes para expressar esse mal*” (SENNETT, 1998, p. 359).

Entretanto, o capitalismo é o modo de relação que impera na sociedade, faz parte do nosso cotidiano e esta determinando como a educação deve se desenvolver, por outro lado, mostra como o sistema educacional, o qual atende a essas parcerias está despreparado para a escolarização dos jovens e adultos/trabalhadores, contribuindo meramente com essa formação para o trabalho, ou para a necessidade do capital.

A inter-relação dicotômica entre público e privado vai além das necessidades educacionais. Existe entre esses dois mundos uma relação de poder, que funciona como um mecanismo de regulação da sociedade, que não está situado em um lugar delimitado ou embutido em circunstâncias particulares, mas perpassa disseminadamente por toda a tessitura social e, desta forma, apresenta-se como uma prática social absolutamente normal.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO DE ATACADO NO VAREJO

3.1. A reestruturação do setor dos serviços e a demanda de novas qualificações

No Brasil, segundo Roggero (1998), o processo de crescimento do setor de serviços esta intimamente relacionado ao modo como se deu à implantação do parque industrial e a expansão das atividades de comércio ligadas à indústria, a partir dos anos 50 do século XX.

De acordo com Deluiz (1993), o processo de automatização do comércio no Brasil, inicia-se no final dos anos 70 do século XX, com a introdução de equipamentos de medição (balanças) e de registros eletrônicos (registradoras eletrônicas). Na década de 1980, as redes de unidade varejista e de lojas passaram a investir em automação para,

o aumento da lucratividade e da produtividade, através da elevação dos níveis de eficiência da empresa; a redução dos custos; o controle e racionalização dos estoques; a agilização das informações gerenciais; a agilidade nos caixas e melhores serviços para os clientes; a necessidade de acompanhar a competição e a maior produtividade da força de trabalho (DELUIZ, 1993, p. 8).

Segundo o DIEESE/SC (1999), não houve no comércio a adoção de processos muito avançados, mas difunde-se a automação básica via informatização para um grande número de pequenos e médios negócios. Apesar dos altos custos das novas tecnologias, existia a necessidade de adoção de estratégias mais inovadoras para o mercado.

Mais recentemente a expansão dos serviços é observada em função do processo de mundialização da economia que precisa acompanhar o avanço capitalista.

A concentração da riqueza e o controle do capital em alguns países é um dos motivos para uma nova configuração na economia mundial, onde a produção industrial está diretamente ligada e em certa medida dependente das exigências do setor dos serviços, que segundo Offe (1991) é um setor que abrange todas as funções na esfera da reprodução social, voltadas para a reprodução das estruturas formais, das formas de circulação e das condições de reprodução cultural dominante, dentro das quais se realiza a reprodução material da sociedade.

Segundo Almeida (2005), as relações de serviço se modificaram durante todo o século XX. A primeira destas mutações está localizada na década de 1980 e diz respeito às transformações dos princípios organizativos das empresas industriais, as quais passaram a desenvolver formas mais flexíveis de produzir, com o objetivo de atender as aspirações de crescimento da economia, a diversificação de produtos e captar os anseios da clientela.

Esse fenômeno de mudanças na economia marca profundamente a sociedade industrial, obrigando-a a atualizar-se para competir num mercado cada vez mais exigente, além de disputar espaço no mercado com o setor dos serviços.

a passagem de uma economia ocupada pela indústria para uma economia dominada pelos serviços apresenta – efetivamente características específicas e muito diferenciadas da anterior passagem da agricultura para a indústria (ALMEIDA, 2005, p. 41).

De fato, o setor dos serviços apresenta características específicas como a diversidade²⁰ a informalidade, a diversificação²¹, apresenta um caráter volátil, acrescido do aumento da importância econômica e social das atividades que dispõem e também como um novo espaço de oferta de emprego. O setor dos serviços surge como um novo componente do sistema econômico mundial.

Nas últimas décadas do século XX, o setor dos serviços apresentou um avanço significativo nas suas atividades e desenvolveu condições para colocar novos produtos e serviços à disposição dos clientes, para satisfazer as necessidades, realizar desejos e sonhos, além de criar outros. Neste sentido, Almeida (2005) apresenta alguns aspectos inovadores desse setor em plena expansão:

- Variedade econômica (preços) e da produção de bens diversificados;
- Integração do cliente no processo de produção dos serviços, da informação dos seus gostos e preferências, até a sua participação ativa na prestação do serviço;

²⁰ Esse termo é utilizado pelo setor do comércio varejista, quando refere-se aos produtos (diferentes marcas), serviços e benefícios, oferecidos pela empresa para atender as necessidades dos consumidores. Consultar a revista super hiper. Jul/2005.

²¹ Esse termo é utilizado pelo setor do comércio varejista, quando refere-se as diferentes opções da mesma marca de produtos. Consultar a revista super hiper. Jul/2005.

- Redução, ou até a eliminação dos estoques. Atualmente é preciso a transposição de variedades, mesmo porque, as organizações podem coordenar de forma muito precisa a reposição em tempo real de seus processos de estocagem;
- A qualidade total é a lógica na relação dos serviços, onde as organizações têm que adaptar os produtos às necessidades dos clientes, e os clientes por sua vez, desenvolver a capacidade de se adaptar às organizações específicas;
- Transformação da organização num espaço dinâmico, sob o ponto de vista do tratamento e da integração das informações nos seus diferentes níveis;
- A importância acentuada conferida aos “recursos humanos”, pois o setor dos serviços exige trabalhadores personalizados, numa lógica de co-produção com o cliente.

É essencial para o desenvolvimento deste trabalho fazer uma diferenciação no setor dos serviços. Conforme Almeida (2005), existem dois tipos de economia, a indústria e a terciária, esta última, dividida em dois setores, o tradicional – comércio e serviços e um mais qualificado que corresponde à prestação de serviços, que tem apresentado, após a década de 1970, um aumento nos postos de trabalho baseado na hipótese de que “*o movimento de terceirização do mercado industrial é mais importante do que o movimento de industrialização dos sistemas de emprego terciário*” (GADREY, 1999 apud ALMEIDA, 2005, p. 39).

No Brasil a classificação do setor dos serviços ou setor terciário, é adotada de acordo com a compatibilização existente entre as atividades do SCN (Sistema de Contas Nacional) e a CNAE (Classificação Nacional das Atividades), feitas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sendo: “*comércio; transportes; comunicação; instituições financeiras; serviços prestados a famílias; serviços prestados às empresas; aluguel de imóveis; administração pública e serviços privados não mercantis*” (RUBERTI e GUIMARÃES, 2005, p. 13)

Segundo Roggero (1998), o crescimento da participação do setor terciário no Brasil, tem sido visto como resquício do atraso de suas estruturas socioeconômicas, sendo que pouco se tem avançado no sentido de avaliar o novo papel dos serviços.

Para Rifkin (1995), tradicionalmente o setor dos serviços tem servido como uma esponja, absorvendo os trabalhadores demitidos do setor industrial em consequência da

automação. Porém, atualmente, este setor está sofrendo uma reestruturação e flexibilização nas suas estruturas e atividades, implantando aceleradamente novas técnicas de base microeletrônica e a informatização nos processos.

A compreensão do desenvolvimento do setor terciário tem sido sempre relacionada ao desenvolvimento da indústria, que teve a complementação do processo de industrialização a partir da década de 1970. Mas, a forma como ocorreu esse processo, com a ampliação de crédito, provocou alto grau de endividamento, que gerou séria crise, no início dos anos 80. Por essa razão, estabeleceu-se o vínculo entre o grau de industrialização alcançado pelo país e o seu processo de estruturação do setor terciário, de forma particular.

A primeira explicação para a terciarização²² no Brasil surgiu, em meados dos anos 70, sustentando que a dinâmica das atividades de serviços e comércio, no país, era atrasada, porque se originavam de processos migratórios (as pessoas vindas de outras regiões ou da área rural que não encontravam postos de trabalho que garantiam a sobrevivência em atividades diversificadas chamadas de informais). Uma vez que essa dinâmica não correspondia ao modelo do capitalismo avançado, o setor de serviços não foi encarado como tal, mas como setor informal.

A questão da heterogeneidade do terciário nas economias de industrialização mais recente, como é o caso da brasileira, induz os estudos sobre o crescimento desse setor.

Para Almeida (2005), o setor dos serviços tradicional, também apresenta um aumento dos postos de trabalho, devido à hipótese de que “é nos serviços que proliferam as formas de gestão de mão-de-obra flexíveis que se tornarão relativamente dominante na organização do trabalho no final do século XX”²³ (GADREY, 1999 apud ALMEIDA, 2005, p. 39).

Segundo Pochmann (1998), na década de 1990 os serviços passaram a responder por mais postos de trabalho. Estão absorvendo uma parte dos trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho ou que estão sendo demitidos dos setores industriais e agropecuários.

Essa nova forma de organização das relações do trabalho exige um novo perfil da classe trabalhadora que precisa apresentar novos e variados atributos, como escolarização básica, qualificação, novas habilidades e competências, que Ramos (2002), afirma ter uma conotação de individualidade, apropriada ao processo de despolitização das relações sociais, passando a orientar-se por parâmetros individuais e técnicos não mais por parâmetros

²² Termo utilizado para referir-se ao crescimento da participação do setor terciário (serviços) na economia.

²³ Isso não significa que a indústria não emprega mais, mas que o aumento dos postos de trabalho são criados inter-organização e também intra-organização, chamada por Almeida (2005) de terciária.

coletivos e políticos. Destacamos as exigências quanto à ‘flexibilidade’²⁴, uma característica indispensável ao trabalhador nos novos processos de reestruturação produtiva.

Esse setor que comporta uma diversidade de serviços (instituições financeiras, comércio varejista, prestadoras de serviços, consultorias, serviços de informática e comunicação) absorveu rapidamente os conceitos e as aplicações das inovações tecnológicas, tais como as de base microeletrônica aplicadas na gestão e nos controles dos processos operacionais. O impacto das mudanças é percebido face à grande heterogeneidade existente no setor.

No segmento das unidades varejistas, encontramos um cenário de mudanças com a entrada de novos processos de organização, na busca de elevar a qualidade e competitividade. Estes fatores levam as organizações a se reestruturarem através da adoção de novas tecnologias, de fusões, incorporações, profissionalização do corpo gerencial e funcional.

Para garantir o seu espaço no mercado competitivo atual, as empresas desenvolvem planos de ação estratégico, que oriente todo o grupo para melhorar o nível de serviço e conquistar a fidelização do cliente visando o aumento da competitividade. Contudo, o setor não garante a competitividade e a sobrevivência no mercado se não desenvolver competências essenciais que é o diferencial em relação aos concorrentes.

A busca pela competitividade induz a um profundo estudo das condições de operação dos mercados em que atuam e, também o conhecimento interno da organização, no que se refere, ao domínio dos processos e atividades da empresa. A busca pela eficiência e eficácia, são fatores que estimulam as empresas a buscar a competência organizacional.

Para Prahalad e Hamel apud Almeida (2005), as competências deveriam responder a três critérios: oferecer reais benefícios aos consumidores, ser difícil de imitar e prover acesso a diferentes mercados. Segundo Zarifian, (apud Almeida, 2005) as competências numa organização são desenvolvidas a partir de um conjunto de fatores, entre eles: o conhecimento específico nos processos de trabalho; competências técnicas administrativas - saber organizar; a competência dos serviços aliada à técnica; e a competência social, incluindo as atitudes e comportamento humano, saber ser. O autor indica três domínios básicos para a competência: autonomia, responsabilidade e comunicação.

Em síntese, podemos dizer que a competência de uma empresa está ligada a sua capacidade de organização e administração interna e de estabelecer um bom relacionamento

²⁴ É a qualidade daquilo que é flexível, que pode se dobrar ou curvar, que é maleável, que possui elasticidade, destreza ou agilidade, mas também aquilo que é domável, complacente, submisso, suave. (Bresciani, 1997, p. 88).

com o ambiente externo, isto é, com seus fornecedores e clientes. Com relação à competência social é essencial que os “recursos humanos” (trabalhadores) apresentem as competências indispensáveis de comunicação e autonomia, e o conhecimento técnico para operar as novas tecnologias. É a partir desta configuração que segmentos de serviços desenvolvem estratégias para alcançar um excelente nível de competência e vantagens competitivas.

Diversas ações estratégicas segundo, Werner e Segre (2002) estão sendo adotadas pelas empresas do setor varejista, como: lançamentos de marca própria, adoção de novas tecnologias, introdução de novos processos organizacionais, enfoque logístico, comércio eletrônico, ECR (Resposta Eficiente ao Consumidor), CRM (Gerenciamento de Relacionamento com o Consumidor), novos formatos, com objetivos claros afim de alcançar os resultados pretendidos a empresa deve, conforme o planejamento

direcionar a organização à adoção de estratégias competitivas, que podem ter os seguintes enfoques: para a **Excelência Operacional**, para a **Inovação do Produto** e/ou **Orientada para Serviços**. Em qual atuar, é a questão que deverá ser discutida por toda a organização. Como ferramenta de análise, para uma melhor condução do processo, têm-se os modelos de Planejamento Estratégico (idem, p. 02).

A excelência operacional tem o objetivo de desenvolver na empresa níveis de desempenho mundial, para garantir indicadores internacionais de preço e qualidade, através da racionalização do sistema de produção, com programas de produtividade e qualidade, adotando processos participativos, principalmente nos setores operacionais da organização, garantindo eficiência entre as atividades de suprimento, produção, distribuição e pós-venda, que pode ser alcançado através da adoção de sistemas integrados.

Em relação à inovação dos produtos, é uma estratégia muito utilizada para explorar e desenvolver nos clientes novas possibilidades de consumo, criando uma ruptura com os padrões existentes e com produtos obsoletos no mercado. A cada dia, nos deparamos com novos produtos nas prateleiras. As organizações incentivam o desenvolvimento interno de uma cultura de inovação, o desenvolvimento e um trabalho eficiente do departamento de marketing e a identificação de clientes potenciais a serem impactados pelos lançamentos.

Uma competência essencial para esse setor é a capacidade da organização em conhecer seus clientes e seus mercados, identificar suas necessidades e antecipar as

necessidades do mercado, a orientação para os serviços deve valorizar a proximidade com o cliente. O resultado desta atitude irá garantir à organização um estreito relacionamento com seus clientes, possibilitando a identificação de suas necessidades.

O sucesso dessas estratégias competitivas adotadas por uma empresa prestadora de serviços, no caso do comércio varejista está relacionado à capacidade e às condições que a empresa tem em explorar e desenvolver suas competências que estão ligadas diretamente ao seu quadro funcional. É de fundamental importância que a empresa tenha uma política interna de estimular o desenvolvimento e o uso das competências do indivíduo, bem como a própria organização desenvolver suas capacidades gerais.

Para obter sucesso com essas estratégias a empresa deve estar envolvida num processo contínuo de transformação e informação. A velocidade das mudanças de forma geral impõe um ritmo acelerado em busca da competitividade, que por sua vez atinge diretamente as relações de trabalho, exigindo do trabalhador as qualificações necessárias para contribuir com os interesses econômicos da empresa. É neste sentido, que a educação se transforma em um das possibilidades de sucesso empresarial.

As estratégias e competências desenvolvidas pelo setor de unidades varejistas, entendidas como a própria reestruturação desse tipo de comércio varejista, engloba todos os setores da organização que integra todos os esforços com a finalidade de superação e o alcance total de êxito na competitividade do mercado. Segundo Werner, Segre (2002), além das competências operacionais, de produtos e serviços, entendidas como estratégias empresariais, existem as estratégias de competência da organização²⁵

Muitas são as estratégias de sobrevivência assumidas pelas empresas do setor: fusão e incorporação; segmentação; associação, lançamento de marca própria e adoção de novas tecnologias.

Fusão e incorporação: a concentração no segmento em estudo é uma tendência mundial. Chega a 70 % na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, em 1995, segundo dados da ABRAS, 27,8% das empresas estavam nas mãos das cinco maiores redes. Em 1999 a concentração cresceu para 39,2% e em 2000 atingiu 41%. (www.abrasnet.com.br).

²⁵ Entendemos como estratégias da organização os meios, as condições e as ações diretas criadas e desenvolvidas pela empresa para alcançar os objetivos das estratégias de competência operacional, de produto e serviços. Assim, dependendo dos meios, das ações e das condições disponíveis, envolvendo diretamente os trabalhadores, os objetivos podem ou não, ser alcançados. Relacionamos isso às exigências feitas aos trabalhadores, que necessitam de qualificação e de novos atributos.

Os dados identificam as unidades varejistas envolvidas numa competição acirrada entre os maiores líderes do mercado, e a inovação constante é um imperativo. A fusão que existe entre as maiores redes de unidade varejista, possibilitou ao capital internacional se estabelecer no Brasil, além de capitalizar os grupos nacionais, e a sua expansão dentro do país.

Segmentação: o recurso de dividir as seções para um varejo mais popular, lançando novos produtos mais baratos, feitos por fabricantes com menor preço, para o consumidor de baixa renda, tem sido um grande investimento das unidades varejistas, para atingir um grande contingente da população que gasta principalmente em alimentação. As grandes redes varejistas já utilizam há muito tempo este recurso, o apelo do preço baixo, o que está sendo adotada pelos pequenos e médios varejistas que levantam bandeiras como, “economia todo dia”.

Associação: esse recurso é geralmente utilizado pelas pequenas e médias unidades varejistas que se mobilizam na formação de parcerias para fazer frente à expansão das grandes redes. O objetivo é a permanência no mercado de pequenas e médias empresas. Neste sentido, pequenas empresas se unem para formarem centrais de compras. A estratégia é criar escala, evitar intermediários e comprar produtos básicos e de alto giro, diretamente da indústria, com economia média de 10% no preço. O conceito é justamente reunir forças e criar sinergia entre os associados, desenvolvendo uma melhoria no atendimento e na qualidade dos serviços (ibidem).

Lançamentos de marca própria: é um recurso que tem sido muito utilizado no Brasil, principalmente, nos últimos três anos. O objetivo é aumentar o poder de força das unidades varejistas junto aos principais fornecedores e oferecer aos clientes produtos que podem chegar a ser 30% mais baratos em relação à marca líder. Estes produtos de marca própria são mais oferecidos aos clientes nas lojas de formato, como unidade varejista de bairro, e no segmento popular. O lançamento de produtos com nome próprio, visa a fortalecer a marca e a imagem da empresa junto a seus clientes (ibidem).

Adoção de tecnologias: O setor de unidade varejista é considerado como um dos segmentos que mais utilizam tecnologias nos serviços prestados. Segundo os dados da EAN BRASIL (Associação Brasileira de Automação Comercial), entidade fundada em 1983, responsável pela administração e implantação do código de barras no país – o setor supermercadista lidera o ranking de segmentos que mais utilizam a leitura óptica, com 38% do total de lojas automatizadas, seguido pelas lojas de departamentos e eletrodomésticos (21%), pelas drogarias (13%) e pelas lojas de conveniência (12%).

Segundo Werner e Segre (2002), o setor de comércio varejista inicia a utilização de tecnologias nas lojas de varejo a partir da implantação de

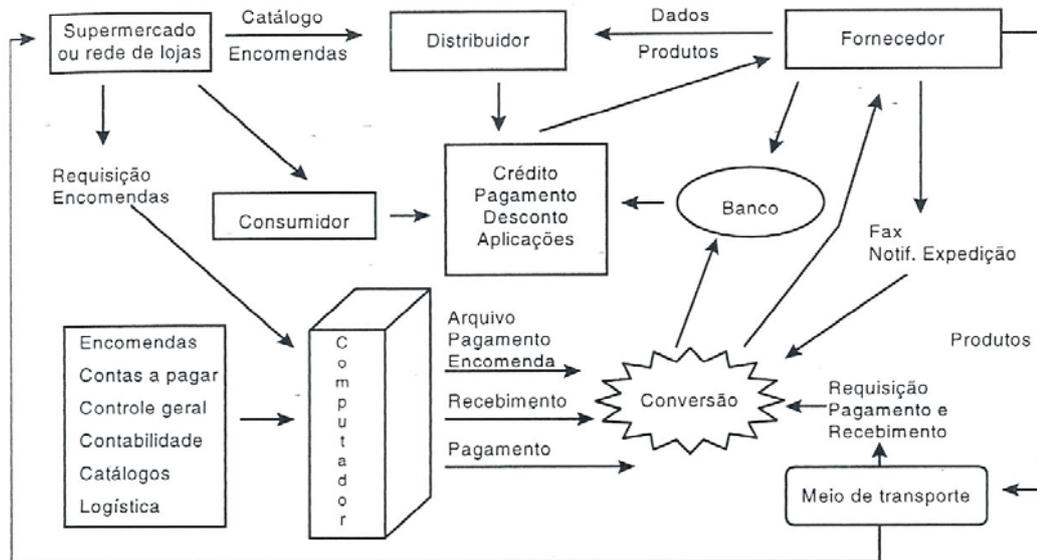
código de barras, leitura óptica/scanners, PDV/check out (com balanças eletrônicas e preenchimento de cheques), etiquetas eletrônicas nas prateleiras, transferência eletrônica de fundos, smatcard e outras tecnologias que objetivam otimizar a passagem dos clientes pelos caixas e tornar os PDV mais produtivos. A importância estratégica do uso de tecnologia pelo segmento de varejo está concentrada em três atividades fundamentais que são: a logística (Supply Chain), a implantação do conceito de ECR (*Efficient Consumer Response*, ou Resposta Eficiente ao Consumidor) e no Comércio Eletrônico (WERNER, SEGRE, 2002, p. 15).

No caso das unidades varejistas as inovações tecnológicas são muitas e diversificadas (o comércio virtual, os caixas automáticos, os cartões eletrônicos, os leitores ópticos, o desenvolvimento da teleinformática, o auto-atendimento) os sistemas de gestão e controle do estoque e até mesmo o EDI – Intercâmbio Eletrônico de Dados, que interliga todas as cadeias de suprimentos integrando o varejo-fornecedor-distribuidor.

A adoção desta estratégia garante um maior dinamismo e eficiência no processo de compra, o que impacta diretamente na diminuição dos níveis de estoque nas lojas e das faltas dos produtos nos pontos de vendas, permitindo uma reposição contínua. Para isto os principais fornecedores devem estar integrados com os principais varejistas e de forma direta ou indireta controlar os estoques nas lojas.

Figura 1.

Cadeia de suprimentos interligada pelo EDI - Electronic Data Interchange (Intercâmbio Eletrônico de Dados)



Fonte: PYLE, Raymond. Electronic commerce and the Internet. *Communications of the ACM*, v. 39, n. 6, p. 22-23, jun/96.
Elaboração: DIEESE-SC.

O Intercâmbio Eletrônico de Dados – EDI é um extraordinário desenvolvimento tecnológico que os varejistas estão utilizando para realizar as operações de produção-distribuição-venda-consumo, um *just-in-time* externo e interno computadorizado (DIEESE/SC, 1999). É uma das formas de integração entre empresas, substituindo documentos comerciais entre fornecedores e varejo, como os pedidos de compras, faturas, conhecimento de embarques, avisos de recebimento, entre outros²⁶.

A sociedade ou as relações que estabelecemos nessa sociedade nos impõe determinadas condições e exigências para continuarmos a produzir a nossa existência. Neste sentido Bianchetti (2001), afirma que as tecnologias digitais estão aí e a condição para continuar coetâneo ao tempo-espaço que cada um vive é aderir, apropriar-se, fazer uso individual e coletivo dessas criações humanas, que representam o domínio de quantidades de informações jamais pensadas. Mas o dramático nessa questão é que numa sociedade desigual

²⁶ A expansão dessa tecnologia é dificultada pelos altos custos. A saída que está sendo montada para ultrapassar esta barreira é a introdução da chamada Web EDI. Esta tecnologia mescla o conceito original de EDI e a Internet. O uso de EDI está concentrado nos grandes fornecedores como Gessy Lever, Panamco (engarrafadora da Coca-Cola), Nabisco, Nestlé e outros gigantes da indústria. O desenvolvimento do uso de Web EDI seria uma solução para que pequenos e médios fornecedores e varejistas se integrem dentro de uma estrutura que aumente a abrangência do fornecimento e de compras por meio eletrônica (web/Internet). (WERNER, SEGRE, 2002)

elas ampliam a desigualdade, jogando mais pessoas à margem. Há pessoas que não manejam as ferramentas da escrita mais simples e nem lhes é possibilitada a escolha em continuar trabalhando com outra tecnologia ou sem ela.

Para Bianchetti, a resistência às novas tecnologias pode até retardar o confronto dos trabalhadores com os novos processo, mas não o eliminará. Se há problema em aderir entusiástica e apologeticamente a essas tecnologias, a saída também não se encontra em sua rejeição ou satanização. “Negar hoje as tecnologias seria o equivalente a negar a história” (2001, p. 16).

O grande problema enfrentado hoje pelos trabalhadores não é somente a resistência às tecnologias, mas o que Bianchetti (2001) chama de desafio/ameaça, onde os trabalhadores estão tendo que se defrontar com situações que exigem dele uma tomada de decisão que implica na possibilidade de perder o emprego: “*Se não se tornarem criativos, se não explicitarem seus saberes, objetivando-os em criações, não são contratados ou são dispensados/despeditos; se os explicitam, serão expropriados em seus saberes e nas condições humanas e materiais de produção de sua existência*”. (idem, p. 18).

À medida que a tecnologia é implantada, os postos de trabalho estão sendo eliminados e os postos criados não o são nas mesmas proporções, transformando as relações de trabalho. A solução para os trabalhadores é qualificar-se, apropriar-se e dominar as novas tecnologias, utilizar os seus saberes tácitos, explicitarem os seus conhecimentos, adquiridos a partir de anos de experiência, na mesma função, ou no mesmo setor, saberes do trabalhador que podem contribuir com a organização da empresa e do trabalho. Os empresários tem conhecimentos das necessidades qualificacionais exigidas pelo capital.

O capital não só sabe da existência desses saberes, como depende deles para subsidiar as suas buscas constantes de novas racionalizações a fim de garantir a manutenção de sua lógica acumulativa. A importância dessas qualificações continua se mantendo independentemente do grau de informatização dos novos processos de produção (BIANCHETTI, 2001, p. 176).

Podemos então dizer que os saberes tácitos devidamente desenvolvidos e priorizados pelos trabalhadores poderiam em alguma medida contribuir para a diminuição da degradação e exploração do capital em relação ao trabalhador, porém, o trabalhador se esforça para atender as qualificações exigidas para utilizar as tecnologias.

Outra tecnologia implantada nesse setor é o ECR (Resposta Eficiente ao Consumidor), uma outra ferramenta estratégica utilizada para identificar o perfil dos clientes e suas necessidades. O objetivo desta estratégia é montar o “*mix*” ideal de linhas de produtos, para conhecer quais são os mais vendidos por dia de semana e por período do dia (manhã, tarde e noite). Esta ferramenta não só indica o “*mix*” de produtos adquiridos pelos clientes como também as relações de categorias vendidas em conjunto (ANGELO, SIQUEIRA apud WERNER, SEGRE, 2002).

De acordo com a revista *SuperHiper*, uma estratégia ainda pouco explorada pelo setor de comércio varejista é o uso da Internet. Pesquisas realizadas em setembro de 2000 junto a 52 redes de varejo, mostrou que somente 1% das vendas ocorrem pela Internet e 4% por telefone, em 2003 a Internet foi responsável por 9% das vendas e o telefone e ou fax, por 10%. A tendência para os próximos anos é de um aumento considerável, podendo ultrapassar os 20% de vendas pela Internet.

Isso mostra que os brasileiros, ainda preferem ver os produtos que vão comprar e também os provedores de Internet não estão equipados para a velocidade de determinados sistemas utilizados pelas grandes redes de unidades varejistas, os problemas de roubos e clonagens em cartões de crédito limita o seu uso através da Internet e, a falta de segurança também pode ser um empecilho para o crescimento desse tipo de serviço.

A utilização dessas diversificadas tecnologias contribui para a agilidade, o maior volume de vendas e a diminuição dos custos no comércio e, diretamente a diminuição dos postos de trabalho.

Os efeitos da reestruturação tecnológica do setor varejista transformaram as relações de trabalho no comércio, que passaram a contratar trabalhadores com mais qualificações (facilidade de relacionamento, de trabalhar em equipe, agilidade, conhecimento de teleinformática, boa comunicação, entre outras) e também a escolarização mínima exigida de ensino médio. Isso não significa que todas as funções exijam conhecimentos técnicos específicos, em muitas ainda predomina um tipo de conhecimento “prático-operativo” que consiste em habilidades manuais e pouco conhecimento teórico e técnico (DIEESE, 1999).

Mas é verdade também que, nesse processo de implementação de novas tecnologias no comércio varejista, vem se elevando consideravelmente o percentual de trabalhadores com maior escolaridade, não significando, com isso, garantia de emprego, pois a diminuição dos postos de trabalho fica evidente, não somente por conta das novas tecnologias, mas também

pela redução dos custos e preços para recuperar ou manter a lucratividade diante da acirrada competição em tempos de crise e recessão econômica.

O estudo feito pelo DIEESE/SC na região da grande Florianópolis, apontou as novas tecnologias e as novas técnicas organizacionais e formas de gestão como uma das responsáveis por provocar o desemprego e alterar as relações de trabalho no comércio, o que pode ainda, passar por muitas mudanças, pois o comércio eletrônico está ainda em seu início.

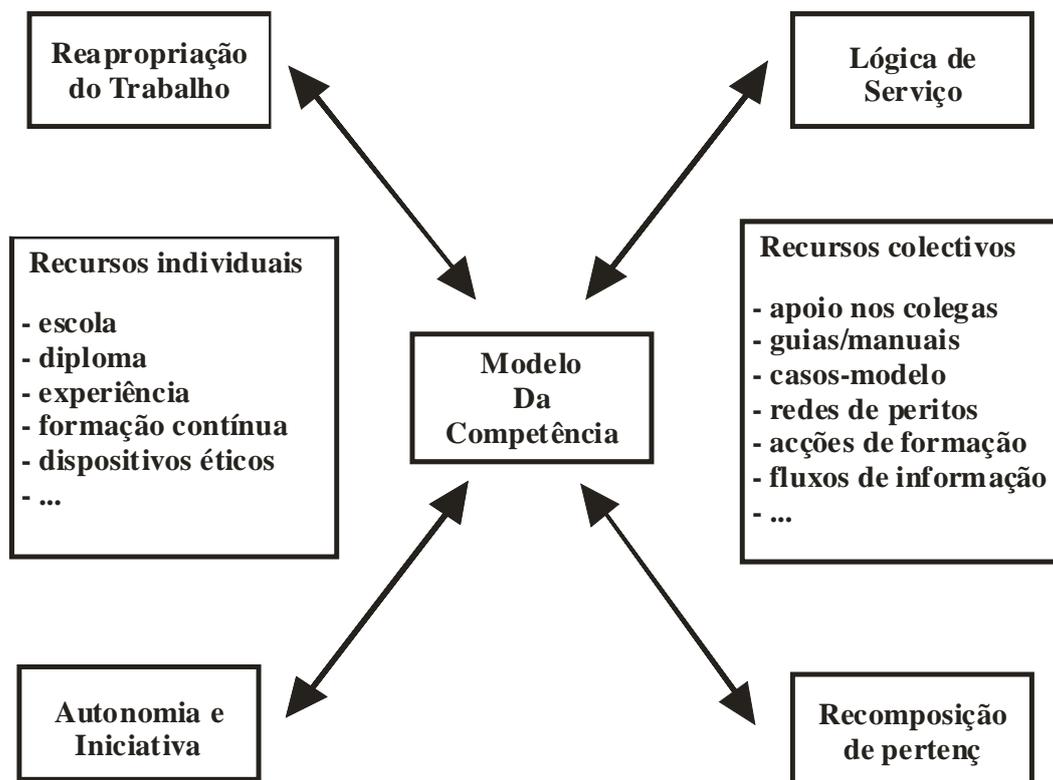
Muitas empresas de grande porte, ligadas ao setor dos serviços, principalmente do setor varejista, têm demonstrado preocupação quanto à formação e qualificação dos seus trabalhadores, entendida como indicador da qualidade nos serviços e competitividade tão necessária às exigências do mercado consumidor.

A preocupação das empresas com a qualificação dos trabalhadores está direcionada para o mundo empresarial, uma concepção instrumental, utilizada como estratégia mercantil, condicionada ao processo de abertura comercial, impulsionada pelos novos padrões e normas internacionais de concorrência e de produção como os programas de qualidade total, ISO 9000, terceirização, reengenharia e muitos outros, visando a sua expansão e não com a qualificação enquanto processo social e histórico (MACHADO, 1998).

Neste cenário, as mudanças ocorrem também através da terceirização da mão-de-obra e do afastamento do prestador de serviços de dentro da loja. Já é muito comum, por exemplo, o fornecedor entregar junto com os produtos, os promotores de venda que organizam e fazem a apresentação do produto dentro da unidade de comércio varejista. Os fornecedores participam diretamente da comercialização de seus produtos. Para isso, necessitam de trabalhadores competentes e adaptados às essas exigências.

Segundo Zarifian apud Almeida (2005), o modelo de competências corresponde ao trabalhador “desejado” pelo mercado, está baseado na autonomia, entendida como a possibilidade de redefinição de zonas de poder e das regras de contextos de trabalho e a iniciativa, entendida como a capacidade para fazer algo de novo. O setor dos serviços encarna, na concepção do autor, a origem da competência como iniciativa para modificar as ações que julgamos válidas e positivas no serviço. A figura abaixo mostra um modelo de competência exigido pelos serviços.

Figura 2. Modelo de Competência



[Fonte: adaptado de Zarifian (1999b: 63-85) e Zarifian (2001a: 35-65) apud Almeida, 2005, p.198].

O modelo de competência, desenvolvido pelo autor, baseia-se na relação que se estabelece entre a educação e as condições desenvolvidas no trabalhador por meio da escolarização, com os interesses privados que utiliza os atributos desenvolvidos no trabalhador em benefício próprio, de acordo com a lógica dos serviços e os interesses econômicos mercantis.

3.2. A empresa TRIPÁLIO: Uma Rede Varejista de Santa Catarina

Uma das grandes redes de comércio varejista de Santa Catarina iniciou suas atividades há quase cinquenta anos, no final da década de 1950, no interior do Estado com uma pequena mercearia, mas o grande sonho dos proprietários era tornar-se uma loja²⁷ de auto-serviço, o que ainda não existia no Estado.

²⁷ Esclarecimento: O histórico foi elaborado com base nas informações obtidas na home-page da empresa, disponível na web.

Acreditavam que muito trabalho e esforço não poderia faltar para conquistarem o seu espaço, e, possivelmente, atingirem o objetivo desejado. O sonho não demorou muito a se concretizar. Ainda na década de 1950, inauguraram a primeira unidade varejista do gênero de auto-serviço em Santa Catarina.

Na década de 1970, abriram as primeiras duas filiais no Estado, mas nada se igualou ao período transcorrido entre os anos de 1987 a 1995, quando outras filiais foram inauguradas, entre elas, uma grande unidade varejista e uma filial no Estado do Paraná. Atualmente conta com 19 unidades em Santa Catarina e Paraná, e, é considerada uma liderança absoluta no Estado, tendo sido eleita seis vezes, a unidade varejista do ano. É líder de faturamento em Santa Catarina e o 9º lugar no país e foi eleito onze vezes “*Top of Mind*” do seu setor em Santa Catarina. Além da atividade principal no ramo de alimentos, diversificou seus negócios, possuindo três postos de combustíveis e 27 farmácias em Santa Catarina.

Para conquistar o lugar de destaque que ocupa, foi necessário desenvolver além do trabalho e dos investimentos uma política de parceria com a comunidade, clientes e fornecedores. Por esse motivo, a rede está sempre agregando novos serviços como os postos e as farmácias, serviços que correspondem às exigências e necessidades da sua clientela.

A rede desenvolve um programa de relacionamento que reconhece e recompensa os clientes em todos os segmentos que presta serviços (alimentos, farmácias e postos), mediante um cadastramento e um cartão do clube. Um dos grandes objetivos da rede é, conforme divulgação, oferecer os melhores produtos das melhores marcas e a tecnologia de última geração.

Outra preocupação da rede é com as ações sociais que ela desenvolve desde 1999, todos os recursos obtidos com essas ações são revertidos para entidades assistenciais. Em um dos projetos a empresa acrescenta 5% ao que for arrecadado.. Além das ações sociais, dedica um espaço especial para o desenvolvimento da arte e da cultura, proporcionando entretenimento aos clientes.

Os princípios básicos de: iniciativa, participação, responsabilidade, cidadania, solidariedade e bem estar, norteiam a rede para o seu crescimento e reconhecimento junto ao setor varejista e, principalmente, junto ao consumidor. Esses princípios são desenvolvido e aplicados por todos os que estão envolvidos na prestação desse serviço que tem a qualidade nos produtos e o atendimento como o grande foco da empresa.

3.3. Escola-empresa: as relações entre trabalho e educação

Quaisquer que sejam as considerações sobre o tema da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, é importante assinalar que, ao longo de sua história, essa experiência escolar tem sido permeada pelo estabelecimento de vínculos com as idéias dominantes dos segmentos promotores e, de modo geral, estão impregnadas pelas demandas do momento sócio-econômico em que são inseridas. São propostas que se articulam ao debate sobre o desenvolvimento econômico do país e às solicitações de uma força de trabalho com maior escolaridade.

As propostas pedagógicas, principalmente em relação às metodologias, são modificadas a partir das necessidades, quer da sociedade, quer do trabalho, quer dos interesses privados. Isso influencia diretamente na aplicação e ampliação da Educação de Jovens e Adultos, tanto para o público-alvo que procura a EJA, por livre iniciativa, e também para atender a solicitação por novos programas, ou seja, essa modalidade de ensino se adapta a qualquer necessidade e circunstância.

Nos últimos anos, os jovens e adultos, que por algum motivo abandonaram ou não freqüentaram a escola, vêm sendo alvo prioritário de ações que propõem uma orientação metodológica que permita ir além da alfabetização e desenvolva conteúdos voltados para o cenário contemporâneo.

Em Santa Catarina, a Educação de Jovens e Adultos conta com os programas estaduais e municipais que atendem a demanda por formação. A rede pública municipal desenvolve a EJA, através da metodologia chamada por eles de “ciclos”, a qual corresponde ao ensino fundamental.

Segundo um projeto desenvolvido pela Ação Educativa, a EJA da rede municipal, região metropolitana de Florianópolis, está preocupada em desenvolver programas que possibilitem a escolarização emancipadora, integrando novos projetos de planejamento, de material didático e capacitação de professores, dentro de uma nova concepção mais integradora de Educação de Jovens e Adultos. (www.acaoeducativa.org.br)

A rede pública estadual de educação de jovens e adultos desenvolve, através dos CEJAs (Centro de Educação de Jovens e Adultos), várias metodologias de ensino, para atender a solicitação de muitos segmentos da sociedade. No Estado atualmente existem 28 CEJAs e um em fase de criação (SED, 2005). A SED (Secretaria de Estado Educação e Inovação) é a responsável pela implantação, e acompanhamento de todos os CEJAs do

Estado, e também a responsável pelos convênios que são estabelecidos com instituições e empresas privadas. Atualmente a SED tem firmado convênios com o SESI, SESC, ARCAFAR, SONAE, CELESC e ESAFI, e por sua vez, muitas estas instituições estabelecem as parcerias com as empresas privadas, associadas a elas.

Além dos convênios, estabelecidos com as grandes empresas, é possível às médias e pequenas empresas estabelecerem junto aos CEJAs uma relação de parceria, denominada “termo de compromisso”. Essa é outra forma, da educação de jovens e adultos atender as necessidades de empresas privadas. Entretanto, vamos nos ater ao convênio e à relação de parceria que a SED/CEJA/SESC estabeleceram com uma grande rede de unidade varejista pesquisada.

O CEJA de Florianópolis é um dos maiores do Estado. Atende os alunos, trabalhadores ou não, que procuram esse programa de escolarização de jovens e adultos. Durante o ano de 2005, possuíam cerca de 6000 alunos matriculados nas diferentes modalidades de ensino que oferecem, a saber: nivelamento, ensino modularizado, telecurso 2000 – telessalas, educação indígena, CRETA (Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras), CERENE (Centro de Recuperação Nova Esperança), casa familiar rural, educação carcerária, Centro Educacional São Lucas, para menores infratores e educação especial.

As diversas metodologias desenvolvidas pelo CEJA são projetos criados para possibilitar a alfabetização e a certificação dos alunos/trabalhadores. Além de todas as modalidades apresentadas o CEJA é o responsável por acompanhar, assessorar pedagogicamente, avaliar e certificar as empresas privadas que estabelecem “termo de compromisso” com o CEJA e convênios com a SED.

De acordo com as informações obtidas junto ao coordenador de projetos e convênios do CEJA, a empresa em questão começou a se preocupar com a escolarização dos seus funcionários em 1996, quando fez junto com o SESC e a AFEPAC (Associação de Funcionários Professores e Alunos do CEJA) a primeira parceria, na qual os trabalhadores da empresa vinham após seu horário de expediente até o CEJA para estudar, faziam o ensino modularizado, caracterizado como ensino à distância, onde o aluno leva os módulos para casa, estuda sozinho, prepara-se para fazer as provas e precisava atingir a média 8.0 para ser aprovado.

Todavia, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para chegar até o CEJA, depois de horas de trabalho, levavam à desmotivação e conseqüentemente à desistência e,

também, o aproveitamento não era satisfatório, o que acarretava um tempo maior para a conclusão da escolarização. Muitas vezes as provas eram realizadas na empresa para evitar o deslocamento dos trabalhadores até o CEJA.

Foi sentindo essa dificuldade e a desmotivação dos trabalhadores, decidiram levar a escola para dentro da empresa, mais próxima dos trabalhadores, oferecendo e facilitando o processo de escolarização, como afirma um dos coordenadores do CEJA.

Pelos contatos que nós tivemos antes de formar o convênio, realmente a preocupação que eles tinham era investir nos próprios funcionários, entre elas, exatamente levar a educação para a empresa, onde o próprio aluno se sentiria mais próximo da casa dele, não precisando se deslocar muito, porque muitos às vezes, moravam longe do CEJA. Então foi mais fácil ser atendido na própria empresa. Foi o investimento que eles fazem para a melhoria da qualidade, da auto-estima também, da valorização que eles querem nos próprios funcionários, seus colaboradores. É nesse sentido que foi feito esse convênio da parte da empresa, e nós como educadores, claro que a gente também quer investir na cidadania de qualquer cidadão, esteja ele onde estiver (Coordenador do CEJA).

Segundo a coordenadora do SESC, a parceria iniciou no momento em que a empresa sentiu a necessidade de ter um momento presencial, não somente o ensino à distância como era feito, tendo os trabalhadores que se deslocar até o CEJA para fazer as provas. Então, fizeram a parceria, garantindo os momentos presenciais, que “*seriam quatro disciplinas por semana, dois encontros, dois dias de 1h e 30 min cada disciplina*” (Coordenadora do SESC).

O tempo médio para a conclusão do ensino fundamental e/ou médio, principalmente no ensino modularizado, pode variar entre um ano e dois meses, até um ano e seis meses, depende muito do esforço do aluno. Garantindo os momentos presenciais, a empresa estaria contribuindo para a certificação dos seus trabalhadores, num espaço de tempo não muito prolongado, e todos estariam concluindo o ensino fundamental ou médio juntos.

Na empresa, objeto de estudo de caso, o primeiro convênio para a oferta de educação pública de jovens e adultos para o ensino fundamental e médio foi firmado em 2001, podendo ser prorrogado, tanto que a empresa manteve o convênio até 2005, quando formou a última turma de ensino médio. O convênio determinava que a oferta de educação seria para outras filiais, podendo ser ofertada em duas modalidades, o ensino modularizado e o telecurso 2000-telessalas.

Podemos constatar, com os dados obtidos, que foi a partir do primeiro convênio que a empresa decidiu investir na formação dos seus trabalhadores passando a exigir a escolarização mínima de ensino médio completo.

Fica evidente, que a empresa necessitava acompanhar de perto a formação dos trabalhadores, não para avaliar a atuação da escola, mas para, de certa forma, sutilmente fazer com que todos os trabalhadores que não tinham concluído a escolarização básica freqüentassem as aulas. Era preciso manter o controle sobre o processo de formação, garantir que todos os trabalhadores obtivessem a conclusão e a certificação necessária à empresa *“começaram a perceber que tava havendo desânimo, que eles não estavam conseguindo”* (Coordenadora do SESC). Então, a escola/empresa foi uma solução prática.

Segundo o coordenador do CEJA, a empresa, quando ofereceu a oportunidade de escolarização de seus trabalhadores, se preocupou em elevar a auto-estima dos mesmos, estudar contribuiria para sentirem-se mais seguros ou menos diminuídos, poderiam também realizar o sonho concluírem seus estudos, o que foi negado em um determinado período de suas vidas. Até que ponto a preocupação com a auto-estima estaria acima da preocupação com a formação, se a política da empresa é de não admitir mais trabalhadores sem o ensino médio completo?

Nessa relação que começa a existir entre escola e empresa, reiterar sobre a preocupação dos educadores em investir na cidadania, segundo o coordenador do CEJA, parece-me um tanto sem sentido, porque a preocupação evidente não é essa. O termo cidadania está um tanto desgastado. Por ter sofrido muitas mutações no seu real sentido. Já não temos a certeza e nem muita clareza do que é ter cidadania, que conotação vamos determinar para essa cidadania que preocupa os educadores? Existe uma ressignificação do termo, entre o “discurso” e a “prática”.

Durante o tempo que a empresa se utilizou da educação de jovens e adultos, mesmo antes de estabelecer o convênio, o número de trabalhadores que concluíram o ensino fundamental e médio, segundo dados do CEJA, superou 400 trabalhadores.

Então, por esse aspecto, nós podemos ver que realmente o resultado foi alcançado e como a política da empresa é exatamente trabalhar somente com o pessoal a nível de ensino médio completo, mas ele deu a oportunidade para aqueles que não tivessem o ensino médio completo, fazer desde o ensino fundamental até o ensino médio completo (Coordenador do CEJA).

A escolarização mínima, de ensino médio completo, exigida pela empresa é condição para o trabalhador manter-se empregado. As novas exigências colocadas pela reestruturação do setor, pela utilização de novas tecnologias e pela competitividade que exige da empresa uma inovação constante, impõem essa condição ao trabalhador. A empresa em questão utilizou-se de meios para convencer os seus trabalhadores a voltarem a estudar. Conforme depoimento de um professor

disse entre aspas, assim né, entre aspas não, disse em outras palavras que, quem não tivesse o 2º grau não ia ficar na empresa, aí então, eles teriam que ir atrás do 2º grau e aí no caso a empresa forneceu, ofereceu o curso dentro da empresa mesmo, para que eles não saíssem, os alunos não tivessem tanto problema em ter que estudar (Professor 3).

De acordo com o Coordenador do CEJA a empresa permaneceu com os trabalhadores que não tinham essa formação e, ao oportunizar as condições para estudar, de certo modo obrigou os trabalhadores a voltar aos bancos da escola para cumprir com a exigência de escolaridade.

De fato, a empresa simplesmente poderia aos poucos ter dispensado os trabalhadores e os substituir por outros que já tivessem o ensino médio. Entretanto, ela preocupou-se em oferecer as condições para a escolarização. Os motivos dessa preocupação parecem estar relacionados com a capacidade que os trabalhadores têm para desenvolver suas funções, as quais não precisam de um conhecimento muito elaborado e nem de técnicas especiais, pois os alunos trabalhadores desempenham funções de serviços gerais. *“São pessoas que trabalham bastante mesmo, não são pessoas que trabalham em outro setor, geralmente são pessoal da limpeza, o pessoal que fica cuidando dessa área da limpeza, assim tal, serviços gerais”* (Professor 3).

Segundo Bueno e Pelandré (2005), para cada grupo dentro de uma empresa, existe um “padrão ideal” de nível de escolarização, do qual se requer domínios básicos de conhecimento, de leitura e escrita, apenas o suficiente para desenvolver o seu trabalho.

A preocupação em certificar os trabalhadores dentro de uma escolarização mínima de ensino médio, determinada pela empresa como a ideal e necessária às necessidades do mercado, está, segundo Saviani (1999), integrada à tendência modernizadora da sociedade, cada vez mais avançada, necessitando instruir os trabalhadores para torná-los mais aptos para viver na sociedade, com pensamentos mais ágeis e mais adequado às necessidades da vida

moderna. A certificação não altera a sua prática no trabalho, pois, já é desenvolvido pelos trabalhadores, com o conhecimento adquirido na prática, só falta adequá-los às exigências da empresa.

De acordo com Bianchetti (2001), o trabalhador adquiriu com anos de experiência dentro de uma empresa, executando um trabalho na mesma função, um conhecimento amplo e aprofundado, chamada por ele de qualificações tácitas, que são componentes indispensáveis no bom desenvolvimento do trabalho e a empresa sabe usufruir desses saberes.

A experiências adquiridas pelos trabalhadores, os saberes necessários desenvolvidos em suas atividades, em anos de empresa foram suficientes para que ela investisse na formação, certificando-os com o ensino médio, através da parceria que efetivaram. É vantajoso para a empresa, levar a escola até os seus trabalhadores, pessoas que já conhecem a empresa, estão acostumadas ao trabalho e a política organizacional.

Segundos os depoimentos dos coordenadores do SESC e do CEJA, a empresa ofereceu alguns estímulos como disponibilizar um tempo dentro do horário de trabalho, um ambiente apropriado e climatizado, assumir as despesas com o material didático, ou seja, os módulos de todas as disciplinas e a contribuição espontânea junto a AFEPAC. Essa contribuição é solicitada a todos os alunos matriculados no CEJA, valendo para todas as modalidades e projetos, independentemente das aulas serem ou não no CEJA.

Durante o tempo de vigência do convênio, e com as suas prorrogações, o CEJA certificou turmas de alunos trabalhadores da empresa, do ensino fundamental e médio, sendo que a última, que concluiu em 2005, foi de ensino médio, onde se formaram cerca de 20 alunos.

O interesse da empresa desde o primeiro convênio era possibilitar a todos os trabalhadores a formação básica. O importante era a conclusão do ensino médio. A sua preocupação, segundo o coordenador do CEJA, era quanto às aulas, se estavam correndo de acordo com a orientação pedagógica e acompanhamento do CEJA. Assim a empresa participava de todo o processo sempre próximo dos coordenadores, tanto do SESC como do CEJA. Apesar do CEJA, não conceder os professores para ministrar as aulas, acompanhava regularmente todo o processo. *“Nós fazíamos muitas visitas pedagógicas, dávamos orientação e treinamento para os professores que assumiam a função pedagógica na empresa, para que todo o andamento fosse dentro de nossos moldes e da nossa qualidade de ensino (...) nós só certificamos se realmente a qualidade estiver à altura”* (Coordenador do CEJA).

O SESC também desempenha um papel essencial na coordenação da escola/empresa, fazem todo o trabalho de planejamento e de acompanhamento dos professores que estão ministrando as aulas dentro da empresa. Isso acontece desde a contratação dos profissionais.

Os professores do SESC são alunos da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que passam por um processo de seleção e são escolhidos para estagiarem por no máximo 20 meses, segundo a coordenadora, os estagiários são:

selecionamos por área de conhecimento, matemática, química, física, língua portuguesa. A gente buscar achar o profissional, por exemplo, o estudante que faça português/inglês, ou, português/espanhol, por que a gente tem a facilidade de oferecer as duas disciplinas com o mesmo docente (Coordenadora do SESC).

Os professores selecionados devem estar cursando a 5ª fase, nunca anterior a essa fase do curso, quando o estágio termina, eles devem estar concluindo a graduação.

A única professora graduada que trabalha na escola/empresa é a própria coordenadora do SESC, que ministra as disciplinas de língua portuguesa e língua estrangeira – inglês. Outros exemplos: história e artes, um professor; Matemática e Física, um professor e química e Biologia, um professor. *“Eu sou estagiária aqui no SESC desde 2004, então, aqui a gente aprende a ser multidisciplinar, a gente trabalha com diversas áreas, saúde, educação, lazer”* (professora 2). O depoimento da professora é corroborado com o de outro estagiário que iniciou sua atividade de docência na escola/empresa

como eu sou estagiário do SESC no estreito, eu fui convocado como estagiário a participa do grupo de educação de jovens e adultos e, quando eu entrei como estagiário eu já sabia que eu tinha que desenvolver esse trabalho. E o trabalho começou (. . .) desenvolvendo uma (. . .) atividade na minha área, que é a área da química e terminou eu desenvolvendo outro projeto na área de biologia (Professor 3).

A remuneração dos professores é responsabilidade do SESC, que oferece uma bolsa estágio, subsidiada, ora pelo departamento Nacional, ora pelo regional. Isso depende de cada projeto, no caso da escola/empresa é subsidiada, segundo a coordenadora, pelo departamento regional do SESC.

A assessoria pedagógica prestada pelo CEJA aos professores incluía visitas regulares durante as aulas e quando necessário os professores eram chamados até o CEJA para receberem orientações. Além disso, deveriam informar ao CEJA quando realizariam atividades extras classe. Os coordenadores do CEJA, eram convidados a participar, podendo assim, avaliar melhor o processo. A empresa também participava de todas as atividades extras para além do conteúdo dos módulos. Como afirma um coordenador: *“o próprio diretor esteve também presente em alguns eventos desses para realmente acompanhar de perto o que estava sendo feito na empresa”* (Coordenador do CEJA).

É interessante destacar o envolvimento da empresa, participando de todo processo de escolarização, preocupando-se e prestigiando a formação dos seus trabalhadores. Entretanto, vários estudos (KUENZER, 2002; BUENO E PELANDRÉ, 2005; BIANCHETTI, 2001), apontam os interesses dos empresários na educação e, também, quanto um trabalhador escolarizado numa perspectiva mais crítica e interado do seu mundo, pode ameaçar e colocar em risco o controle que a empresa exerce sobre os trabalhadores. A escolarização para determinadas funções pode se tornar uma ameaça. Por isso, é tão importante a empresa participar efetivamente da escola.

Segundo as pesquisas realizadas por Bueno e Pelandré (2005) junto à classe empresarial, a escolarização e formação do trabalhador, especialmente no ensino médio, além de satisfazer uma necessidade da empresa, pode transformar os trabalhadores, os quais passam a ter um grau de letramento maior do que o necessário para desenvolver o seu trabalho na empresa. O nível de escolaridade pode ser controlado pela empresa quando contratam trabalhadores, os quais procuram se capacitar, acreditando que desta maneira estarão mais preparados para competir e disputar uma vaga no mercado de trabalho. O trabalhador está atribuindo uma grande importância à elevação do nível de escolaridade, o que pode ocasionar alguns problemas, como enfatizada as autoras:

à educação e o nível de letramento está mais presente no imaginário dos entrevistados, pois ao mesmo tempo em que as consideram como fundamentais e imprescindíveis, impõem limites à sua efetivação nas funções a serem desempenhadas pelos trabalhadores. Níveis elevados de letramento/qualificação dos trabalhadores podem constituir uma “faca de dois gumes”, operando tanto a favor do trabalhador e da empresa como contra as relações de trabalho no sistema capitalista (BUENO E PELANDRÉ, 2005, p.149).

Uma das funções específicas do SESC, nessa parceria, é garantir que os professores estejam preparados para conduzir as aulas, desenvolvendo o seu trabalho com dedicação e empenho. É por isso, que a coordenadora se envolve intensamente e se preocupa com a questão pedagógica, como mencionado anteriormente. O planejamento das aulas e, o desenvolvimento do processo é acompanhado regularmente com o objetivo de superar as eventuais dificuldades. *“O acompanhamento e o planejamento é feito com a gente aqui no SESC, e a gente faz mesmo esse acompanhamento. A gente vai in locu, a gente assiste as aulas, a gente acompanha, a gente verifica”* (Coordenadora do SESC).

Segundo a coordenadora do SESC, o planejamento das aulas é feito sob a sua orientação, e como referência base, utilizam os módulos de todas as disciplinas, é o material disponibilizado pelo CEJA nesta parceria, além dos módulos, necessitam considerar muitos outros materiais de apoio como: textos, pesquisas, vídeos, passeios de estudo, entre outros. Isso porque os professores consideram o material, ou seja, os módulos insuficientes, apresentam os conteúdos de forma muito reduzida, fazendo-se necessário adaptar outras informações ao material didático disponível.

Durante algum tempo trabalhei como professora do CEJA em Chapecó, utilizei esse material didático, o qual é padrão para toda a rede pública estadual. Concordo com as colocações dos professores, pois o material deixa a desejar, necessita de diferentes complementos didáticos. *“O que o SESC faz é adaptar, a gente usa esses módulos deles, mas a gente busca trazer todo o conteúdo para a realidade do trabalhador, buscando trabalhar, assim, dentro da área de atuação deles. Então, fica mais fácil eles entenderem os conteúdos”* (Coordenadora do SESC).

Fica evidente que para fazer um trabalho mais atrativo para os alunos, é necessário trazer os conteúdos, tanto dos módulos, quanto outros materiais utilizados para a realidade vivida no cotidiano do aluno/trabalhador. Isso desperta nele maior interesse em aprender, torna-se mais significativo.

É importante considerar também, a opinião de um professor entrevistado que confirma a avaliação da coordenadora do SESC a cerca do material didático utilizado como referência para o planejamento e desenvolvimento das aulas.

o material ele tem, ele peca um pouco na, na pouca quantidade, aí a gente complementa pela nossa formação, aí as vezes temos que adotar recursos, a gente tem que ir atrás de textos, a gente usa bastante texto a gente usa, a

gente usa o próprio meio, o próprio trabalho deles, onde que eles trabalham, é um objeto de estudo também (Professor 3).

Segundo Schmelkes, (1996), existe na Educação de Jovens e Adultos, a forte presença de voluntários e estagiários, contribuindo para o barateamento do ensino e confirmando o caráter compensatório dos programas. Além disso, os conteúdos desenvolvidos em muitos dos programas não apresentam relação com as efetivas necessidades do adulto. São programas que não estão em sintonia com a realidade vivenciada pelo trabalhador, reproduzem o modelo da escola pública regular, assumindo o papel de educação de segunda classe.

A constatação de que a Educação de Jovens e Adultos, historicamente no Brasil, vem sendo tratada com educação de segunda classe, é corroborada por Di Pierro, Joia, Ribeiro (2001, p. 69).

A avaliação do processo escolar para a aprovação e certificação dos alunos/trabalhadores é feita pelos professores, durante o período presencial. No ensino modularizado, caracterizado como ensino a distância, os alunos fazem provas regularmente de cada módulo que estudam, só chegam a concluir o curso e receber a certificação depois de aprovados em todos os módulos. Se não conseguirem a média oito, devem repetir outra prova, depois de estudarem novamente.

Na escola/empresa o método de avaliação difere do ensino a distância, apesar da média, continuar a mesma, pois os professores avaliam o aluno no processo de escolarização, como enfatizado por eles:

A avaliação é feita pela participação, pelo jogo de cintura né, pelo como ele reage, como que o aluno reage nessa etapa né, nesse modo de educação. Assim eu faço exercícios, eu faço trabalho, faço prova até, mas o método mesmo de avaliação é, o método que avalia, deixa eu ver como é que eu falo, eu avalio sem ter aquele peso da nota, não tem o peso da nota, a avaliação eu acho que é muito mais que isso, assim sabe, né, eu procuro avaliar o contexto da sala, a pesquisa que eles fazem né, o quanto eles aprenderam sem ter que eu fazer uma prova e dar certo ou errado no que eles escreveram (Professor 3).

As formas de avaliar não diferem de um professor para o outro. Os meios são diferentes, mas a avaliação do todo é percebida em todas as falas. *“Eu avaliava de acordo com o desenvolvimento deles, é muito difícil para eles a matemática, então eu fazia prova*

tentando voltar para a realidade deles” (Professora 1). A avaliação tem a participação efetiva do CEJA, depois da conclusão de cada módulo, as notas eram registradas e encaminhadas ao CEJA, de acordo com o controle utilizado por eles.

A relação que se estabelece entre a escola pública e o capital privado promove a articulação entre essas duas esferas, criando um espaço privilegiando para a empresa privada. A parceria só obteve sucesso e atendeu as necessidades da empresa, devido ao papel da SED, que foi imprescindível e essencial, sem ela, a escola/empresa não poderia existir

sem eles a gente não tem a certificação, a começar por aí, e eles nos permitem autonomia para trabalhar, por que conhecem o nosso trabalho, porque tão juntos, eles acompanham o que a gente desenvolve e por isso a gente tem credibilidade junto à Secretaria de Educação e é como eu disse, eles nos dão autonomia para desenvolver e avalizam o nosso trabalho quando certificam essas turmas (Coordenadora do SESC).

Sem uma instituição de ensino reconhecida para a certificação, não existe escola/empresa. Esse é sem dúvida um dos motivos que ainda faz com que o capital privado necessite da escola pública. Embora a educação esteja se tornando uma mercadoria necessária à sobrevivência da empresa no mercado, é através da escola pública que o capital pode obter o favorecimento da escolarização e a certificação de seus trabalhadores, transformando as relações entre o capital privado e o público, passando a existir uma certa intimidade que aproxima o interesse privado da educação, a qual tem atendido as suas necessidades.

Em relação à formação dos professores, acreditamos ser um dos aspectos relevantes que merece atenção. Os professores que trabalharam na escola/empresa, além de receber o acompanhamento pedagógico do CEJA e do SESC, demonstraram muito interesse e preocupação em realizar um bom trabalho, apesar da inexperiência com a EJA, percebemos pelas suas falas que alcançaram o objetivo para o qual foram designados.

O que temos percebido, durante a realização desse estudo, das leituras e pesquisas feitas sobre a Educação de Jovens e Adultos, é que necessitamos de professores realmente capacitados, e preparados para trabalhar com esses alunos trabalhadores (OLIVEIRA, 2003). A proposta de educação de EJA que se pretende, como já apresentado anteriormente, necessita de profissionais mais envolvidos e capacitados para uma educação emancipadora.

A inexperiência dos professores estagiários com a educação de jovens e adultos é comprovada pelas suas falas. Todos tiveram a sua primeira experiência no trabalho da EJA

com a escola empresa e a valorizaram muito, como pode ser percebido pela manifestação que segue:

Trabalhar com adultos foi pra mim a melhor experiência, de todas né, a troca de experiência que nós temos, maior respeito, mais incentivo, maior participação dos alunos, maior interesse (professora 1). No caso do ensino, educação de jovens e adultos a gente é mais maleável né, pra escolher para os alunos o que realmente vai fazer diferença pra vida deles né, o que realmente é necessário (professor 2). Acho que é muito importante a educação de jovens e adultos, acho que nós, eu como educador né, acho que tenho que tá apto a cair nessa rede né, não sei a palavra certa, mais seria ter que estar apto a enfrentar né (Professor 3).

Segundo Oliveira (2003), o movimento de reformas na educação que toma conta da América Latina, tem provocado significativas transformações na organização e na gestão escolar, resultando em mudanças no trabalho docente. As instituições de ensino estão preocupando-se cada vez mais com a formação do docente, pois as mudanças nas metodologias educacionais são evidentes e aquele professor, que somente domina a sua área de atuação, não atende os objetivos das novas práticas educacionais, principalmente com a educação de EJA, que necessita de um profissional mais capacitado para esse tipo de formação. O trabalho docente esta redefinindo as suas funções para além da atividade em sala de aula,

ele agora compreende a gestão da escola no que se refere a dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, conseqüentemente, as análises a seu respeito tendem a se tornar complexas (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Trabalhar com a educação de jovens e adultos foi uma experiência ímpar para os professores, que sentiram liberdade, uma liberdade que a escola regular não permite, devido ao currículo que dever ser cumprido durante o ano letivo, autonomia no processo, escolher com eles o que for melhor, conseguir com os adultos resultados que não se consegue com as crianças e adolescentes. É tão fácil dizer o que fazer para um adulto, ele respeita muito o

professor, participa, ele quer aprender, ele tem vontade de aprender. Conforme um dos nossos entrevistados,

eles têm aquele cansaço, pelo trabalho né, mas tu vê muito aquela vontade de aprende, também as vezes ter aquela sensação de ensinar um filho, ou um neto, depois de ter passado muito tempo né, (...) assim, aquele olhar, eu aprendi alguma coisa! quando eles entendem (Professora 1).

Constatamos que as transformações recentes, observadas na estrutura educacional, contribuem para as mudanças na gestão escolar, apontam para a maior flexibilidade no trabalho docente, e conseqüentemente a exigência de um novo perfil de profissionais da educação. As tentativas e experiências feitas pelos professores em promover uma adaptação ao currículo são muito válida e importante, pois as intenções de mudar a escolarização de jovens e adultos, mesmo que, mínimas e isoladas, contribuem para valorizar a participação dos alunos/trabalhadores na sua formação, possibilitando aos mesmos sentirem-se parte importante do processo de ensino-aprendizagem.

A visão que os professores têm dos alunos/trabalhadores, em relação ao processo de escolarização que se desenvolveu durante as aulas, ao processo de aprender, está relacionada ao longo tempo que eles ficaram fora da sala de aula. As limitações e dificuldades apresentadas estão relacionadas diretamente a esse motivo, que os fazia acreditar que não seriam capazes de aprender. Muitos estavam há mais de 20 anos sem estudar, outros já haviam feito o ensino fundamental há muito tempo. Assim, entender conceitos básicos das disciplinas ficava muito difícil e a dificuldade na escrita e na leitura, de falar em público, mesmo só para os colegas, foi um grande obstáculo superado por muitos.

Os alunos da escola/empresa eram na maioria pessoas adultas, vividas, com pouca agilidade. Além do seu trabalho, precisavam estudar, conforme o depoimento de uma professora:

os alunos são pessoas de idade né, idade avançada né, já chegando lá nos 60 anos e tem também alguns que tão nos 40, nessa idade dos 40, são pessoas sofridas, que trabalham quase dez horas dentro do estabelecimento é, depois, ainda tem, (. . .) no caso a empresa, fornece um horário pra eles estudarem (Professora 2).

De acordo com os professores e os alunos, estar no clima da sala de aulas os motivava a estudar, fortalecia os laços de amizade com os colegas de trabalho. Fazer os trabalhos da escola juntos e, trabalhar juntos melhorou muito o relacionamento entre eles. Aprenderam a compartilhar, a trabalhar em grupo, ajudar-se. Aqueles que possuíam maior conhecimento, ou tinham mais facilidade de aprendizagem, ajudavam os com dificuldade. Eles sentiam prazer em estar estudando e as dificuldades de alguns, eram superadas com a colaboração dos professores e dos colegas.

De acordo com Vygotsky (1896-1934), essas são características que o aluno desenvolve durante a evolução intelectual, que é caracterizada por saltos qualitativos de um nível de conhecimento para outro. A fim de aplicar esse processo, ele desenvolveu o conceito de “Zona de Desenvolvimento proximal”, que definiu como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar por meio de solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado por meio de solução de problemas sob orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (OLIVEIRA, 2003).

O relacionamento entre os alunos era bom, segundo uma professora, era muito gratificante ver no olhar deles a felicidade quando conseguiam entender e apreender alguma coisa. Apesar do longo tempo sem estudar, existia aquela vontade que foi sendo construída aos poucos.

No começo eles entraram lá, eles entraram com a intenção de tirar o 2º grau, mas isso foi sendo trabalhado e chegamos ao final, e isso, foi uma vitória né. Era uma etapa de uma vida que foi cumprida, que essa etapa era pra ter sido vencida anos atrás, ela só foi vencida anos depois. Então essa vitória deles foi muito festejada, gratificante a eles (Professora 2).

Apesar da maioria dos alunos/trabalhadores desempenharem as funções de serviços gerais, onde um estudo mais elaborado não é necessário, o ensino tem uma grande significação em suas vidas. Eles participavam das aulas, não somente com a intenção de chegar à conclusão por uma exigência da empresa. Além disso, passaram a ver a escolarização como um meio de melhorar a sua própria condição de ser humano, de utilizar-se do conhecimento aprendido para as coisas mais simples e comuns da vida.

O que os alunos deixaram transparecer durante as entrevistas individuais e a conversa coletiva pode se melhor compreendido no depoimento de uma professora.

O valor do ensino médio é imensurável. Não sei como explicar. Eu acho que, para qualquer pessoa o ensino médio é fundamental né, pra se comunicar, pra você se relacionar, pra você fazer uma compra, pra você saber, você lê um produto no mercado e saber que aquele 30° C é uma medida de temperatura né. Esse é o valor né, pelo conhecimento pra si né, acho que esse é o essencial, primeiro você ter o conhecimento realmente que você vai usar e depois o conhecimento que tu vai se aprimorando né, você vai ter o acumulativo, o conhecimento que se acumula, que é mais do que o normal (Professor 3).

A empresa, quando fez a parceria com o SESC, e este, por sua vez, o convênio com a SED, tinha muito claro os seus objetivos: oferecer a formação básica de ensino fundamental e médio, como já mencionado. Este objetivo foi alcançado, pois hoje, ela não tem, nenhum trabalhador sem o ensino médio completo. A parceria e o convênio foram eficientes no compromisso que assumiram, mas é interessante relatar se os professores, responsáveis direto pelo processo de escolarização, tinham realmente conhecimento e clareza desses objetivos

Acho que principalmente não é a questão de ter o diploma e nem da empresa estar certificando, pois daqui pra frente eles só vão exigir funcionários que já tenham o certificado, mas acho que principalmente a auto-estima de cada funcionário, de cada aluno, acho que a gente rende muito mais. Se formos olhar esse lado, se a gente está com a auto-estima lá em cima, e a questão de despertar o conhecimento, de despertar a curiosidade nessa pessoa, e acho que isso só faz crescer cada vez mais. A empresa teve, eu acho mais um “caráter humano” do que querer trazer um rendimento maior, um lucro maior para a empresa, “ eu acho que o caráter humano prevaleceu (Professora 2).

Partindo da fala da professora, podemos encontrar uma certa confusão, quanto ao entendimento em relação aos objetivos da empresa. Os professores sabem da exigência pela certificação, mas preferem acreditar que a atitude que prevalece é “o caráter humano da empresa”. Essas idéias poderiam estar relacionadas à falta de qualificação específica para trabalhar com a EJA? Os professores sem uma formação completa ou sem especialização estariam preparados para trabalhar com a EJA? Essas questões podem nos remeter a algumas reflexões a cerca da capacitação e das condições em que se encontram os docentes que efetivamente desenvolvem esse trabalho. Novamente a função ideológica do discurso se sobrepõe à realidade.

Quando a empresa levou a escola para o ambiente de trabalho, demonstrou com essa atitude a sua preocupação em facilitar a escolarização para os trabalhadores, ou deter o controle do processo? Levá-los para outro lócus seria abrir mão de parte deste controle.

Haveria risco para a empresa? Entretanto, representou para os trabalhadores, um compromisso com a empresa. Voltar a estudar significava atender à exigência de concluir o ensino médio, o que ficava muito difícil quando eles tinham que se dirigir até o CEJA, conforme o que nos relataram os coordenadores do CEJA e SESC. Mas ter a escola tão perto, segundo os alunos/trabalhadores, era motivo para estudar. A empresa fez isso por eles, então, precisavam freqüentar a escola, aprender, melhorar a sua vida e conseguir a certificação.

O sentimento de agradecimento dos alunos/trabalhadores pela oportunidade facilitada de voltar a estudar, ficou claro quando estive visitando a escola e conversei com todos os alunos, durante algum tempo que me foi concedido pelos coordenadores e pelo professor. No início da conversa, muitos se sentiram inseguros por receber a visita de uma pessoa estranha dentro da empresa. Era possível perceber o receio que tinham de falar alguma coisa indevidamente.

Alguns alunos se mostraram bastante à vontade para expressar as opiniões com respeito as aulas, e ao fato de ter a escola na empresa. Demonstravam-se muito satisfeitos e felizes por estarem tendo a oportunidade oferecida pela empresa para terminar os estudos, concluir o ensino médio, “se formar”. Como diziam: precisavam aproveitar essa chance. A mesma gratidão se percebeu na entrevista individual.

A empresa foi muito boa pra gente, essa chance pra nós estudar. Foi muito boa. Assim a gente pode se formar e se sentir mais gente, né, mais importante, a gente se sente bem mais feliz de ter um diploma. A empresa dá esse tempo no nosso horário de trabalho, é cansativo, mas se a gente não fizer o esforço, não se consegue nada né (Aluno/trabalhador 3).

Com a escola na empresa, os professores disponíveis em horários determinados, ajudando-os a entender os conteúdos, fazendo os módulos com acompanhamento, tirando as dúvidas, fazendo as atividades em conjunto, eliminando o estudo solitário, e principalmente tudo oferecido pela empresa, não havia mais motivo para não estudar. Porque não aproveitar as condições dadas pela empresa, a qual preocupava-se com os trabalhadores que ainda não tinham completado os seus estudos. Isso seria bom para todos, para empresa e também para os trabalhadores, os quais estariam desenvolvendo mais condições de realizar o seu trabalho, sentindo-se mais valorizado. *“As aulas são boas, a gente faz trabalhos, se ajuda, entende melhor, os professores conversam com a gente, eles são queridos, têm muita paciência. A gente vai sentir saudade quando acabar”*.(aluno/trabalhador 1).

Segundo os professores, depois que os trabalhadores começaram a frequentar a escola regularmente, de desenvolver a capacidade de aprender, ver que não são incapazes, quando conseguem superar as dificuldades e a insegurança, passam a ver o estudo de forma diferente, não somente como uma necessidade e exigência da empresa, mas como um bem para si próprio. Despertam para querer aprender mais, estudar mais, ter de fato uma profissão.

Os professores têm uma influência grande sobre os alunos que alimentam no imaginário a vontade de querer aprender sempre. Como pode-se observar no depoimento que segue:

Alguns inclusive querem continuar fazendo outros cursos, que antes não podiam, por não terem o ensino médio né. Querem continuar fazer cursos de outras coisas, ou pra profissionalização até dentro da própria empresa, ou coisas em benefício próprio (Professora 1). Eles comentavam muito com a gente de não pararem de estudar. Muitos queriam fazer curso técnico, outros até tentar uma faculdade mesmo, os mais jovens né, queriam ir, mas os senhores e senhoras, falando mesmo na expectativa de fazer um curso de voltar a estudar (Professora 2).

Realmente, a escola/empresa colaborou para elevar o grau de escolaridade dos alunos e também, desenvolveu nos mesmos a necessidade de estudar, de estar em constante movimento de atualização. Dentro da escola/empresa, a idéia de aprender sempre teve uma boa repercussão. Parece que essas são as maiores expectativas dos alunos. Entretanto, não deixaram transparecer que, ter a conclusão do ensino médio iria mudar as condições deles dentro da empresa, pois foi possível perceber que os mesmos têm consciência que estudar significava mais manter o emprego, sem expectativas de desempenharem novas funções ou que a sua atividade poderia ser realizada de forma diferente, pelo simples fato de estarem estudando. Isso é percebido no depoimento que segue:

O que eu sei dá pra fazer o meu trabalho, mas é que hoje é necessário ter estudo, pra melhorar sempre e ter um emprego, no caso, pode vim alguém que tem o 2º grau e ocupar o meu lugar. Se gente não tem estudo nunca vai conseguir nada melhor, emprego melhor, ter um salário melhor né. (aluno/trabalhador 4).

É a Teoria do Capital Humano em ação. O trabalhador sabe que a sua formação eleva a sua competitividade e que o mercado de trabalho exige qualificações, as quais aumentam a possibilidade de vender sua força de trabalho por melhores salários.

A educação continuada, como uma proposta que vem sendo desenvolvida por projetos em vários segmentos como a ação educativa e as redes municipais, já esta sendo incorporada pelos alunos trabalhadores, como um meio de permanecer no mercado de trabalho. É a “Teoria do Capital Humano” em ação.

Com relação ao envolvimento dos alunos trabalhadores no processo de escolarização e certificação, utilizando-se do espaço e as condições oferecidas pela empresa para poderem estudar, as opiniões são unânimes, pois se a empresa não tivesse colaborado com eles, ficaria muito difícil freqüentarem a escola.

Entre os entrevistados e com os contados que fiz durante a aula, a maioria dos trabalhadores estão na empresa, num tempo que varia entre cinco e dez anos, alguns por mais tempo.

Todos os entrevistados desenvolvem um trabalho de serviços gerais, na limpeza ou como auxiliares de outros setores. Segundo eles quando começaram a trabalhar a empresa não exigia muito estudo. Saber ler e escrever era suficiente, pois para fazer o serviço, não precisavam dominar conhecimentos específicos.

Nenhum dos entrevistados tinha o ensino fundamental completo quando entrou na empresa. Depois, de algum tempo, dois dos entrevistados, incentivados pela empresa começaram a estudar no CEJA, mas era muito difícil. Segundo eles, não conseguiam acompanhar os módulos, tiravam notas muito baixas nas provas, alegando que já não tinham condições intelectuais para acompanhar, “a cabeça não ajuda” (aluno/trabalhador 1).

As necessidades da empresa mudaram, a certificação passou a ser necessária, a escola/empresa tornou-se o meio de garantir a formação, mas isso, não mudou em nada a relação entre as atividades desempenhas nas funções com a conclusão do ensino médio e a escolarização alcançada. Não houve segundo os depoimentos melhorias salariais ou gratificações aos trabalhadores que freqüentavam a escola/empresa e conseqüentemente concluíram o ensino médio. Existe uma disparidade entre as exigências requisitadas para exercer uma determinada função e o grau de dificuldade que esta função exige efetivamente.

Reconhecendo a importância do estudo, uma aluna/trabalhadora assim se manifestou:

A gente sabe que o estudo é muito importante pra vida, pro trabalho, pra tudo né, só que agente quando era pequeno, no caso eu, na idade de estudar, não dava, morava no interior, precisava trabalhar, a escola era longe né, e o tempo foi passando né, e a gente ficou pra trás (aluna/trabalhadora 3).

Segundo o depoimento de uma professora, estudar, para muitos deles, sempre foi um sonho de vida, uma conquista, uma vitória muito festejada, muito comemorada por eles. Talvez por estarem já com uma certa idade, acreditavam que jamais iriam se formar, ainda mais no ensino médio. Para os alunos, a satisfação interior, a felicidade, de ter concluído a formação básica, representava a oportunidade de melhorar em tudo, de se profissionalizar mais, melhorar as suas condições no trabalho, conforme já afirmado pelo depoimento dos professores.

Entretanto, nenhum dos entrevistados, até o momento da pesquisa, havia obtido algum tipo de promoção ou aumento salarial por estar certificado. O entendimento generalizado é que somente, com uma profissão, de fato, que podem ser obtidos por cursos profissionalizantes, poderiam almejar uma outra função. Observa-se que estão bem conscientes das possibilidades e limites que têm de crescimento dentro da empresa.

Podemos concluir, com as pesquisas feitas sobre a reestruturação do setor supermercadistas, que as novas tecnologias implantadas no setor têm eliminado muitos postos de trabalho e outros postos que surgem necessitam de uma qualificação mais específica. Então, para fazer o trabalho desses alunos trabalhadores, o ensino médio é mais que suficiente, talvez não seja suficiente para a realização humana, mas desenvolveu nos alunos, muitas qualidades e atributos, exigido pelos novos padrões do mercado de trabalho desse setor.

Os padrões de exigência de qualidade e competitividade que vigoram na economia mundial, atualmente, impõem às empresas, no caso de nosso estudo, o setor supermercadista, as inovações constantes para acompanhar o desenvolvimento e o crescimento econômico. A empresa em questão, quando passa a exigir de seus trabalhadores a certificação mínima de ensino médio, está agindo de acordo com as condições que são determinadas pelo mercado para a sua própria sobrevivência.

Assim, desenvolve uma política de nivelar a escolaridade dos seus trabalhadores. O nível da formação básica é exigido, sendo que essa educação daria conta de desenvolver nos trabalhadores as condições e qualificações necessárias para desempenhar muitas funções, mesmo porque as tecnologias utilizadas pelo setor dos serviços podem ser operadas por

trabalhadores que apresentam determinadas características, ou atributos que são necessárias à empresa.

Neste sentido, são estabelecidas várias articulações entre a esferas pública e privada. A primeira é vislumbrada a partir do momento que a empresa privada passa a pressionar os trabalhadores para apresentarem as qualificações exigidas pelo mercado, conforme os estudo feitos e já mencionados e esses vão em busca da educação, geralmente a educação de jovens e adultos para desenvolver as condições exigidas pelo empregador.

Assim, a educação pública é o meio mais fácil de atender essas exigências em tempo real, pois a política de uma educação compensatória serve para certificar os trabalhadores, como exige o capital privado. Essa é uma das condições oferecidas pelo CEJA através do ensino modularizado, caracterizado como ensino à distância ou ensino supletivo.

Outra articulação que facilita essa relação íntima é determinada a partir da organização que tem o capital privado, com objetivos e interesses claros e bem definidos historicamente. Por meio do seu poder econômico, exerce um controle sobre o Estado e uma grande influência nas decisões e formulações de políticas públicas, inclusive as relacionadas à educação, que por sua vez, depende das políticas públicas para provocar mudanças na forma de desenvolver a escolarização, dificultando transformar a EJA num ensino comprometido com a formação integral do ser humano. O capital privado estreita as relações com o ensino público partindo das políticas públicas que são aprovadas e que estão facilitando a sua interferência nas questões educacionais.

A articulação entre a educação pública e o capital privado se estreita ainda mais, no momento que são aprovados os convênios e parcerias para que a empresa privada coloque dentro de seu espaço a escola, para atender as suas necessidades, para certificar os seus trabalhadores, com a garantia de que ninguém desistirá, para que todos se formem ao mesmo tempo.

A escola de educação de jovens e adultos, especificamente o CEJA, não conseguiu atender às necessidades dos trabalhadores no seu espaço, não conseguiu ser atrativa o suficiente para motivá-los, para desenvolver uma escolarização que atendesse às necessidades de formação para o trabalho, aliada à formação mais integral.

O capital privado tem pressa; as mudanças acontecem de forma muito acelerada, a economia tem que crescer, tem que ser competitiva. Isso garante a sobrevivência do capital. E a escola, o sistema educacional, não tem acompanhado esses interesses. Em função disso,

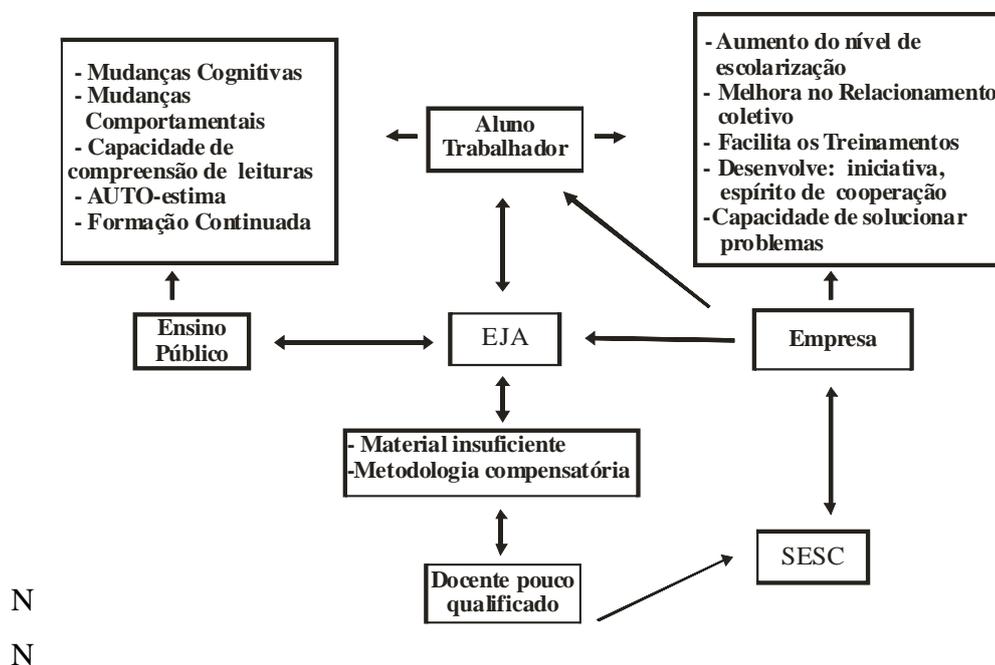
perde o seu espaço e, de certa forma, o controle sobre o processo de escolarização quando a empresa assume a escola.

As políticas educacionais propostas para a EJA, por intermédio dos organismos nacionais e internacionais, dos seminários e conferências (Declaração de Hamburgo, Relatório Delors, CEPAL, CONFINTEA), realizados entre o final do século XX e no início do século XXI, revelam um compromisso com os desafios desenhados pelo mercado e, sobretudo, para legitimá-los com criatividade política-pedagógica. Apesar disso, é possível construir propostas de reformas de longo prazo, considerando a importância de uma nova lógica no desenho curricular, da melhoria no ambiente de aprendizagem, no acesso ao conhecimento, da definição de um trabalho docente profissional.

Entretanto, o que temos percebido com o desenvolvimento da pesquisa, é que os programas oficiais de educação de jovens e adultos têm a difícil tarefa de articular a alfabetização e educação geral básica com a qualificação para o trabalho, indispensável para atender às necessidades da demanda, articular o estado com a sociedade civil, através dos convênios e parcerias com as empresas privadas, que proporciona o desenvolvimento de novas formas de ensinar e aprender, redefinindo as responsabilidades da escola de jovens e adultos frente a outras formas e modalidades de educação, no caso em estudo a escola/empresa.

A escola/empresa utilizada com uma nova forma de aprender do aluno /trabalhador, levando em consideração o papel desempenhado pelo CEJA, pelo SESC e pelos professores, podemos levantar algumas considerações acerca dos limites e possibilidades oferecidas aos alunos trabalhadores neste processo de escolarização e qualificação para o trabalho. Faremos tais considerações a partir da elaboração da figura a seguir, construída com base nos dados avaliados na pesquisa empírica.

Figura 3.
Limites e Possibilidades



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2005).

Nessa articulação entre empresa privada, associada à instituição parceira, no caso o SESC, necessita da educação de jovens e adultos para atender a sua exigência, principalmente para a certificação dos seus trabalhadores, dentro de um nível de escolarização básica determinado por eles.

Assim, a escola pública, que oferta e certifica os jovens e adultos, possibilita a formação básica, mesmo com suas limitações, que perpassam pela utilização de um material didático pedagógico insuficiente para desenvolver nos alunos trabalhadores motivação e interesse, pois não permite a análise da realidade vivida por eles, não somente no mundo do trabalho, mas em tudo que o cerca na sociedade em que está inserido.

O material é o mesmo utilizado pela metodologia compensatória do ensino a distância, ou ensino supletivo, no qual o aluno estuda individualmente, um estudo solitário, que impede o desenvolvimento de determinadas habilidades e competências, possíveis por meio do momento presencial e coletivo, de acordo com a figura 3.

Neste sentido, cabia aos professores, e a assessoria do SESC e CEJA, adaptar o material a realidade do aluno, tornando a escolarização mais interessante e prazerosa,

possibilitando o desenvolvimento de mudanças significativas para a vida pessoal dos alunos trabalhadores.

A exigência da empresa por certificação e conseqüentemente a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores, implica indiretamente no desenvolvimento, dentro de determinados limites, impostos pela própria empresa, de competências necessárias às exigências do mercado competitivo que garante a sobrevivência da empresa e para os trabalhadores um pouco mais de segurança e uma estabilidade imaginária.

Segundo Schmelkes (1996), a prioridade da educação de jovens adultos, no marco das políticas sociais e educativas, mostra que, para esse campo educativo, é essencial repensar desde as necessidades básicas de aprendizagem até a realidade em que vivem os alunos adultos. É preciso definir as necessidades básicas de aprendizagem para responder ao "que fazer" na construção do currículo da educação de jovens e adultos.

Nas propostas recentes de reformas educacionais está explicitado que sem educação não há desenvolvimento possível (econômico, social ou ambiental). É essencial que a educação possa transformar as pessoas de forma ampla, não somente para o trabalho, mas que o homem também possa se identificar com um sujeito de direitos. Isso acontece, quando ele percebe-se no mundo que está inserido e pode analisar a sua própria realidade. Neste sentido, *“a competência é o resultado da confrontação sintética entre o que os educandos acumularam em sua vida e o aporte de informação, conhecimentos, habilidades e formas de conceber o ser humano e suas interrelações com o educador”*.(SCHMELKES, 1996, p. 30).

Cabe, portanto, aos programas para jovens e adultos, pela especificidade da tarefa educativa, oferecer as condições de desenvolvimento humano para uma melhor qualidade de vida.

CONCLUSÕES

Com essa pesquisa buscamos analisar alguns aspectos centrais da implementação da educação do trabalhador desenvolvido pela escola/empresa, por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Observamos no caso da EJA, que toda a formação do trabalhador é desenvolvida para a certificação, visto que os envolvidos no processo de escolarização, o material didático pedagógico, os instrumentos metodológicos, além das estratégias didáticas demonstraram ser insuficientes e inadequados para construir nos trabalhadores uma visão ampla de uma educação integradora. Isto, porque a EJA, dentro de todo o seu processo histórico de construção foi implementada para resolver os problemas, no primeiro momento, do analfabetismo brasileiro e se configurando a partir de relações econômicas e políticas em necessária à formação básica de trabalhadores, com a intenção de melhorar os níveis de desenvolvimento econômico do Brasil.

A EJA têm procurado, ao longo de sua existência, desenvolver uma política própria, mas apesar de todas as experiências nessa modalidade de ensino, os organismos nacionais, responsáveis pelos programas e processos educacionais, ainda não conseguiram definir as melhores formas pedagógicas de escolarizar os adultos e jovens para uma formação humana integral, com capacidades de análise e reflexão da realidade, entendendo o processo de construção dos sujeitos trabalhadores e sua importância para a sociedade.

Para tanto, faz-se necessário que os programas desenvolvidos para a EJA, superem a concepção de que existe uma idade adequada para aprender; suplantando o conceito de que Educação de Jovens e Adultos tem a função reparadora do tempo perdido. É preciso reconhecer que os jovens e os adultos têm capacidades cognitivas, tão capazes quanto as crianças e os adolescentes, além de congregarem a experiência vivida em todas as relações que estabelecem na sociedade. É primordial superar a concepção de uma educação de jovens e adultos compensatória.

Reconhecer essa modalidade de educação para além da certificação, que não forme alunos somente para o trabalho, mas para a vida, trabalhadores conscientes do mundo em que vivem e sabedores de suas possibilidades, para poder negociar a sua própria existência no mundo do trabalho, é um compromisso e uma responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional, principalmente os organismos nacionais competentes que estão

encarregados de elaborar e aprovar políticas públicas que venham ao encontro das necessidades educacionais dos jovens e adultos, as quais contribuam para sua formação integral.

Levando-se em conta as mudanças oriundas de necessidades econômicas fundamentadas no ideário neoliberal, entre elas a formação escolar do trabalhador, o sistema educacional de jovens e adultos tem facilitado, mediante os convênios e parcerias, que a educação, seja conduzida de diferentes formas por instituições e empresas privadas que assumem o compromisso que era essencialmente da escola. Isto porque a empresa, ainda precisa da escola e do sistema educacional para a certificação.

Constatamos que o poder privado utiliza-se da educação pública em benefícios e interesses econômicos que estão determinados pelo mercado, pela sua natureza competitiva, que conduz todas as relações entre a economia e a sociedade, num processo de esvaziamento do poder e do espaço público. É o espaço público sendo usado privadamente. Uma constatação que é corroborada pelo pensamento de Sennett (1998).

A investigação do processo de reestruturação organizacional do setor de comércio varejista possibilitou relacionar as novas demandas qualificacionais requeridas dos trabalhadores no processo de prestação de serviços com o trabalho de escolarização e certificação, efetivado pela escola/empresa, constituída por convênio com a SED/SC (Secretaria de Educação e Inovação do Estado de Santa Catarina) e a parceria com o SESC (Serviço Social do Comércio).

Tanto no meio empresarial, quanto nas falas e na análise dos documentos públicos, percebemos um forte discurso em defesa da escolaridade básica para todos os trabalhadores, como uma meta da empresa mediante o estabelecimento do convênio. A empresa, segundo um dos coordenadores do CEJA, estabeleceu a meta de escolarizar todos os seus trabalhadores com a formação de ensino médio. Essa meta foi alcançada no segundo semestre de 2005, quando formaram a última turma. Para conservar essa meta, a empresa não contrata trabalhadores sem a formação exigida.

Ao estabelecer o convênio com a SED, através do SESC a empresa assume o processo de escolarização dos seus trabalhadores, com a intenção de certificação com o nível médio. Um projeto implementado numa perspectiva pragmática e utilitarista em que a preocupação primordial é a escolarização com a garantia da certificação.

O objetivo da empresa é de fortalecer a imagem institucional frente aos fornecedores, clientes, comunidade e também contribuir para justificar os programas de responsabilidade

social que desenvolve, além de contribuir para a competitividade empresarial e reforçar o marketing institucional.

Com a efetiva participação do SESC, que assume parte das responsabilidades pelo acompanhamento pedagógico, fornecendo os profissionais e garantindo as condições de escolarização dos trabalhadores, e o necessário envolvimento do CEJA em relação à avaliação pedagógica, ao fornecimento do material e à certificação, em nível fundamental e médio dos trabalhadores, foi possível garantir a formação dos trabalhadores da empresa que não haviam concluído seus estudos em idade própria para a formação básica, contribuindo para o nivelamento exigido pelo mercado.

Observamos que o processo de modernização a partir da utilização de inovadoras tecnologias de informação e a grande competitividade do mercado, desencadeado com mais intensidade no Brasil, na década de 1990, despertou na empresa o interesse em primeiro incentivar e depois, promover as condições que possibilitassem a escolarização de seus trabalhadores.

A implementação de novas tecnologias na prestação dos serviços requer trabalhadores com maior grau de escolarização para acompanhar o processo de sobrevivência da empresa na competitividade mercantil, imposta pelos novos padrões de flexibilidade e qualidade exigidos para o setor em processo de desenvolvimento e crescimento no Brasil. Muitas são as medidas consideradas necessárias para a empresa manter-se competitiva no mercado globalizado.

A empresa, quando assume a escola, está de forma direta, garantindo a certificação do trabalhador. Essa certificação contribuiu para que a empresa conquiste o “selo” de qualidade de produtos e/ou serviços. O reconhecimento da qualidade é essencial para a empresa ocupar o seu espaço no competitivo mercado.

As novas demandas qualificacionais requerida dos trabalhadores, diante do processo de reestruturação tecnológica, organizacional e econômica, desencadeado pelas empresas a partir da década de 1990, no primeiro momento, com mais intensidade no setor industrial, seguido pelo setor do comércio e serviços, leva-nos a refletir sobre o grau de exigência em relação à escolarização dos trabalhadores, que são desafiados a participar das inovações, desestabilizando constantemente o seu conhecimento.

Neste sentido, Cruz e Bianchetti (2000), analisaram o processo de escolarização de uma empresa do setor industrial, que ofereceu para os seus trabalhadores a possibilidade de escolarização na escola/empresa. Entretanto, o nível mínimo de exigência era a alfabetização

visto que a empresa, ainda contratava trabalhadores sem nenhuma formação escolar para as linhas de produção. Para corroborar com essa análise, Oliveira e Paim (2004), avaliam o processo de escolarização de ensino fundamental e médio, oferecido por uma empresa, do setor industrial, numa relação de parceira entre o público e o privado, na qual a exigência mínima da empresa era a formação de nível fundamental.

Percebemos claramente, que no decorrer de poucos anos, cresceu muito o interesse e a necessidade de outros setores da economia investirem na formação escolar de seus trabalhadores e também na elevação do nível de formação, como mostra a pesquisa realizada.

Na observação, coleta e análise dos dados, percebemos uma série de desencontros entre os discursos, as propostas e práticas pedagógicas para a EJA, construídas com mais intensidade e preocupação a partir da década de 1990, com o que realmente se efetiva no trabalho desenvolvido na escola/empresa para a formação escolar dos trabalhadores. Entre os muitos desencontros desse processo de escolarização, verificamos um grande distanciamento entre o perfil dos docentes responsáveis pela escolarização dos trabalhadores com os almejados pelas propostas da EJA.

Os profissionais não apresentaram a capacitação e o preparo adequado para o desenvolvimento pedagógico das atividades didáticas. Apesar da preocupação, da responsabilidade e do interesse em fazer um bom trabalho, no desempenho de suas funções, não demonstraram a construção de consciência política e econômica crítica, capaz de reelaborar determinadas concepções acerca do interesse privado da empresa na certificação dos trabalhadores. A falta de uma formação específica, (alunos de graduação, com pouco domínio do conhecimento técnico e pedagógico), contribuiu para certificar os alunos/trabalhadores, de acordo com os objetivos da empresa.

Os dados da pesquisa indicam que as relações de trabalho são marcadas por novas exigências em relação às competências e aos atributos que o trabalhador precisa apresentar para manter o seu emprego e, voltar a estudar, aproveitar a oportunidade e as condições oferecidas pela empresa pode ser compreendido como uma obrigação do trabalhador. As dificuldades dos alunos/trabalhadores em retornar para a escola são amenizadas ou, quase eliminadas, quando a empresa assume o compromisso de oferecer a escolarização no próprio ambiente de trabalho.

A escola dentro da empresa também passou a ser um meio de controle sobre o processo de formação, que garantiria a certificação dos trabalhadores em um tempo estabelecido, sem o prejuízo de desistências ou desmotivação por parte dos trabalhadores, o

que também contribuiu para que a empresa monitorasse o desenvolvimento do trabalho, principalmente dos docentes.

A empresa acaba por incentivar o trabalhador, que passa a desenvolver um compromisso e um comprometimento com a mesma, de modo que a escolarização, a formação básica, passa a ser um critério de superação dos trabalhadores e não somente uma exigência da empresa. Cria-se um sentimento de gratidão dos trabalhadores em relação a empresa.

De maneira como foi organizada a escolarização dos trabalhadores, com o objetivo da certificação, dificulta o desenvolvimento de uma visão integradora das condições dos trabalhadores na sociedade e do entendimento das reais circunstâncias em que se encontra a problemática da relação entre educação e trabalho. A visão pragmática construída nos trabalhadores contribui para o domínio do capital nas relações de trabalho e na educação que continua a servir muito bem aos interesses capitalistas privados.

Para os empresários, a escola tem uma função muito clara que é, tanto instrumentalizar os trabalhadores, por meio do domínio das ferramentas da leitura e da escrita, para acompanhar as mudanças, quanto conceder o certificado de conclusão do ensino fundamental e médio. A escola/empresa contribuiu para a formação do trabalhador capaz de enquadrar-se nas exigências da empresa e capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento de suas funções dentro da empresa.

Observamos que o nivelamento dos trabalhadores foi uma meta estabelecida pela empresa para manter um quadro funcional dentro de um nível de escolaridade, não implicando mudanças significativas em relação ao desenvolvimento das atividades, visto que a grande maioria dos trabalhadores, que freqüentaram a escola/empresa, está ligada ao setor de serviços gerais, e o fato de concluir o ensino médio não alterou a sua prática no trabalho, não houve, até o momento da pesquisa, melhorias salariais, incentivos financeiros ou gratificações.

Entretanto, desenvolveram, de acordo com suas falas uma necessidade de continuar estudando, tanto que, construímos de acordo com a figura 3 um quadro com as possibilidades de mudanças percebidas nos alunos a partir dos dados levantados com a pesquisa. Para os trabalhadores, o conhecimento e o aprimoramento poderão possibilitar melhores condições de trabalho e de inserção social.

Face ao novo ideário atribuído à educação, principalmente à educação de jovens e adultos pelas agências multilaterais (CEPAL, BID, UNESCO) e pelos documentos elaborados

com propostas inovadoras para a EJA, em promover o desenvolvimento econômico com equidade, a formação ao longo da vida, não caberia mais à escola informar, mas sim, ensinar a obter informação. O que acaba se concretizando em ação instrumentalizadora do conhecimento e metodologia do ensino.

A formação/qualificação como meio fundamental de inserção no mercado de trabalho, significando maiores possibilidades de competitividade na sociedade, já não é suficiente e nem adequada para as novas exigências contemporâneas. É preciso também incorporar, no currículo do ensino fundamental e médio da EJA, a formação política para a cidadania democrática moderna que possibilite novas formas do trabalhador inserir-se na sociedade como parte integrante e ativa de suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

O processo de educação na empresa está inserido num contexto político econômico social de incorporação das exigências de mercado em relação aos produtos e serviços por ela oferecidos e comercializados. Entretanto, da maneira como é organizada e desenvolvida, a educação na empresa, contribui na formação do novo perfil qualificacional, requerido pela empresa, além de transformar-se em mais um mecanismo de controle sobre os trabalhadores.

Os profissionais em educação, envolvidos com a EJA, precisam reavaliar a sua função educacional na sociedade, é primordial construir uma identidade própria, a avaliar a sua tradição e a sua contribuição nos processos educativos, possibilitando a construção de objetivos e conteúdos de formação política para a cidadania, privilegiando a formação de sujeito livres, autônomos, críticos, abertos a mudanças e capazes de intervirem em processos de produção social que tenham alcance político e significados reais na transformação da sociedade.

Os sistemas educacionais precisam assumir claramente posicionamentos em relação ao governo, convocando mudanças, envolvendo a comunidade e a sociedade civil a engajar-se em iniciativas voltadas à elevação do nível de escolaridade da população, mas tendo a consciência de ações conjuntas, não subordinadas aos interesses exclusivos do capital privado.

O processo de escolarização na escola/empresa, mesmo com as limitações em relação à produção do conhecimento pelos trabalhadores e as condições deficitárias de aplicação dos métodos e estratégias didático-pedagógicas, ainda é uma forma de o trabalhador diminuir as chances de ser excluído do mercado de trabalho e também continua sendo um espaço de acesso ao conhecimento que possibilitou, de forma sutil, a transformação do pensamento do trabalhador em relação à formação escolar. O papel da educação ainda é o de possibilitar a

formação emancipatória e, “*o ser humano precisa da educação para crescer moralmente, para superar as limitações sócio-históricas, livrando-se das relações de dependência e de opressão*” (CATTANI, 2005, p. 313).

Assim, acreditamos que a educação, mais do que a dimensão de garantir a certificação do trabalhador na empresa deve comportar dimensões retrospectivas, prospectivas e apontar perspectivas, que permitam ao sistema educacional público uma relação de interdependência com o capital privado, e não de subordinação. Somente assim, poderemos falar em educação sem nos remetermos às adjectivações do interesses do capitalismo, uma educação além da formação profissional, com concepções culturais e sociais que possam contribuir efetivamente para a elevação do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAS. Associação Brasileira de Unidade varejista. <http://www.abrasnet.com.br>. consulta em dez/2005.

ALMEIDA, Paulo Pereira. *Trabalho, Serviço e Serviços: Contributos para a Sociologia do Trabalho*. Porto-Portugal: Edições Afrontamentos, 2005.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação/ Centro de Estudos Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES; nº 87, v. 25, p. 335-351, Mai/Ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfose e a Centralidade do Mundo do Trabalho: São Paulo: Cortez; Editora da UNICAMP: Campinas – SP, 1995.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9.394, promulgada em 20/12/1996.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*, Conselho Nacional de Educação, processo nº: 23001.000040/2000-55, parecer CEB nº:11/2000.

_____. Escola de Fábricas. Documento consulta, 04/02/2005. <http://www.mec.gov.br/escoladefabrica>

_____. PROEDUC –Programa Nacional de Educação em Segurança e Saúde do Trabalhador. Consulta, abr/2005a. <http://www.proeduc.gov>

_____. PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional, Consulta, mar/2005b. <http://www.mec.gov.br/semtec/proep/noticias/proep01>.

_____. FINEP – Financiamento e Estudos de Projeto, consulta, mar/2005c. <http://www.finep.gov.br>.

_____. PLANFOR –Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Consulta, abr/2005d. <http://www.fundação.org.br/planfor>.

BIANCHETTI, Lucídio. Curriculum Vitae em Tempos de Empreendedorismo e Empregabilidade. In: AUED, Bernadete W. (Org). *Traços do Trabalho Coletivo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BIANCHETTI, Lucídio. *Da Chave de Fenda ao Laptop - tecnologia digital e novas qualificações : desafios à educação*. Editora Vozes, Unitrabalho e editora da UFSC, Petrópolis/ Florianópolis , 2001.

BRESCIANI, Luís Paulo. Flexibilidade e reestruturação: O trabalho na encruzilhada. In: *São Paulo em perspectiva*. São Paulo. V.11, nº 1, pág 88-97, jan/mar, 1997.

BRITO, Vera Lúcia Alves . O Público, o privado e as políticas educacionais. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Marisa R.T. *Política e Trabalho na Escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BRUNO, Lúcia (Org.). *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996.

BUENO, Vilma F.; PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. Os empresários e as exigências de letramento dos trabalhadores. In: QUARTIERO, Elisa M; BIANCHETTI, Lucídio. (Orgs) *Educação Corporativa, Mundo do Trabalho e do Conhecimento: Aproximações*. São Paulo: Cortez; Santa Cruz do SUL-RS: EDUNISC. 2005.

CATTANI, Antonio D. O ideal educativo e os desígnios do mercado. In: In: QUARTIERO, Elisa M; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). *Educação corporativa, mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações*. São Paulo: Cortez; Santa Cruz do SUL-RS: EDUNISC. 2005.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ, Dulcinéia; BIANCHETTI, Lucídio. Discutindo estratégias qualificacionais das empresas. O caso da escola da Sadia S.A. Revista Grifos, UNOESC Chapecó: editora Argos, n. 09, p. 51-63, 2000.

CUNHA, Daisy Moreira. Intervenção estatal na gestão escolar pelo controle da qualidade total. In: FIDALGO, Fernando Selmar e MACHADO, Lucília R. de Souza.(Org). *Controle da Qualidade Total, uma nova pedagogia do capital*. Belo Horizonte, MG: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

DAVIES, Nicholas. O Público, o Privado e o Estatal no Pensamento Educacional Brasileiro. In: *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*. Niterói: EdUFF; n 1, mai, 2000.

DELORS, Jacques. *Educação: Um tesouro a descobrir*. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 3 ed. Cortez, Brasília, DF: MEC; UNESCO, 1999.

DELUIZ, Neise. Mudanças no conteúdo do trabalho no Setor Terciário: Implicações para a Educação. *Boletim SENAC*. n 19, p. 2-13, maio/ago, 1993.

DIEESE/SC – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos Reestruturação tecnológica e Emprego no Comércio de Santa Catarina. In: *Estudo Regional nº 3*. Florianópolis, jan, 1999.

DI PIERRO, Maria C. JOIA, Orlando e RIBEIRO, Vera M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos Cedes. Políticas Públicas e Educação*. n.55, p. 58-77, 2001.

DOWBOR, Ladislau. Educação, tecnologia e desenvolvimento. In: BRUNO, Lúcia. (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996.

DUARTE, Marisa R. T. *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

EAN Brasil. Associação Brasileira de Automação Comercial. <http://www.eanbrasil.org.br>. consultas entre nov/dez. 2005.

FERRETI, Celso João e ZIBAS, Dagmar M. L. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação*. Um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FIDALGO, Fernando Selmar e MACHADO, Lucília R. de Souza.(Org.) *Controle da Qualidade Total*. Uma nova pedagogia do capital. Belo Horizonte, MG: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____A formação e a profissionalização do educador: novos desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu. : GENTILI, Pablo.(Orgs) *Escola S.A* . Brasília, CNTE, 1996.

_____ *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século*.Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

_____A Educação e a Formação Técnico-profissional Frente á Globalização Excludente e o Desemprego Estrutural. In: SILVA, Luiz H. (org) *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998b.

GENTILI, A. Pablo, SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs) *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Visões Críticas. Petrópolis, RJ: 10 ed. Vozes, 2001.

_____Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*.Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GURGEL, Cláudio. *A gerencia do pensamento*. São Paulo: Cortez, 2003.

GRUPPI, Luciano. *A concepção de estado segundo Marx e Engels*. Porto Alegre: L&PM editores, 1980.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX , 1914-1991.* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Otávio. O mundo do trabalho. In. *São Paulo em Perspectiva.* São Paulo: nº 1, v. 8, p. 2-41, jan/mar, 1994.

INFORMAÇÃO EM REDE. *Relatório Síntese do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos.* São Paulo, nov/dez, ano 3, n 22, 1999.

JACOBI, Pedro. Transformações do estado contemporâneo e educação. In: BRUNO, Lúcia. (Org.). *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo.* São Paulo: Atlas, 1996.

KOVÁCS, Ilona. Empresa Flexível: problemas sociais do pós-taylorismo. In: *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho.* Florianópolis/Lisboa, Editora da UFSC; SOCIUS, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida e outros. *Trabalho e Educação.* Campinas, SP: Papirus; Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992. (coletânea C.B.E).

KUENZER, Acácia. *Pedagogia da Fábrica.* As relações de produção e educação do Trabalhador. São Paulo: 6 ed. Cortez, 2002.

LEITE, Márcia de Paula. Modernização tecnológica e relações de trabalho. In: FERRETTI, C. J. et al (Org.). *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate interdisciplinar.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos: uma tendência à democratização das relações de trabalho? *Educação & Sociedade.* Campinas. Revista de Ciência da Educação. Ano XV, n. 45, p. 190-210, ago, 1993.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa.* O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: ed. Planta, 2004

LIMA FILHO, Domingos Leite. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. *Perspectiva.* Florianópolis: Revista do Centro de Ciências da Educação. n 2, v 20, p. 269-301, jul/dez, 2002.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli.E.D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.* São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lucília R. de Souza. *Educação e divisão social do trabalho.* Contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. 2 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção educação contemporânea)

_____. Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe Trabalhadora. *Trabalho e Educação.* Campinas, SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992. (coletânea C.B.E.)

_____ O “Modelo de Competências” e a Regularização da Base Curricular Nacional e de Organização do Ensino Médio. *Trabalho e Educação*. Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação. Belo Horizonte – Faculdade de Educação/UFMG, n.4, ago/dez, p.79-95, 1998.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: 6 ed. Zahar, 1982.

MARX, Karl e ENGELS, Frederich. *Textos sobre a Educação e Ensino*. São Paulo: 2 ed. Moraes, 1992.

_____ Prefácio de para a crítica da economia política. In: *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril cultural. 1974.

OFFE, Claus. O crescimento do trabalho nos serviços: quatro explicações sociológicas. In: OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1991.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e equidade social. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Marisa R. T. *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____ As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

OLIVEIRA, Marta K. *Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento – um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 2003.

OLIVEIRA, Nilcéia; PAIM, Elison A. Educação e Trabalho: relações estabelecidas na escola da Sadia Avícola de Chapecó (SC). Cadernos do CEOM-Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Ano 17, Chapecó: editora Argos e CEOM, n. 19, p. 233-255, jun. 2004.

OTTONE, Ernesto. Educação e Conhecimento: Eixo da transformação da produção com equidade – Uma visão de síntese. In: PAIVA, Vanilda (Org). *Transformação Produtiva e Equidade: A questão do ensino básico*. Campinas –SP: Papyrus, 1994.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL. Ação Educativa. <http://www.acaoeducativa.org.br>. consultas mai/jun/jul, 2005

PAIVA, Vanilda; WARDE, Mirian J. Novo paradigma de desenvolvimento e centralidade do ensino básico. *Educação & Sociedade*, n 44, p.11-33, abril, 1993.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: editora 34, 1996.

PIERRO, Maria C; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: *Cadernos CEDES. Políticas Públicas e Educação*. Campinas, SP: n. 55, p. 58-77, nov/2001.

POCHMANN, Marcio. *Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil*. Campinas, São Paulo: IE/CESIT/UNICAMP, 1998.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos. Florianópolis, 2000.

QUARTIERO, Elisa M; BIANCHETTI, Lucídio. A expansão dos espaços e tempos da educação. In: QUARTIERO, Elisa M; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). *Educação corporativa, mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações*. São Paulo: Cortez; Santa Cruz do SUL-RS: EDUNISC. 2005.

QUARTIERO, Elisa M; CERNY, Roseli Z. Universidade Cooperativa: Uma nova face da relação entre o mundo do trabalho e mundo da educação In: QUARTIERO, Elisa M; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). *Educação corporativa, mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações*. São Paulo: Cortez; Santa Cruz do SUL-RS: EDUNISC. 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos Documentos Oficiais. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, SP: v 23, n. 80, p. 405-427, set, 2002.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995

RELATÓRIO PARCIAL DO PROJETO. Juventude, escolarização e poder local. http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/pf/rel_sc/pdf. Consulta, dez, 2005

ROGGERO, Rosemary. Uma leitura sobre o desenvolvimento do Setor Terciário no Movimento Contemporâneo do Capital. *Boletim SENAC*. Vol. 24, n 3, set/dez, 1998.

RUBERTI, Kellen C. e GUIMARÃES, Valeska N. Reestruturação produtiva e etor dos serviços: uma análise da participação no PIB e na configuração do emprego no Brasil e em Santa Catarina. In: *Relatório final de atividades PIBIC/CNPq – BIP/UFSC 2004/2005*. Florianópolis, 2005.

RUMMERT, Sonia M. Projeto Escola de Fábrica - atendendo a “pobres e desvalidos da sorte” do século XXI. In: *GT Trabalho e Educação*. São Paulo. n. 09, 2005.

SANTOS, Maria João. Processos de globalização versus movimentos de concentração e reestruturação produtiva. In: SANTOS, Maria João, et al. *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho*. Florianópolis/Lisboa, Editora da UFSC; SOCIUS, 2001.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J., ZIBAS, Dagmar M. (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica. Primeiras Aproximações*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 20ª ed, 1988.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHIROMA, Eneida, CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educação e Sociedade*. Campinas, nº 61, p.13-35, dez, 1997.

SILVA FILHO, Horácio Pentead de F. O empresariado e a educação. In: FERRETI, Celso J., ZIBAS, Dagmar M.L., e outros (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu. A Escola Cidadã no Contexto da Globalização: uma introdução. In: SILVA, Luiz Heron. *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu. A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A. & SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, Donald B. A escola como empresa: sinonímia do pragmatismo e do tecnicismo. In: QUARTIERO, Elisa M; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). *Educação corporativa, mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações*. São Paulo: Cortez; Santa Cruz do SUL-RS: EDUNISC. 2005.

SCHMELKES, Sylvia. Las necesidades básicas de aprendizaje de los jóvenes y adultos en América Latina. In: OSÓRIO, J.; RIVERO, J. (Org.). *Construyendo la modernidad en América Latina*. Nuevos desarrollos curriculares en la educación de personas jóvenes y adultas. Lima: OREALC / UNESCO, CEAAL, 1996.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. *Revista de Estudos da Educação*. Universidade Federal de Alagoas. Maceió: CEDU-UFAL, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WARDE, Mirian Jorge. *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*. Coleção Educação Universitária. São Paulo: Cortes & Moraes, 1977.

WERNER, Alexandre; SEGRE, Lídia Micaela. Uma análise do segmento de Supermercados: Estratégias, Tecnologias e Emprego. In: *Boletim SENAC*. Vol 28, n 1, p. jan/abr, 2002.

ANEXO I

Roteiro de questões para a entrevista com o coordenador dos convênios do CEJA

1. Quando começaram as preocupações da empresa em promover ações educativas de escolarização e certificação para os funcionários?
2. A empresa já realizava parcerias antes do convênio?
3. E com relação à escolarização, dos trabalhadores dentro da empresa, Quando começaram, de quem foi a iniciativa, quais os principais motivos para fazê-lo?
4. Quantos trabalhadores já passaram pelo EJA? (dados de matriculados, desistentes, formados, por ano) Quantos concluíram o ensino fundamental e médio?
5. Quantos estão atualmente fazendo o curso?
6. Como foram selecionados? Eles se inscrevem? Quem indica? Há limites de vagas? Quem determina?
7. Quem ministra o curso? Onde e em que horário se realiza? Que material didático é utilizado?
8. A empresa oferece algum estímulo para o trabalhador voltar a estudar (bolsa, horas livres, lanche, passes, material didático)?
9. O que compete a empresa na parceria com o SESC e a SED?
10. O que a empresa espera do curso? Existe por parte da empresa algum tipo de avaliação dos resultados do curso?

ANEXO II

Roteiro de questões para entrevistas com os docentes

1. Conte um pouco da sua trajetória profissional, como chegou ao EJA?
2. Quais as diferenças que existem entre trabalhar na escola regular e na EJA?
3. Quais as especificidades do trabalho com a empresa?
4. Como são os seus alunos-trabalhadores?
5. O que os leva a estudar? Eles manifestam quais suas expectativas com este curso?
6. Quais as maiores dificuldades e as facilidades apresentadas pelos alunos?
7. Como são avaliados? Quem os certifica?
8. O que a empresa espera deste trabalho? E os alunos-trabalhadores?
9. Quem define conteúdos, metodologias, material didático, avaliação etc? A empresa interfere em alguma coisa?

ANEXO III

Roteiro de questões para a entrevista com os alunos trabalhadores

1. Conte-me sua história na empresa, como veio trabalhar aqui (em que ano)? Como foi a seleção? O que perguntaram? Quais eram os requisitos para o cargo?
2. Até que série você estudou? Por que interrompeu? Por que voltou a estudar agora? Você recebe por parte da empresa algum estímulo?
3. Comente como são as aulas, os professores, os livros, as avaliações.
4. Em que horas você estuda? Que expectativas que você tem após a conclusão do curso?
5. Como você avalia a sua formação escolar? Produziu alguma melhora no desenvolvimento do seu trabalho?
6. A falta de estudo tem lhe prejudicado no trabalho? Como?
7. Existem dificuldades que você precisa enfrentar para trabalhar e estudar? Quais?
8. Você percebe algum tipo de exigência da empresa na formação educacional?
9. Você se sente motivado em frequentar a escola? O que lhe motiva? Como?

ANEXO IV

Roteiro de questões para a entrevista para a coordenadora de convênios do SESC

1. Como surgiu a parceria SESC-EMPRESA?
2. O que compete ao SESC na parceria com a empresa? Quem organiza e planeja o curso, define conteúdo, material didático etc.?
3. É padronizado? Ou depende de cada empresa?
4. Como são escolhidos os docentes? Atuam de forma independente ou coordenada?
5. Quem os remunera?
6. Quem avalia e certifica o curso? Qual o papel da Secretaria Estadual de Educação e Inovação neste convênio?

ANEXO V

Cópia dos convênios estabelecidos entre a SED (Secretaria Estadual de Educação e Inovação) de Santa Catarina com o SESC (Serviço Social do Comércio), Departamento Regional de Santa Catarina; SESI (Serviço Social da Indústria), Departamento Regional de Santa Catarina; FCDL/SC (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina); ARCAFAR (Associação Regional das Casas Familiares Rurais) e SONAE (Sociedade Nacional de Estratificados).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)